

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - ICHF
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS - CEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGA

TEMPO(s) ECOLÓGICO(s): UM RELATO DAS TENSÕES ENTRE
PESCADORES ARTESANAIS E *IBAMA* ACERCA DO CALENDÁRIO DE
PESCA NA LAGOA FEIA-RJ

JOSÉ COLAÇO DIAS NETO

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCO ANTONIO DA SILVA MELLO

NITERÓI
FEVEREIRO DE 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - ICHF
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS - CEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGA

TEMPO(s) ECOLÓGICO(s): UM RELATO DAS TENSÕES ENTRE
PESCADORES ARTESANAIS E *IBAMA* ACERCA DO CALENDÁRIO DE
PESCA NA LAGOA FEIA-RJ

JOSÉ COLAÇO DIAS NETO

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCO ANTONIO DA SILVA MELLO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Antropologia da Universidade
Federal Fluminense, como requisito parcial
para obtenção do Grau de Mestre.

NITERÓI
FEVEREIRO DE 2006

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello
Orientador
(Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal do Rio de
Janeiro)

Prof. Dr. Arno Vogel
(Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro)

Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
(Universidade Federal Fluminense)

Profa. Dra. Neiva Vieira da Cunha
(Universidade Cândido Mendes e
Universidade Estadual do Rio de
Janeiro)

Colaço, José.

Tempo(s) Ecológicos: um relato das tensões entre pescadores artesanais e IBAMA
acerca do calendário de pesca da Lagoa Feia – RJ / José Colaço Dias Neto

130 pp.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense –
UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em
Antropologia – PPGA, 2007.

Orientador: Marco Antonio da Silva Mello

1. Pesca Artesanal. 2. Etnografia. 3. IBAMA. 4. Lagoa Feia.

*Dedico este trabalho à Sylvia Martins Colaço Dias,
querida avó que nos deixou no último Natal.*

Resumo:

Localizada na região norte do estado do Rio de Janeiro, a Lagoa Feia, oferece uma extensa variedade de recursos naturais de significativo interesse econômico e ecológico. Por conta da diminuição gradativa de suas reservas de peixe, o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) tem intensificado nos últimos anos uma atenção especial à região. Oficialmente responsável pela regulamentação do manejo sustentável de diversos tipos de ecossistemas, o IBAMA vem impondo uma série de restrições à pesca artesanal, a fim de restaurar essas reservas.

Historicamente, a pesca artesanal sempre foi uma atividade econômica importante no Estado do Rio de Janeiro. Na medida em que a renda dos pescadores artesanais depende diretamente do volume de espécies capturadas, as medidas do IBAMA para restaurar os ecossistemas litorâneos – tais como a fiscalização da pesca artesanal na Lagoa e sua completa proibição durante o período da desova dos peixes – estão sendo recebidas com reclamação.

Os pescadores artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgos, uma pequena aldeia de pescadores localizada na margem norte da Lagoa Feia, afirmam que estas medidas, implementadas através da Portaria n. 71, estão em desacordo com aquilo que eles consideram ser o período correto da *cema*.

Esta dissertação, portanto, é uma etnografia das tensões entre o IBAMA e os pescadores artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgos, observadas a partir do estabelecimento do Calendário de pesca da Lagoa Feia.

Palavras-chave: Pesca Artesanal – Etnografia – IBAMA – Lagoa Feia.

Abstract:

Located in the north of the state of Rio de Janeiro, Lagoa Feia area offers a variety of natural resources of significant ecological and economic interest. Since its fish stocks are gradually depleted, IBAMA (Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources) has been intensifying in recent years the attention given to the region. Officially responsible for regulating the sustainable management of several kinds of ecosystems, IBAMA has been imposing a number of restrictions on artisanal fishing in order to restore these stocks.

Historically, artisanal fishing has always been an important economic activity in the state of Rio de Janeiro. Implemented by Directive no. 71, IBAMA measures – such as putting artisanal fishing activity in the lagoon under supervision and announcing a complete prohibition against it during the closed season – aim to restore fisheries and coastal ecosystems. Inasmuch as the salary or income of the traditional fishing workers depends directly on the volume of their catch, these measures are being received by a chorus of complaint.

The artisanal fishermen from Ponta Grossa dos Fidalgos, a small fishing village along the north shore of the lagoon, question the fishing calendar imposed by IBAMA. They don't seem to agree with what this calendar establishes as the spawning period.

Taking into account the disagreement regarding fish reproductive cycles, this dissertation is an ethnography of the tensions between IBAMA and artisanal fishermen from Ponta Grossa dos Fidalgos.

Key-words: Artisanal Fishing – Ethnography – IBAMA – Lagoa Feia.

AGRADECIMENTOS

Se esta dissertação é fruto de um percurso, considero que não estive sozinho na caminhada. Certamente as dívidas para com aqueles que caminharam comigo vão muito além do que posso saldar com palavras.

Em primeiro lugar, agradeço a minha Mãe Suely e a minha irmã Manuela pelo constante incentivo a minha carreira e por entenderem os bons e maus momentos do meu retorno ao lar depois de quatro anos de residência na Planície Goitacá.

E foi na Planície Goitacá que encontrei não uma índia, mas uma bailarina, que com sensibilidade, carinho e determinação me fez encarar o mundo de outra forma. Agradeço à Carmen Valdez por todo o apoio profissional e existencial que venho recebendo ao longo desses cinco anos. Agradeço, na verdade, me desculpando pelo atrapalhado ano de 2006, mas que, nos encontros e desencontros da vida, nos fez crescer e nos respeitar ainda mais. Obrigado por estar ao meu lado novamente. À Família Barros Valdez agradeço o constante apoio.

Aos Catunda de Sá Pereira agradeço a torcida feita diretamente da “Veneza Brasileira”; ao Tio Edmilson, em especial, pelo interesse com que acompanhou minha graduação e pelo valioso auxílio, sempre de última hora, nos *abstracts* e *resumés*. Aos Mindêllo Colaço Dias agradeço pelo carinhoso reencontro e pela preocupação, mesmo à distância.

Nos últimos dois anos tive convívio quase cotidiano com o professor Marco Antônio da Silva Mello. Sou grato pela orientação, pelas conversas, pela amizade e pela confiança depositada em mim. Sua personalidade inconfundível, na maior parte do tempo, esconde uma pessoa sensível e dedicada aos seus alunos.

Devo também ao professor Arno Vogel a amizade sincera e o acompanhamento atento de meus passos desde os primórdios de minha graduação. Seu incentivo para o desenvolvimento desta pesquisa foi fundamental *para que a canoa seguisse em frente*. Estendo meus agradecimentos aos amigos do Núcleo de Estudos Antropológicos do Norte Fluminense que, com seus trabalhos sobre o povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos, ajudaram a construir essa dissertação – Thaís Nascimento, Bonnie Azevedo, Cyntia Jorge, Flávia Arêas e Lorena Alves.

À professora Neiva Vieira da Cunha sou grato pela generosa atenção concedida à minha pesquisa e a minha formação e pelas valorosas recomendações feitas na qualificação do projeto de dissertação.

Agradeço ao Professor Roberto Kant de Lima pela maneira gentil e descontraída com que me recebeu, no âmbito do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas, desde minha chegada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Não poderia deixar de lembrar dos amigos que encontrei no Núcleo: Lênio Pires e Lucía Eilbaum – o casal vinte da Antropologia *del Mercosur* –, Lúcio Pinho Duarte, Fábio Mota, Bruno Mibielli, Gláucia Mouzinho, Kátia Mello,

Virginia Taveira, Juliana Latini, Ronaldo Lobão, Hélio Kyrillos, Roberta Correia, Christian Dantas, Washington Correa, Michael Keller, Mário Miranda, Frederico Policarpo e Haydeé Caruso. Sou grato a todos vocês.

Aos professores e funcionários e do PPGA/UFF agradeço pelo ótimo clima de trabalho; em especial sou grato às professoras Simoni Lahud Guedes e Delma Pessanha Neves pelas sugestões feitas ao meu projeto de pesquisa no âmbito da disciplina Métodos em Antropologia.

Registro meus agradecimentos aos colegas de turma pela relação de respeito e companheirismo que conseguimos estabelecer dentro e fora da sala de aula.

De Niterói para Rio, seguem meus sinceros agradecimentos para os pesquisadores do Laboratório de Etnografia Metropolitana do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e freqüentadores assíduos da famosa sala 417: Felipe Berocan Veiga, Pedro Paulo Thiago de Mello, Patrícia Brandão, Mirian Alves, Juliana Blasi, Dina Castaneda, Isabel Ostrower, Pricila Loretti, Carolina Carvalho, Flávio Silveira, Marcos Aurélio da Silva, Lúcia Cardoso, Soraya Simões, Rolf de Souza Letícia Luna Freire e Daniele Ferreira da Costa. Obrigado pelo construtivo convívio pessoal e profissional. E, falando do IFCS, não poderia deixar de incluir nesta lista as pesquisadoras Vivian Ferreira Paes e Brígida Rinoldi.

Durante o estágio docência desenvolvido no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, bem como no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro tive a oportunidade de discutir fragmentos de minha pesquisa com os demais alunos e alunas. Agradeço a atenção e a paciência.

Ao longo de sua elaboração versões preliminares deste trabalho foram apresentadas na forma de *paper* em destacados eventos acadêmicos. Por isso, sou grato às professoras Ana Paula Miranda e Maria Victória Pita; ao professor Luis Roberto Cardoso de Oliveira e; aos professores Marcos Silva da Silveira e Wilma Marques Leitão pelas críticas e sugestões feitas respectivamente na *VI Reunión de Antropología del Mercosur*, na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia e no 30º Encontro Anual da ANPOPCS.

A pesquisa contou com muitos interlocutores, mas, sem dúvida, o mais presente deles foi o antropólogo Carlos Abraão Moura Valpassos. Agradeço a esse grande amigo as exaustivas conversas e reflexões sobre os rumos do texto. Pessoalmente, virtualmente e por telefone Abraão se mostrou um verdadeiro companheiro de trabalho. Suas críticas foram muito importantes para que eu repensasse parte de meu material etnográfico.

Aqui também fica o agradecimento a Álvaro Reis, futuro diplomata, que demonstrou como poucos interesse e preocupação com tudo que envolveu meu mestrado; e Daniel “Camarão” Ricci por continuar sendo o que ele é – mesmo diante dos “processos de civilização”.

Ao advogado Gustavo Gregati, outro velho amigo, não sei como recompensar a cuidadosa revisão do texto final dessa dissertação e o auxílio com os termos técnicos do Direito. Valeu pela força de última hora!

Ao apoio de Roberto Dutra Torres Jr., Leandro Carreiro e João Paulo G. de Oliveira foi fundamental no momento de redação deste trabalho. Pude encontrar na “bagunça organizada” da República da Luz Vermelha, em Campos dos Goytacazes, a tranquilidade que buscava. Estendo esses agradecimentos colegas que pude encontrar ainda na graduação no Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, em especial, aos amigos Fabrício Neves, Fabrício Maciel e George Gomes Coutinho.

Gostaria de agradecer imensamente aos moradores de Ponta Grossa dos Fidalgos, tanto pela receptividade, quanto pela paciência durante o trabalho de campo; sobretudo ao Doba e Luiz Galo – companheiros de pesquisa e pescaria.

Este trabalho não seria possível sem a colaboração dos funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Campos dos Goytacazes. Agradeço, em especial, à Rosa Castello Branco – diretora do escritório regional – pela disponibilidade e interesse com que discutiu os temas propostos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, sou grato pela bolsa, vigente durante todo o primeiro ano de meu curso de mestrado.

Também agradeço à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ pela ‘Bolsa Nota Dez’, concedida no segundo ano do curso e que viabilizou a pesquisa materializada nesta dissertação.

Muitas pessoas estiveram comigo nesse percurso, mas os resultados e as interpretações contidas neste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

*“A sociedade paga a si mesma
com a falsa moeda de seus
sonhos”.*

Marcel Mauss.

APRESENTAÇÃO	14
PARTE I - NOTAS DE CAMPO: UMA GENEALOGIA DO PERCURSO	18
I. A Lagoa Feia: notas sobre o <i>setting</i> etnográfico.	18
II. O trabalho de campo em Ponta Grossa dos Fidalgos.	23
III. Impressões sobre o campo, ou relatos no plural.	25
IV. O percurso, seus personagens e suas possibilidades.	30
V. De volta ao começo, ou o fim do percurso?	37
PARTE II - A PESCA ARTESANAL NA LAGOA FEIA: CONHECIMENTOS E DIREITOS.	39
I. As embarcações.	40
II. As redes e os apetrechos.	43
III. Grupo de pesca e pescadores.	45
IV. A minjoada.	47
V. A pesca de cutuca e a trolha.	49
VI. Os mapas do chão.	52
VII. Os desafios da náutica lacustre, ou, a navegação pelo tato.	58
VIII. A lógica classificatória.	62
IX. Os pesqueiros, as marcas e a política do sigilo.	66
X. Da <i>natureza</i> ou do <i>homem</i> ? Notas sobre a autoria dos pesqueiros.	68
XI. O pesqueiro “natural”.	68
XII. O pesqueiro “feito”.	69
XIII. Histórias de pescador, ou as implicações sociológicas do segredo e da mentira.	73

PARTE III - O CALENDÁRIO ECOLÓGICO: AS RECORRENTES TENSÕES
ENTRE PESCADORES E IBAMA. 78

I) A Lagoa Feia e as intervenções do Estado: do DNOS ao IBAMA.	78
II) A legislação ambiental e a Portaria n.71.	82
III) O calendário do ponto de vista dos pescadores.	88
IV) O IBAMA e o ceticismo.	94
V) O ceticismo dos pescadores.	98
VI) Os calendários entrecortados: o ‘nativo’, o ‘legal’ e o ‘político’.	106
VII) Considerações finais sobre pescadores IBAMA e calendários, ou o conflito em sua dimensão tácita.	115

REFERÊNCIAS	120
-------------	-----

ANEXOS	130
--------	-----

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação insere-se numa genealogia de estudos sobre povoados pesqueiros no litoral do Estado do Rio de Janeiro e tenta consolidar os resultados de uma pesquisa que teve seu início antes mesmo de meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2005.

Ainda durante o ano de 2002 e na condição de aluno do Curso de Ciências Sociais, ingressei no Projeto *Estruturas Tradicionais e Expansão Metropolitana na baixada litorânea do Estado do Rio de Janeiro II*¹, na ocasião, sob orientação do professor Arno Vogel². Tal Projeto derivava de forma mais imediata da longa e exaustiva etnografia realizada pelo professor Marco Antônio da Silva Mello³ sobre a pesca artesanal no sistema lacustre de Maricá/RJ, entre 1978 e 1987, exposto, pela primeira vez, com o título de *Praia de Zacarias: Contribuição à Etnografia e História Ambiental do Litoral Fluminense – Maricá/RJ* (1995)⁴, que resultaria o livro *Gente das Areias – História, Meio Ambiente e Sociedade no Litoral Brasileiro*.

Neste livro os professores Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel apresentam um extenso material etnográfico referente a duas décadas de uma pesquisa que teve início no ano de 1975. Sua leitura me proporcionou o primeiro contato com a problemática das relações entre os ecossistemas lacustres e a pesca artesanal, tal como esta vem sendo realizada historicamente nesse tipo de meio ambiente.

Gente das Areias, então, tornou-se fundamental para a formulação de um elenco de questões a serem abordadas no trabalho de campo, inclusive aquelas nas quais terminei por me concentrar e que pretendo desenvolver nesta dissertação.

¹ Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na sua primeira versão como Projeto Integrado, sob a coordenação do Prof. Mello e posteriormente sob a coordenação do Prof. Vogel.

² Professor de Antropologia do Centro de Ciências do Homem/CCH, da Universidade Estadual do Norte Fluminense/UENF.

³ Professor de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ICHF, da Universidade Federal Fluminense/UFF e do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro/IFCS-UFRJ.

⁴ Tese de Doutorado em Antropologia apresentada à Universidade de São Paulo/USP.

Durante a década de 1970, o emérito professor Luiz de Castro Faria inauguraria, no âmbito do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma linhagem de pesquisas sobre a pesca artesanal no litoral fluminense. Entretanto, o interesse pelo assunto remonta ao final da década de 1930, quando Castro Faria iniciava sua pesquisa sobre os pescadores da Lagoa Feia – RJ⁵. A parte inédita deste material encontra-se no Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, aos cuidados da professora Heloísa Bertol Domingues. Consiste, portanto, em notas de campo, rascunhos de texto, desenhos, mapas, notas bibliográficas, e um extenso acervo fotográfico.

“*Eu ia lá também para caçar marrecas*”. Assim respondeu Castro Faria quando perguntado sobre sua relação com o povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos e com a Lagoa Feia. Seu trabalho fazia parte dos primeiros esforços sistemáticos do ambicioso programa de *Estudos de Comunidade*, e do qual resultaria, nos anos 40 e 50, uma série de publicações relevantes para a Geografia Humana e para as Ciências Sociais no Brasil, tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico.

O interesse pela tópica da pesca artesanal, na mesma década de 1970, pode ser atestado também pelo Programa de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART).⁶ Deste empreendimento participaram, ainda no início de suas carreiras, os professores Roberto Kant de Lima⁷ e Marco Antonio da Silva Mello, ambos colegas de Departamento e ex-alunos de Castro Faria por ocasião do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense.

A aproximação junto aos assentamentos pesqueiros litorâneos que se deu através do PESCART abriu um interessante campo de estudo levado à frente por estes e outros pesquisadores.⁸ Além da já referida tese de doutoramento do professor Mello, outro importante trabalho elaborado neste período foi *Pescadores de Itaipu – Meio Ambiente*,

⁵ Neste trabalho fragmentos de seu material etnográfico serão citados sob o título (provisório) de *Os Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: Um estudo de morfologia social*. Entretanto, os interesses do etnógrafo não estavam situados apenas nos pescadores da referida Lagoa. Suas incursões etnográficas na região Norte Fluminense, realizadas ao longo dos anos 40, resultaram em material, textual ou fotográfico, sobre Gargaú, Atafona e São João da Barra. Algum tempo depois, na década de 1950, dedicou-se à etnografia dos pescadores de Arraial do Cabo.

⁶ O PESCART era um convênio entre o Ministério de Agricultura e outros órgãos que tinha como objetivo principal promover o desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal no Brasil. Interessantes comentários sobre a administração e a atuação do PESCART junto às populações pesqueiras podem ser encontrados em KANT DE LIMA; 1997.

⁷ Professor de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ICHF, da Universidade Federal Fluminense/UFF.

⁸ Participou também do PESCART a professora Elina Gonçalves da Fonte Pessanha, também ela autora de um estudo sobre a pesca artesanal, realizado em Itaipu e intitulado *Os Companheiros*. (Cf. GONÇALVES; 2003).

Conflito e Ritual no Litoral do Estado do Rio de Janeiro, apresentado primeiramente como dissertação de mestrado apresentada ao Museu Nacional em 1978 e posteriormente publicada na coleção Antropologia e Ciência Política da EdUFF.⁹

Mas, foi mesmo no início da década de 1990, no âmbito do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP) fundado por iniciativa de Castro Faria que se desenvolveu na Universidade Federal Fluminense um esforço sistemático e conjunto para um estudo articulado dos assentamentos pesqueiros no Estado do Rio de Janeiro.

Quando, na ocasião, os professores Mello e Vogel eram, respectivamente, Chefe e vice-Chefe do Departamento de Antropologia (GAP) do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da UFF, e o professor Kant ocupava a Coordenação do recém inaugurado Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política (PPGACP), criaram-se as condições ideais para a realização de novos trabalhos.

As pesquisas que vêm sendo empreendidas desde então, no NUFEP têm investido seus esforços na tentativa de compreender como certos povoados pesqueiros lidaram com os processos de mudança social, muitos dos quais, fomentados por políticas públicas estratégicas. Além disso, podemos falar sem receio de uma perspectiva comparativa que tem como base trabalhos de caráter etnográfico realizados em períodos passados, retomados sistematicamente nos dias de hoje¹⁰ – eis aqui o exemplo desta dissertação.

Outra frente de trabalhos interessada em povoados pesqueiros teria início após a fixação do professor Arno Vogel na Universidade Estadual do Norte Fluminense. Em atividade desde o início do ano de 2002 o, recém batizado, Núcleo de Estudos Antropológicos do Norte Fluminense Luiz de Castro Faria (NEANF) tem se empenhado no levantamento de dados etnográficos relativos à pesca artesanal praticada na Lagoa Feia. Assim, retomando o material produzido por Casto Faria sobre Ponta Grossa dos Fidalgos e incentivado pelo professor. Mello, o professor Vogel coordena, desde então, alguns jovens pesquisadores que têm dedicado parte de seu aprendizado no Curso de Ciências Sociais à pesquisa de *campo* de longa duração e feita em grupo. Os resultados deste esforço se tornariam, portanto, as monografias de conclusão de curso desses pesquisadores.¹¹

⁹ KANT DE LIMA; 1997.

¹⁰ Cf. CUNHA: 2000; LOBÃO; 2000; PRADO: 2002; MOTA; 2003; MIBIELLI; 2004; VALPASSOS; 2006.

¹¹ Cf. VALPASSOS: 2004; COLAÇO: 2005; OLIVEIRA: 2005; NASCIMENTO: 2005; AZEVEDO: 2006; JORGE: 2006; ALVES: 2007.

Baseado neste trabalho de campo sistemático – realizado principalmente durante o período de minha graduação na UENF – formulei algumas das questões que pretendo desenvolver nesta dissertação.

Tempo(s) Ecológico(s), portanto, está dividido em três partes, sendo I) Notas de Campo: uma Genealogia do Percurso; II) A Pesca Artesanal na Lagoa Feia: Conhecimentos e Direitos e; finalmente, III) O Calendário Ecológico: as Recorrentes Tensões entre Pescadores e IBAMA.

Na primeira parte, apresento ao leitor um pouco daquilo que considero a ter sido *minha* experiência no trabalho de campo. Reforço o pronome porque estive acompanhado ao longo de quase toda a pesquisa por diferentes parceiros de trabalho. Por mais que os relatos desta parte sejam feitos “no plural”, conforme sugiro, as reflexões sobre este período não deixam de ser, ao fim e ao cabo, *minhas*.

Apresento o *setting etnográfico*, ou o palco onde desenvolvi a pesquisa empírica. Descrevo a Lagoa Feia, tentando dar conta da magnitude de seu ecossistema e o povoado pesqueiro de Ponta Grossa dos Fidalgos, por onde tento conduzir o leitor em uma “visita guiada” tal como foi feito com os etnógrafos no primeiro dia no lugar.

Refletir sobre o trabalho, o lugar e seus personagens foi refazer uma espécie de *percurso* – esse *movimento* que nada tem de aleatório, pois é baseado em escolhas, estratégias e planos, ainda que muitas vezes provisórios ou mesmo equivocados. Para fazer essa reconstrução da maneira menos penosa possível, tive o auxílio mnemotético do caderno de campo, ou melhor, das notas de campo.

A segunda parte consiste, inicialmente, numa descrição dos apetrechos, técnicas e modalidades de pescaria praticadas na Lagoa Feia. A pesca é apresentada como um sistema que integra direta ou indiretamente os moradores de Ponta Grossa.

Em seguida aponto aquilo que já tinha chamado à atenção de Castro Faria em seu material etnográfico: os conhecimentos naturalísticos destes pescadores. Para isso, exponho cuidadosamente o sistema de classificação do ambiente lacustre tal como um dos elementos que constitui esses conhecimentos.

Destaco que o esboço dessa lógica classificatória teve seus desdobramentos. A forma como os pescadores representavam e hierarquizavam os elementos do ambiente lacustre tinha, por sua vez, implicações fundamentais para o estabelecimento de certos direitos de pesca. Assim, analiso esse direito do *ponto de vista nativo*, observando quais

são as regras de acesso aos recursos pesqueiros – baseando-me naquilo que Marcel Mauss chamou de Fenômeno Jurídico.¹²

Finalmente, a terceira parte é uma tentativa de empreender uma etnografia das tensões entre os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Com esse objetivo teço, primeiramente, um breve histórico das intervenções de órgãos do Estado no ecossistema da Lagoa Feia para depois mostrar como a preocupação ‘ambiental’ surge no Brasil refletida nas Leis e materializada na atuação do próprio IBAMA.

Em seguida, analiso a relação entre os pescadores ponta-grossenses e o IBAMA colocando em destaque o aparente dissenso acerca dos períodos de proibição das atividades haliêuticas desempenhadas na Lagoa Feia. O desacordo sobre o calendário ecológico foi a forma escolhida para compreender o desenrolo deste conflito tácito.

O mapeamento dessas tensões, que é apresentado nesta terceira parte, traz, sob o ponto de vista de cada um dos grupos, as idéias e juízos que foram, ao longo do trabalho, sendo relatadas por meus interlocutores – tanto pescadores quanto funcionários do IBAMA.

Estão envolvidas aqui cosmologias distintas. Mas, essa seria uma maneira muito simplória de olhar para o problema. Além de diferentes visões de mundo que acabam direcionando a ação desses grupos, existem pessoas, interesses, justificativas e responsabilidades. Foi isso que a etnografia que o leitor tem em mãos procurou evidenciar. *Tempo(s) Ecológico(s)* é um *estudo de caso*, tal como proposto por Max Gluckman, ao tentar trazer registros de situações reais de comportamentos específicos dos diários de campo para as descrições analíticas.¹³

¹² Cf. MAUSS: 2002.

¹³ Cf. GLUCKMAN: 1955; 1980.

PARTE I

NOTAS DE CAMPO: UMA GENEALOGIA DO PERCURSO

Percurso s.m.

[Percursus]

Ato ou

*efeito de percorrer 2. Espaço
percorrido 3. Movimento 4. Trajeto
geral.*

1. A Lagoa Feia: notas do *setting* etnográfico.

“Imagine-se o leitor em uma canoa de madeira, acompanhado de dois pescadores a navegar por uma lagoa onde, mesmo sob um límpido céu de verão, dificilmente se enxerga as margens devido à grandeza de seu tamanho”. Assim é a Lagoa Feia. Situada a 35 km da sede do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, à margem direita do Rio Paraíba do Sul, com o qual mantém uma ligação subterrânea, a Lagoa constitui uma riquíssima fonte de recursos naturais. A magnitude de seu ecossistema – que já teria sido apontada nos escritos de Alberto Ribeiro Lamego¹⁴ – impressionou-me a ocasião da primeira incursão na Lagoa em meados de 2002.

Início este relato quase parafraseando o célebre parágrafo escrito por Malinowski nas primeiras páginas de seu clássico *Os Argonautas do Pacífico Ocidental: Um Relato do Empreendimento e da Aventura dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*.¹⁵

¹⁴ Cf. LAMEGO; 1940; 1945.

¹⁵ MALINOWSKI; 1984.

Para muitos, os *Argonautas*, é considerado o texto fundador da etnografia moderna. Mello e Vogel, por exemplo, apontam que a originalidade desta obra começa pelo título, pois Malinowski propõe um objeto – os nativos de um lugar; um tema; os empreendimentos aventureiros desses mesmos nativos; e, por fim, um gênero – o relato de viagem.¹⁶ Quero aqui chamar a atenção, entretanto, para a estratégia utilizada pelo autor ao convidar o leitor ocidental a *embarcar*, através da imaginação, na aventura etnográfica que seria descrita dali em diante.

Assim, desejo que o leitor desta dissertação também faça o mesmo exercício imaginativo. Ou pelo menos, que empreenda um primeiro esforço nessa direção para que eu possa descrever o palco da etnografia que será apresentada nas próximas páginas.

Em minha primeira incursão a barco na Lagoa Feia eu estava na condição de observador privilegiado ao navegar por aquela que é considerada a maior lagoa de água doce do país e de poder contemplar *in loco* o exagero de suas dimensões físicas. Em nosso barco ainda se encontrava o antropólogo Carlos Abraão Valpassos, que, como eu, naquele período ainda era um aluno de Iniciação Científica do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – além de amigo e companheiro de pesquisa com quem pude compartilhar bons e maus momentos no trabalho de campo. Os dois pescadores que nos acompanhavam, aos poucos, se transformariam em importantes personagens da pesquisa.

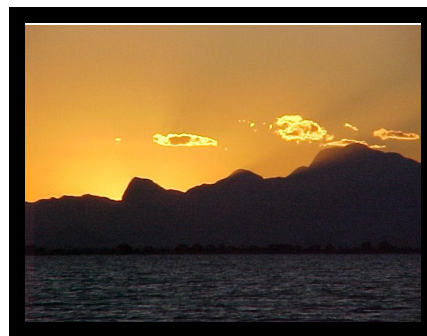
Talvez uma das tarefas mais difíceis seja conseguir traduzir em palavras o que é estar *na* Lagoa Feia, sem ocultar toda a dimensão sensível desta experiência. Descrever uma lagoa, cujo nome parece desprovido de coerência semântica, não pode ser concebido como um exercício técnico apenas. O que dizer do cheiro da vegetação que circunda o espelho d' água, combinado com os matizes dos variados bandos de pássaros em seu balé voador? E sobre o céu que parece mudar a todo o momento, pois a intensidade dos ventos faz as nuvens harmonizarem diferentes pinturas suspensas? Por outro lado, de que forma descrever a presença sempre desagradável dos insetos que acompanham o curso do pescador – e mesmo do etnógrafo – em sua labuta diária? Ou como qualificar a exposição ao sol escaldante logo após as primeiras horas do dia nos meses mais quentes do ano? De qualquer modo *estar na* Lagoa Feia é experimentar um mosaico de paisagens e sensações diferentes. É ser arrebatado por sua imponência.

¹⁶ MELLO & VOGEL; 2004: 56-57.

Sua bacia hidrográfica cobre uma superfície de aproximadamente 2.955 Km² constando o Canal das Flechas como seu escoadouro principal. Suas porções norte e nordeste se confrontam com a bacia do Rio Paraíba do Sul; a oeste, com a bacia do Rio Macaé e a sudeste com um conjunto de lagoas e lagunas litorâneas.¹⁷



Nuvens Plúmbeas.
Foto Valpassos: 2002.



Pôr-do-sol.
Foto Valpassos: 2002.



Margem da Lagoa
Foto: Colaço: 2002.

Do mesmo ecossistema faz parte ainda a Lagoa do Jacaré, cercada por brejos periféricos, dentre os quais as lagoas do Luciano e da Ribeira. Até 1966 a Lagoa do Jacaré era, na verdade, uma enseada da Lagoa Feia, da qual se encontra atualmente isolada por diques e aterros, mantendo-se apenas um canal de ligação. A variedade de plantas flutuantes, mangues e brejos, na sua orla, cria condições particularmente propícias à subsistência de uma fauna igualmente diversificada.

¹⁷ Cf. BIDEGAIN & SOFFIATI; 2002.

Sessenta e nove (69) espécies de peixes foram registradas na bacia, sendo que cinquenta e seis (56) habitam a Lagoa em regime integral.¹⁸ Há também uma grande quantidade de espécies marinhas que chegam até a Lagoa através do Canal das Flechas, algumas delas de médio porte como, por exemplo, o robalo e a tainha, que percorrem toda a extensão lacustre, alcançando ainda a Lagoa de Cima.



Foto de Satélite. Fonte: TECNORTE

Sua orla é composta por terrenos de planície aluvial e de restinga. Circundada por pastagens, com raras árvores nativas isoladas, se destacam aí os aglomerados de “gaiolinha” – planta africana designada em parte do nordeste brasileiro como *avelós*. Sua porção meridional margeia o município de Quissamã. A estrada que liga este município a Campos beira a Lagoa ao longo de alguns quilômetros.

O fundo da Lagoa é plano e seu assoreamento parece intenso. Um levantamento batimétrico realizado em 1995, sob os auspícios da Fundação para o Desenvolvimento do Norte Fluminense – FUNDENOR – registrou a profundidade atual da Lagoa oscilando entre 1,5m (mínima) e 2,3m (máxima)¹⁹. De um modo geral, suas águas são muito barrentas, devido, sobretudo, à intensidade dos ventos que quando sopram do quadrante meridional agitam bastante as águas, segundo informação dos pescadores, o que também fora observado durante o trabalho de campo.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ *Id.*



Fauna e Flora.
Foto Valpassos: 2002.



Lagoa.
Foto Colaço: 2002.



Entrada do Rio Ururá

2. O trabalho de campo em Ponta Grossa dos Fidalgos: uma visita às notas.

Por mais amparados que estejamos em reflexões clássicas ou contemporâneas sobre o trabalho etnográfico, as experiências *no* campo são sempre algo peculiar a cada pesquisador.²⁰ Ainda na introdução dos *Argonautas*, Malinowski qualifica a etnografia como a “ciência do relato honesto”.²¹ Não resta muito, portanto, senão descrever nas próximas páginas as condições em que foi realizado o trabalho de campo. Iniciado ainda nos primeiros anos de graduação, tal pesquisa propiciou a coleta de uma série de dados etnográficos que serviriam não apenas para feitura de minha monografia de conclusão de curso, mas, sobretudo, para a elaboração do projeto de mestrado que gerou a presente dissertação.

A maior parte da etnografia foi feita no povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos durante os anos de 2002 a 2005. Neste período, visitas diárias foram alternadas com semanas inteiras de trabalho entre os moradores e os pescadores do local. A

²⁰ Cf. EVANS-PRITCHARD: 1978.

²¹ MALINOWSKI; 1984: 18.

permanência em períodos cada vez maiores foi possibilitada pelo aluguel de uma casa que serve, até os dias de hoje, como base para a pesquisa.



Uma das casas alugadas para o trabalho de campo

Foto Colaço: 2004.

Outra importante característica que deve ser salientada é a de que raramente estive sozinho durante o trabalho de campo. Sempre houve muito estímulo, tanto por parte do Prof. Arno Vogel quanto pelo Prof. Mello, para que o trabalho fosse, dentro do possível, realizado em grupo. Ambos acreditavam que os ensinamentos de Marcel Griaule sobre o ‘trabalho de campo de longa duração’ e em ‘equipe’ poderiam ser importantes recursos metodológicos para a coleta de dados.²²

Escrever sobre o que foi o trabalho de campo é também empreender uma espécie de genealogia do percurso. Uma tentativa muitas vezes frustrada de refazer um caminho aparentemente familiar, mas que ao mesmo tempo é capaz de oferecer novas direções – muitas delas para lugares onde não se sabe muito bem onde vão dar. Para tanto, esta viagem não poderia começar sem antes utilizar um método que pode, à primeira vista, parecer um lugar-comum da Antropologia: visitar as *notas de campo*.

De um modo geral, entre todos os recursos utilizados pelos etnógrafos – mesmo os de diferentes gerações ou tradições teórico-metodológicas –, o *caderno de campo* ou *caderno de notas* parece ser aquele mais presente durante todo o trabalho. Isso, não significa, entretanto, que todos os dados etnográficos estejam no caderno. Em um artigo muito criativo, Jean Jackson mostrou que praticamente não há consenso entre os antropólogos americanos sobre o que realmente é a *nota de campo*.²³ Sua enquête constatou que os entrevistados definem como notas de campo desde os mais prosaicos

²² Conferir os comentários de James Clifford sobre o trabalho de campo feito por Marcel Griaule em CLIFFORD; 2002.

²³ JEAN JACKSON; 1990.

escritos nas cadernetas que acompanham o etnógrafo em ação até o caso onde pesquisadores afirmam ser a própria nota – daí o título de seu trabalho: *I'm a Fieldnote: Fieldnote as a Symbol of Professional Identity*.

Sem entrar aqui na discussão propriamente dita, mas seguindo algumas sugestões de Jackson, a visita as minhas notas me levam primeiro até o caderno de campo. Mais do que um conjunto de registros e informações escritas ao longo de conversas no meio da rua (ou da Lagoa) o caderno funciona como um recurso mnemotético. Um auxílio fundamental para a elaboração do texto etnográfico. Muitas vezes um fragmento, um rabisco, palavras-chaves ou desenhos são suficientes para que o etnógrafo possa reconstruir mentalmente uma experiência passada.

Relendo as anotações feitas durante o primeiro ano de pesquisa pude perceber algo já apontado por Carlos Valpassos em sua dissertação de mestrado: que os grandes temas que viriam posteriormente a ser considerados como objeto de diferentes pesquisas foram todos, de algum modo, explicitados por nossos primeiros interlocutores em nossa primeira visita a Ponta Grossa dos Fidalgos.²⁴ A significativa redução do espelho d'água da Lagoa e algumas das justificativas nativas para a explicação de tal processo; o elenco das pescas artesanais que, entre outras coisas, envolvia um profundo conhecimento do ecossistema lacustre; as festividades religiosas; as querelas onde figuravam importantes personagens da política local; o crescimento e as transformações que o povoado sofreu ao longo dos últimos anos. Enfim, uma gama de assuntos que rendeu muitas anotações e futuras possibilidades.

3. Impressões sobre o campo, ou relatos no plural.

O relato será feito no plural, pois estive ao longo do trabalho acompanhado por outros pesquisadores na maior parte do tempo.

A primeira fase da pesquisa teve um caráter mais exploratório²⁵, durante a qual “descobrimos” o campo – estabelecendo os contatos iniciais com os moradores e levantando questões para a etnografia. Até aquele momento tínhamos em mente a leitura de *Gente das Areias* e uma vaga idéia do que seria o tal povoado pesqueiro. Mas, a inexperiência diversas vezes nos colocava em dúvida se estávamos indo no ‘caminho

²⁴ Refiro-me aqui as pesquisas realizadas no âmbito do NUANF e do NUFEP. Cf. VALPASSOS: 2006.

²⁵ Janeiro de 2002 a novembro do mesmo ano.

correto'. O trabalho de campo engendrou temas pertinentes que às vezes não sabíamos ao certo de que forma considerar todos eles. Por outro lado, e para nossa confusão, a maioria das questões pareciam já ter sido levantadas no material de Castro Faria.

Este período foi bastante delicado, pois serviu, entre outras coisas, para consolidar o relacionamento com os moradores de Ponta Grossa dos Fidalgos. Com raras exceções, estes se mostraram sempre muito amigáveis e dispostos a auxiliar-nos no que fosse preciso. A maior dentre as dificuldades iniciais foi levar os pescadores a entenderem os reais objetivos de nosso trabalho. Embora Ponta Grossa não figure como pólo turístico, a maioria deles já estava acostumada com a presença de “estranhos”, entre eles, pessoas em busca dos atrativos naturais da região; figuras ligadas a políticos locais (quando não os próprios); freqüentadores oriundos das regiões vizinhas e até mesmo pesquisadores²⁶.

Estes e alguns outros *papéis sociais*, já estavam praticamente definidos. Foi, no entanto, uma novidade para eles encontrar uma dupla de pesquisadores interessados em estudar suas técnicas pesqueiras; seus conhecimentos sobre a Lagoa; e, de uma maneira geral, o seu modo de vida. Pelo menos foi dessa forma que Amarinho, Belo e Seô Celso – pescadores e moradores locais – nos receberam em na primeira visita de pesquisa.

Encontro esse que pode ser caracterizado com um acaso.

Chegamos ainda de manhã cedo de carona em uma Kombi, pois tínhamos perdido o horário de saída do ônibus da *Viação Progresso*²⁷. Desembarcamos na entrada do distrito de Ponta Grossa, e depois de alguns contatos estabelecidos com o auxílio de um outro amigo de faculdade que nos acompanhou na ocasião ²⁸, nos encaminhamos para uma venda a fim de comer e beber algo. Lá encontraríamos estes três personagens, sendo que dois deles – Amarinho e Belô – quase que automaticamente se tornaram responsáveis por nos apresentar o povoado naquele dia. Explicamos as razões de nossa presença ali e nossos anfitriões nos proporcionaram uma visita guiada pelas ruas do lugar.

²⁶ Vem sendo realizada uma série de pesquisas na área das Ciências Biológicas na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, precisamente na região Norte e Noroeste Fluminense e na qual inscreve-se o ecossistema da Lagoa Feia. Parte delas desenvolvidas por pesquisadores do Laboratório de Ciências Ambientais/LCA do Centro de Biociência e Biotecnologia/CBB da Universidade Estadual do Norte Fluminense/UENF.

²⁷ Empresa de ônibus responsável pelo transporte público no trecho Campos/Ponta Grossa. O percurso é realizado em tempo médio de uma hora e meia por conta das paradas em vários distritos da Baixada Campista até seu ponto final no povoado pesqueiro.

²⁸ Este era Ramon Maia, também aluno do curso de Ciências Sociais que tinha como amigo um morador local.



Amarinho e seus sobrinhos.

Foto Colaço: 2002.

Ponta Grossa dos Fidalgos se localiza na margem setentrional da Lagoa. Uma rápida caminhada revela até mesmo para o observador mais desavisado que se trata realmente de um povoado pesqueiro. Sem muito esforço o caminhante esbarra a todo o momento com grupos de homens tecendo e reparando redes de pesca; construindo ou consertando embarcações; ou mesmo carregando pescado em isopores com gelo.

De acordo com o levantamento feito por uma pesquisadora de nosso grupo, vive aí atualmente uma população de pouco mais de 2.000 habitantes em 650 moradias²⁹. A confirmar-se este número a localidade cresceu muito pouco em comparação com o período estudado por Castro Faria³⁰. A quantidade de pescadores, entretanto, parece ter aumentado significativamente. Uma contagem informal indica a existência de cerca de trezentos pescadores em Ponta Grossa, contra os cerca de duzentos registrados em 1939/41.

A pesca artesanal lacustre é a principal atividade econômica de Ponta Grossa dos Fidalgos, embora seja possível, atualmente, encontrar aí também outros tipos de ocupação. Há moradores – principalmente das gerações mais novas – que trabalham em Campos dos Goytacazes. Estes tiveram pouco ou nenhum contato direto com a pesca. Além disso, com o assentamento localizado ao norte da Baixada Campista parte de seus habitantes trabalha no setor rural prestando serviços nas fazendas de gado e usinas de açúcar da região. Este tipo de ocupação se torna sazonal para parte do grupo de

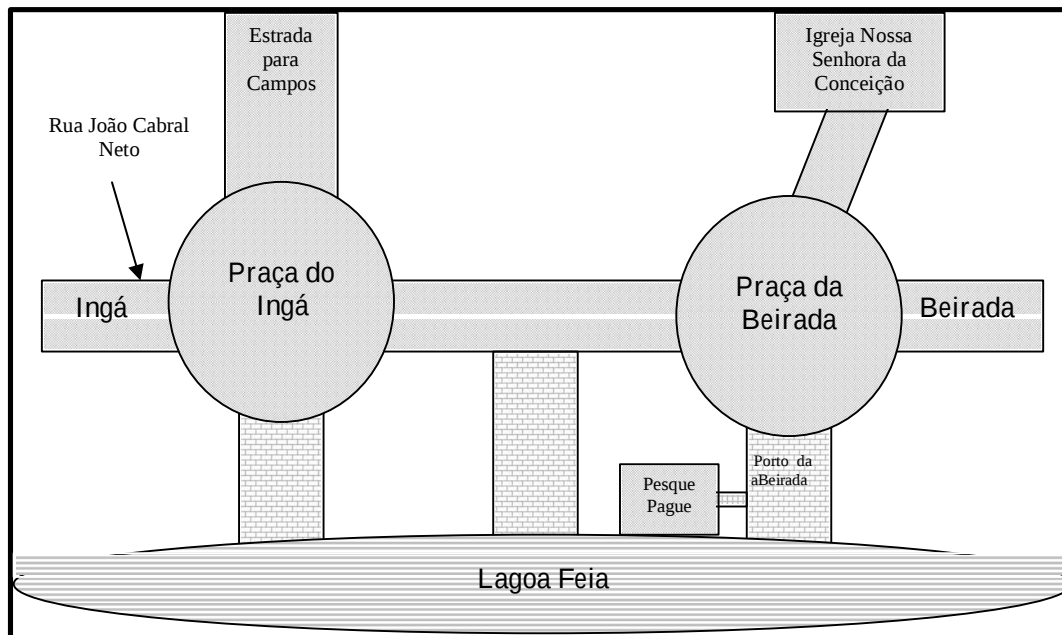
²⁹ Levantamento feito por Cyntia dos Santos Jorge, com base nas fichas de cadastramento do Posto de Saúde do povoado.

³⁰ “A população de Ponta Grossa é relativamente numerosa; não conseguimos, entretanto, dados estatísticos completos. (...) O total da população deve andar em torno de mil indivíduos”. (1939/41).

pescadores quando a mesma é desenvolvida durante o período instituído pelo IBAMA para a proibição da captura de espécies aquáticas – tema central da presente dissertação que será discutido mais a frente ³¹.

Ponta Grossa se estende ao longo da margem da Lagoa e sua área residencial compreende uma faixa de aproximadamente 2,5 km. Uma rua principal – João Cabral Melo – atravessa o povoado de uma ponta a outra. O lugar recebeu energia elétrica na década de 1960.

Em termos de sua distribuição espacial temos, de leste a oeste, a seguinte divisão: Ponta, Beirada e Ingá. Os moradores mais antigos afirmam que o assentamento teve sua origem na Beirada e no Ingá, estendendo-se, posteriormente, até a Ponta. No Ingá e na Beirada há dois largos que são chamados de *praças* pelos moradores. Tomando como referência a Praça da Beirada e seguindo rumo ao norte chega-se à Igreja Nossa Senhora da Conceição; rumo ao sul chega-se à Lagoa; para o leste fica a Ponta; e, na direção oeste situa-se o Ingá. No povoado atual, entre a Beirada e o Ingá, encontra-se, a região do Macaco; e, para além da Ponta, a região do Trator. Da Praça do Ingá sai a estrada de asfalto que, rumando para o norte, liga Ponta Grossa ao vizinho distrito de Tócos.



Esquema da organização espacial de Ponta Grossa elaborado por Valpassos.

³¹ O período de defeso (piracema) instituído pelo IBAMA, de acordo com a Portaria n. 71, vai de novembro a fevereiro e a captura de todas as espécies é proibida em toda a extensão da Lagoa. Durante estes quatro meses os pescadores cadastrados na Colônia de Pesca têm o direito de receber a quantia de um salário mínimo paga pelo Governo Federal. Entre os problemas relativos ao período de proibição muitos alegam que o valor do seguro é baixo em comparação com a receita da pesca e que por isso procuram outras ocupações.

Os moradores locais relatam que ainda na década de 1940 o espelho d'água da Lagoa Feia beirava a rua João Cabral de Melo chegando até mesmo a inundá-la na época das cheias. Atualmente, com a redução da área lacustre, ruelas perpendiculares à principal estendem-se, por mais de 200 metros, na direção da Lagoa. Ao longo das margens da Lagoa Feia, vamos encontrar os *portos* – lugares, em sua maior parte, de formação brejeira, onde os pescadores fundeiam suas embarcações ao voltar da pesca. De leste a oeste, temos os portos *do Trator, de Normélia, da Beirada, do Chiquinho, do Macaco, de Amaro Bagre, do Campo, de Balmineira, e dos Soares*.



Sô Zé Lisboa na porta de casa.

Foto Colaço: 2002.

O número de estabelecimentos comerciais aumentou com relação ao período estudado por Luiz de Castro Faria. Em Ponta Grossa, existem atualmente um mini-mercado, um salão de festas, uma farmácia, um pesque-pague, duas padarias, duas lojas de roupas e miudezas, três açougues, cinco armazéns, e onze bares. O lugar também conta com um posto de saúde, duas escolas municipais e um campo de futebol que na ocasião de nossa primeira visita ainda estava no final de sua construção. Entre os estabelecimentos religiosos é possível encontrar uma igreja católica e duas igrejas evangélicas.

Há dois eventos calendários locais a propósito dos quais os moradores se mobilizam – 29 de junho e 08 de dezembro – correspondentes, respectivamente, às festas de São Pedro (ver fotos abaixo) – padroeiro dos pescadores –, e de Nossa Senhora da Conceição – padroeira do distrito de Ponta Grossa dos Fidalgos. Embora se trate de

comemorações tradicionalmente católicas, a parte profana do evento não exclui os moradores de outros credos.



Barcos e Nuvens.

Foto Colaço: 2002.



Saída para a Procissão.

Fotos Valpassos: 2002.

4. O percurso, seus personagens e suas possibilidades.

No primeiro dia de trabalho fomos atingidos por uma avalanche de informações e apresentados a diversas pessoas através da dupla Amarinho e Belô. Dentre todas elas, conhecemos uma grande figura – o Doba, morador da localidade, ex-pescador e personagem fundamental para a pesquisa, tanto pela perspicácia com que dialogava acerca dos mais variados temas, inclusive e principalmente sobre a pesca, quanto pelo bom acesso que ele tinha aos mais diversos grupos e pessoas no local.

Muitos etnógrafos já escreveram sobre seus interlocutores mais próximos. Temos excelentes relatos sobre o papel central de personagens locais no trabalho etnográfico. Quando Victor Turner escreve sobre sua relação com Muchona em seus seminários sobre a religião Ndembu ou Mello & Vogel descrevem as performáticas conversas com Poeira acerca do sistema lagunar de Maricá, eles estão na verdade narrando suas experiências pessoais com *informantes qualificados*, ou seja, verdadeiros especialistas nativos para certos assuntos.³²

Não sei afirmar com precisão se Doba poderia ser considerado um *informante qualificado*, nesses termos. Parece-me mais correto considerar que Doba está para a pesquisa em Ponta Grossa assim como Doc está para a pesquisa de William F. Whitte

³² Um apanhado de diferentes relatos sobre o trabalho junto a informantes nativos pode ser conferido em CASAGRANDE; 1964.

em Cornerville, Boston³³. Ou seja, alguém que conhece o lugar, as pessoas, as etiquetas e que tem despojamento e intimidade suficientes com o etnógrafo para tratar de temas delicados ou mesmo conversar sobre o direcionamento prático da pesquisa.



Doba e Colaço no Porto da Beirada.

Foto Valpassos: 2002.

Doba, por conta de sua peculiar biografia, era uma espécie de ‘homem marginal’ em Ponta Grossa³⁴. Nascido no lugar, pescou até cerca de 10 anos atrás. Entretanto, os períodos em que foi pescador foram alternados por períodos em que residiu fora Ponta Grossa em lugares como Porto Alegre e Rio de Janeiro. As andanças de Doba fora do povoado só se findaram depois de seu casamento com Helinha – também moradora do local. Hoje em dia Doba é funcionário da prefeitura de Campos dos Goytacazes e sua esposa tem uma banca de peixes em uma feira semanal na cidade.

Em visitas posteriores começamos a ser conhecidos como “gente de Doba” devido a sua constante presença junto aos etnógrafos e ao acompanhamento periódico das conversas com outros interlocutores. Essa associação feita por muitos dos moradores de Ponta Grossa foi demasiado importante, pois ajudou a desfazer alguns equívocos nativos sobre nossos interesses de pesquisa. Ser “gente de Doba” também significou, de algum modo, ser “gente de bem”.

Isso ficou mais claro quando lidávamos, nesta parte exploratória da pesquisa, com alguns temas-tabus. Um deles, embora eu não soubesse naquele momento, se

³³ Cf. WHITTE; 1975.

³⁴ De acordo com STONEQUIST; 1948, o ‘homem marginal’ é o indivíduo que teve sua biografia marcada pelo contato com diferentes culturas. Os processos de imigração colocaram indivíduos oriundos de culturas não ocidentais em contato direto com o modo de vida urbano das grandes cidades americanas no início do século XX. Esta condição, de acordo com o autor, gerou um tipo de personalidade que, deslocada de seu quadro de referência original, passa por um intenso processo de assimilação a nova cultura. Ao fim e ao cabo, o ‘homem marginal’ é detentor de competências que o credenciam a experimentar os variados estímulos da vida urbana – sejam estes positivos ou negativos.

tornaria objetivo central desta dissertação: os problemas que envolviam o estabelecimento do calendário de proibição da atividade pesqueira em determinados meses do ano.

Como nosso assunto principal sempre girou em torno da pesca fomos inicialmente alvo da desconfiança de parte dos pescadores que nos imaginavam vinculados ao Instituto Brasileiro de Proteção ao Meio-Ambiente – IBAMA. – na figura de pesquisadores do órgão ou mesmo enquanto fiscais.

A relação tensa entre os pescadores e o IBAMA chamou a atenção desde então embora eu não tenha, durante a graduação, me ocupado detalhadamente deste assunto. Os recorrentes conflitos e as idéias que os pescadores faziam da atuação do órgão sempre permearam nossas conversas acerca da pesca e do ciclo ecológico da Lagoa Feia. Porém, somente mais tarde as notas de campo dariam lugar à preocupações mais concretas.

Com o passar do tempo, a proximidade de Doba e outros pescadores ajudou a minimizar as dúvidas que a presença dos etnógrafos no povoado ainda poderia causar aos demais moradores. Creio que atualmente a maioria deles compreende razoavelmente os objetivos de nosso grupo. Superando as “pré-noções nativas” destes primeiros contatos, Ponta Grossa dos Fidalgos se tornou um ambiente muito propício para o estudo: um lugar de gente agradável, receptiva e hospitaleira.

Se no primeiro dia de trabalho de campo apareceram assuntos que nos acompanhariam dali em diante, o segundo ano ³⁵ foi marcado pela mudança no que se refere à relação de nosso grupo com os pescadores. Aproveitemos, então, os feriados e fins de semana para permanecer na localidade durante um tempo mais prolongado. Nesse período usamos bastante a casa alugada na área central de Ponta Grossa, mais precisamente na Rua João Cabral de Melo. Além da estrutura de moradia que a casa proporcionava, podíamos convidar nossos interlocutores para conversas em tons mais tranquilos e reservados, coisa que o trabalho ‘fora da casa’ não proporcionava.

Contudo, isso nunca nos tornou pessoas ‘do lugar’. Jamais fomos considerados assim. E, certamente, não era essa a intenção de nosso grupo. Porém, o estabelecimento de uma base em Ponta Grossa, uma espécie de ‘porto-seguro’, indiretamente fez com que a maioria dos moradores percebesse a seriedade do trabalho que desenvolvíamos

³⁵ Período referente ao ano de 2003. Estive durante este período acompanhado por João Paulo Gama de Oliveira e Brián Germán Ferrero, respectivamente, Graduado em Ciências Sociais e Antropólogo.

ali. A casa serviu, entre outras coisas, mostrar que estávamos dispostos a fazer uma pesquisa de longa duração mesmo quando ocorriam mudanças no *staff*.³⁶

Com o aprofundamento do trabalho de campo, pude, sem perder de vista o todo, me concentrar sistematicamente nas questões focais de minha etnografia.

Foi também neste período que conhecemos Luiz Galo, um dos mais constantes interlocutores sobre assuntos referentes à pesca na Lagoa Feia. Ele e seu filho Luivan formavam uma companhia de pesca. Experiente, com excelente didática e grande paciência, Luiz esteve sempre disposto a conversar, horas a fio, sobre regras e direitos, técnicas pesqueiras e classificações naturalísticas. O pescador foi responsável pela maioria das incursões na Lagoa. Tivemos o privilégio de acompanhá-lo algumas vezes durante suas pescarias. Não é exagero dizer que Luiz proferia verdadeiras aulas sobre o funcionamento do ecossistema ali mesmo, em sua canoa, dentro da Lagoa: apontando e gesticulando, mas sempre de forma muito calma com tom de voz baixo e pausado, o que marcava sua relativa timidez.



Luiz e Luivan voltando da pesca.

Foto Colaço: 2003.

A essa altura o grupo de pesquisa já reunia um extenso material etnográfico e a convivência quase diária, seja no campo, seja na universidade, criou espaço para instigantes conversas acerca dos rumos do projeto como um todo e das pesquisas levadas a cabo por cada um.

³⁶ Como o projeto contemplou, desde o início, pesquisadores em diferentes etapas de formação, alguns membros do grupo se ausentavam sazonalmente para a feitura de seus trabalhos monográficos e demais obrigações acadêmicas.

Conforme alerta Malinowski, chega um determinado momento em que o etnógrafo precisa dar forma escrita, ainda que numa versão provisória, às suas reflexões, para que, a partir daí, seja possível uma progressão satisfatória de sua pesquisa³⁷. Experimentei, portanto, diminuir as idas a campo e escrever pequenos ensaios como forma organizar minhas impressões.

Assim, o desafio da escrita foi de grande valia³⁸.

Construir um texto, por mais experimental que seja, conduz o etnógrafo a exercitar o pensamento e a realizar uma interpretação dentro dos modelos e das categorias da Antropologia enquanto disciplina. É nesse momento que o material de campo se transforma em dado etnográfico. Extensas listas de nomes e de coisas começam a fazer sentido. Pequenos fragmentos de conversas e relatos de casos se tornam peças fundamentais para a elaboração do texto. Surgem os personagens, suas biografias e suas idiossincrasias. Entretanto, se escrita é capaz de dar sentido aos dados, ela também é responsável por apresentar as lacunas, equívocos ou esquecimentos do etnógrafo.³⁹

As primeiras versões destes ensaios serviram para mostrar certas deficiências no material forçando-me a retornar periodicamente ao campo. Procurei, dentro do possível, aprofundar algumas questões e verificar os problemas que a escrita manifestava. Foi nesse período que comecei a considerar o calendário de proibição da pesca com mais propriedade.⁴⁰

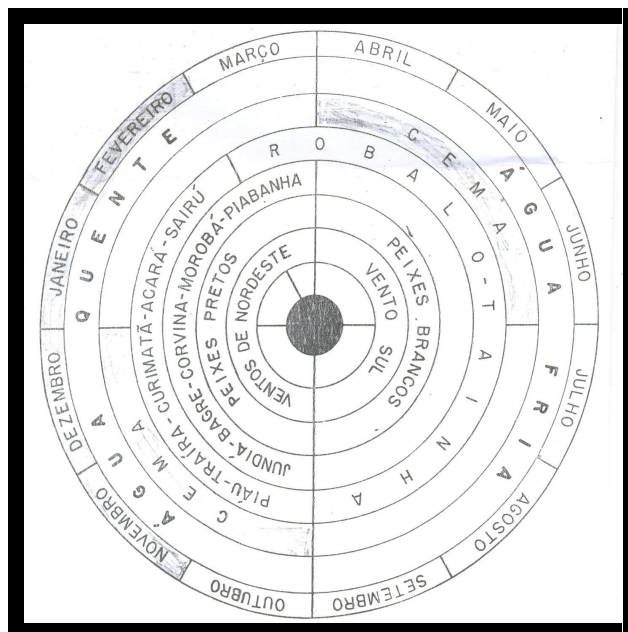
Dentre todos os fragmentos de textos, rascunhos e desenhos que compunham o material de Castro Faria sobre o povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos, chamava nossa atenção um diagrama. Muito bem desenhado, tratava-se de uma ‘roda’ onde era possível encontrar a reunião de diversas informações acerca do ciclo ecológico da Lagoa Feia. Distribuído a partir dos 12 meses do ano, da margem ao centro do diagrama pode-se encontrar a temperatura da água; o período de reprodução das espécies aquáticas e a dicotomia entre peixes brancos/peixes pretos; e, a incidência dos ventos.

³⁷ “Com base em minha própria experiência, posso afirmar que muitas vezes, somente ao fazer um esboço preliminar dos resultados de um problema aparentemente resolvido, fixado e esclarecido, é que eu me deparava com enormes deficiências em meu estudo – deficiências essas que indicavam a existência de problemas até então desconhecidos e me forçavam a novas investigações”. (MALINOWSKI; 1984: 25).

³⁸ As versões preliminares desses textos se tornariam, posteriormente, minha monografia de bacharelado em Ciências Sociais e um artigo publicado recentemente.

³⁹ Ver, a propósito, CARDOSO DE OLIVEIRA; 1998.

⁴⁰ Meados do ano de 2004. A Leitura da monografia de bacharelado de HUGENIN; 2002 sobre o desacordo entre o IBAMA e as caranguejeiras de Gargaú foi fundamental para a elaboração das minhas questões iniciais sobre o assunto.



Experimentamos levar o tal diagrama para o campo e mostrá-lo aos pescadores. Parecia interessante verificar o que eles diriam sobre as informações ali contidas, visto que a essa altura já sabíamos qual era o período de proibição estabelecido pelo IBAMA.

O primeiro que discutiu conosco o diagrama foi Ley – funcionário do posto de saúde de Ponta Grossa dos Fidalgos. Mesmo não sendo pescador, Ley tinha relação direta com a atividade, pois era ‘dono-de-pesca’⁴¹. Em casa, possuía um cômodo onde guardava os apetrechos e um freezer para fazer gelo e estocar o pescado. Nos dias de folga do emprego ele trabalhava como atravessador vendendo peixe fresco pelos povoados da Baixada Campista dirigindo sua Kombi equipada com alto-falante. Além disso, sempre que lhe sobrava tempo gostava de acompanhar a pescaria assumindo a *companha* na condição de popeiro – função de maior *status* durante o desempenho da atividade.

Ley ficou surpreso com o diagrama. Relatou aos etnógrafos que as informações ali apresentadas – principalmente aquelas relativas ao período de reprodução dos peixes – estariam corretas mesmo tendo sido registradas a cerca de 60 anos atrás. Quando perguntado sobre o porquê do calendário do IBAMA não estar de acordo com aquele, Ley disse que não sabia ao certo o motivo. Arriscou algumas explicações, mas reconheceu que talvez não fosse a pessoa mais qualificada para falar sobre o assunto.

⁴¹ Dono-de-pesca é aquele que possui um ou mais barcos e os demais apetrechos. Geralmente, os donos-de-pesca que não são pescadores contratam o serviço de outros profissionais. A repartição do pescado é a partir do sistema do quinhão – que apresentarei mais detalhadamente no capítulo seguinte.

A dúvida sugerida a partir deste primeiro diálogo nos levou a voltar mais vezes ao assunto com outros interlocutores. Sempre que considerávamos oportuno o diagrama da Lagoa era sugerido nas conversas. O enredo não era muito diferente: manifestava uma espécie de ceticismo dos pescadores para com a atuação do IBAMA na região.

Mas não era apenas isso. Esse tema, da maneira como estava se configurando no campo, pedia mais atenção. Quando incentivados a falar do calendário e da relação com o IBAMA, os pescadores narravam casos, arriscavam palpites, mostravam-se ora descontentes e ora conformados com o órgão. Nossos interlocutores apresentavam histórias onde diversos personagens eram evocados formando uma complexa rede de possibilidades.

Assim, dediquei, particularmente, as atenções no final do ano de 2004 a elaboração do texto monográfico. O fim da graduação se aproximava ao mesmo tempo em que chegava o momento de pensar na redação de um projeto de pesquisa capaz de me credenciar-me para o mestrado. Naquela altura eu desejava continuar os estudos sobre o povoado de Ponta Grossa e a pesca artesanal na Lagoa Feia. Com um material etnográfico relativamente extenso e um problema que parecia ser extremamente relevante, participei do concurso de seleção para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Aprovado, ingressei em março de 2005.

Durante o primeiro ano do mestrado o tempo ficou totalmente ocupado pelo cumprimento das disciplinas obrigatórias e optativas. Dediquei-me de forma integral às leituras dos cursos oferecidos no âmbito do PPGA/UFF. O material etnográfico de Ponta Grossa serviu para a elaboração dos trabalhos finais de duas disciplinas.⁴²

Também tive a oportunidade de conversar periodicamente com os colegas pesquisadores do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) e do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP) acerca do encaminhamento do projeto bem como das reflexões feitas até aquele momento.

O ano de 2006 se iniciou com a qualificação do projeto de dissertação. A arguição da banca foi decisiva para os caminhos que minha pesquisa ira tomar dali em

⁴² Foram estas 'Antropologia do Direito' e 'Antropologia e Imagem/Pensamento Social Brasileiro', ministradas pelo Prof. Roberto Kant de Lima pela Prof^a. Lygia Segalla respectivamente. No caso da última, o trabalho gerou um artigo recentemente publicado no vol. 12, n. 27 da Revista Comum com o título de *Um Outro Olhar sobre Ponta Grossa dos Fidalgos: usos da fotografia na pesquisa antropológica*. Cf. COLAÇO; 2006.

diante, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico.⁴³ No restante desse mesmo ano dividi minhas atividades de pesquisa com as de estágio-docência na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Paralelamente, continuei com as leituras relativas ao meu projeto de dissertação.

5. De volta ao começo, ou o fim do percurso?

Subitamente, fui levado de volta ao começo.

Nos últimos meses do mestrado tomei a decisão de escrever o restante desta dissertação em Campos dos Goytacazes, cidade onde fiz graduação e onde residi durante os quatro anos do curso de Ciências Sociais. O retorno a Campos trouxe a tranqüilidade que buscava para a fase final de escrita.⁴⁴

Especialmente me encontrei mais perto de Ponta Grossa dos Fidalgos e da Lagoa Feia. Também estava próximo ao escritório regional do IBAMA – onde pude contar com o apoio e o interesse de seus funcionários para as discussões acerca da Portaria n. 71 e da atuação local do órgão. Além disso, a proximidade com a UENF nesse período me permitiu estar junto a alguns colegas do grupo de pesquisa e com o Prof. Arno Vogel que continua coordenando os projetos no âmbito do Laboratório da Sociedade Civil e do Estado/LESCE/CCH.⁴⁵ Estar na região Norte Fluminense no período da elaboração do texto etnográfico me proporcionou eventuais visitas ao povoado e ao escritório do IBAMA com o objetivo de discutir questões que possam ter ficado pendentes. Uma tentativa, muitas vezes frustradas, de fechar as lacunas do material ou minimizar a deficiência de alguns argumentos.

A genealogia do percurso aqui realizada aqui certamente não se restringiu apenas as páginas rabiscadas de *meu* caderno de campo.

Não sei se posso afirmar com tanta precisão que “*eu vi o que aconteceu; eu sou uma nota de campo*” conforme sugeriu um dos entrevistados de Jean Jackson. Entretanto, muito do que consta nesta primeira parte, e no restante da dissertação, é

⁴³ A banca examinadora era presidida pelo Prof. Marco Antonio da Silva Mello, meu orientador, Prof. Arno Vogel e Prof^a. Neiva Vieira da Cunha.

⁴⁴ Parte dessa dissertação foi escrita na república de estudantes em que morei um longo período durante graduação.

⁴⁵ O grupo de pesquisa coordenado pelo Prof. Arno Vogel foi cadastrado recentemente no CNPq com o nome de Núcleo de Estudos Antropológicos do Norte-Fluminense Luiz de Castro Faria/NUANF.

fruto de exaustivas conversas com os pescadores da Lagoa Feia, com colegas de profissão e, mais recentemente, com os interlocutores no IBAMA.

Percorrer este caminho foi, a todo o instante, refletir sobre ele.

O percurso aqui é a história da pesquisa que se confunde com a digressão sobre o trabalho de campo. Ao terminá-lo sinto que talvez o percurso não esteja de todo encerrado. Pode ser mesmo que ele nunca encontre seu final. E, nesse momento, o melhor que esse etnógrafo pode fazer é convidar o leitor para embarcar numa canoa, a fim de compartilhar com ele seu material, suas histórias e suas incertezas.

PARTE II

A PESCA ARTESANAL NA LAGOA FEIA: CONHECIMENTOS E DIREITOS.

“A pesca é a magia do pescador”

Sêo Geraldo, pescador de
Ponta Grossa dos Fidalgos.

O universo da pesca artesanal, tal como pude observá-lo em Ponta Grossa dos Fidalgos, se constitui mediante a elaboração, mobilização e articulação de determinados dispositivos técnicos com base nos conhecimentos adquiridos da tradição do ofício pesqueiro e de sua constante atualização na experiência quotidiana. Entretanto, mais do que dispositivos técnicos bem articulados, a pesca artesanal imprime nos habitantes locais uma marca que os distingue dos demais grupos e povoados da Baixada Campista. Encontrei em outros distritos da região uma noção relativamente bem consolidada de que Ponta Grossa *“é sim um ‘povoado pesqueiro’”*.

Essa classificação exógena também acaba envolvendo aqueles moradores que não tem contato direto ou nenhum com a pesca artesanal. Sem entrar por hora na discussão da qualidade dessa identidade, parece possível afirmar que os moradores locais, querendo ou não, estão relacionados com ela. Seja por alguma relação de parentesco com aqueles que desempenham (ou desempenharam) o ofício, ou mesmo pelo simples fato de residir em um povoado situado às margens da Lagoa Feia onde, desde sua constituição, a atividade da pesca artesanal já chamava a atenção pela quantidade da produção bem como pela qualidade das espécies capturadas. Um bom exemplo disso está presente ainda hoje na forma nostálgica com que os moradores mais antigos da cidade de Campos, principalmente aqueles das classes sociais mais abastadas, se referem aos famosos *“Robalos da Lagoa Feia”*. Para tal espécie sempre foram atribuídas qualidades positivas que afirmam o seu tamanho (em comparação a

outros peixes encontrados na região Norte-Fluminense) e o paladar refinado de sua carne – ingrediente indispensável para a feitura de sofisticadas receitas da culinária.

Para efeitos de exposição, começarei esta descrição à maneira de Malinowski, com uma etnografia da canoa de pesca e das embarcações que lhe sucederam em tempos mais recentes para depois apresentar os demais apetrechos pertinentes: *velas*, *redes*, *remos* e *calões*. Em seguida, vou deter-me nos *grupos de pesca* para, finalmente, apresentar o conjunto mais relevante das modalidades pesqueiras praticadas pelos pescadores ponta-grossenses.

A proposta deste capítulo, entretanto, não é somente a descrição das técnicas. Quero apresentar aqui como as técnicas desempenhadas por estes pescadores estão estritamente associadas a um conhecimento refinado do ecossistema da Lagoa no que diz respeito a sua constituição geográfica e biológica como um todo. A etnografia desse conhecimento naturalístico acabou revelando, ainda que de forma limitada, um complexo sistema de etiquetas que podem ser entendidas como regras que organizam o acesso aos recursos pesqueiros na Lagoa Feia.

1. As embarcações.

Os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos utilizavam, tradicionalmente, canoas. Essas embarcações eram feitas de peroba ou cerejeira e esculpidas em um único tronco. O material podia ser facilmente encontrado na Mata do Imbé, reserva florestal localizada a noroeste, no município de Campos dos Goytacazes. As canoas mediam de seis a oito metros de comprimento, tinham formato arredondado nas extremidades da popa e da proa e eram impulsionadas por velas, feitas de sacos de farinha de trigo, e com o remo, que funcionava, ora como propulsor, ora como leme. Quando não havia vento os pescadores utilizavam, além do remo, uma espécie de vara, ainda mais longa do que este, que, cravada no fundo da Lagoa servia, ainda, para ancorar a embarcação, impedindo-a de se movimentar livremente.

Atualmente não se produzem mais canoas em Ponta Grossa. Subsistem, aí, apenas três embarcações deste tipo e, mesmo assim a data de sua construção remonta a pelo menos quatro décadas passadas. Dois motivos podem explicar tal fato. O primeiro foi a proibição da derrubada de *peroba* no Imbé, pois esta havia sido identificada como uma espécie arbórea em extinção, pelo IBAMA. O segundo motivo está relacionado

com a disponibilidade. Desde o asfaltamento da estrada, que liga Ponta Grossa aos outros municípios da Baixada Campista, se tornou viável obter determinados bens e serviços, outrora pouco acessíveis. Assim, os pescadores puderam adquirir, entre outras coisas, madeira cortada em tábuas de tipos e origens variadas.

Por volta de 1970, as canoas começaram, então, a ser substituídas por barcos de tabuado. Estes são constituídos por diferentes partes, articuladas umas às outras por pregos de ferro ou de cobre bem como utilizando cantoneiras de metal. Cada parte é um plano constituído de várias tábuas, que deve ser medido e cortado separadamente para facilitar a combinação de dois ou três tipos diferentes de madeiras na mesma embarcação. Usualmente os construtores preferem a *oiticica*, pois tem boa durabilidade e um preço proporcionalmente vantajoso.

Por duas vezes acompanhei a construção de um barco em Ponta Grossa dos Fidalgos, além de, corriqueiramente, observar os pescadores empreendendo pequenos reparos em suas embarcações. Existem apenas dois mestres construtores de barco na localidade: São Pedro e São Alcino. Ambos aprenderam a técnica com artífices mais velhos e de maneira informal.



Feitura do Barco.
Foto Colaço: 2003.



Ferramentas do São Alcino
Foto Colaço: 2003.

A confecção começa com o corte da *borda* do barco, ou seja, os dois panos laterais da embarcação. A *borda* pode variar dos 7,20m até 8,50m de comprimento e sua altura média é de cerca de 80 centímetros. Em seguida, se tira a medida do *lançamento*, recorte diagonal localizado na proa do barco. O ângulo formado entre a *borda* e o *lançamento* é de aproximadamente 130 graus. Antes do corte do resto da madeira, é o *lançamento* que serve como referência média para o tamanho da embarcação. Para envergar a *proa*, amarra-se uma corda bem apertada ao redor dela. Tencionada a corda, a *proa* se afila e se eleva um pouco, com relação ao restante do

barco. O fundo se faz por último, aproveitando o novo molde, resultante da pressão da corda. Pregos de 6 centímetros, ao longo de toda a extensão do barco, mantêm conectadas entre si todas as partes do mesmo. Pronta a estrutura, resta apenas aplicar a massa, para vedar as fendas; fixar os bancos – cuja quantidade é proporcional ao tamanho da embarcação – e pintar a madeira. A cor mais utilizada em Ponta Grossa dos Fidalgos é o verde-escuro. Há quem diga que esta preferência se deve ao fato de que esse matiz funciona como uma espécie de camuflagem, tornando a embarcação invisível na vasta vegetação lacustre.

Embora tenha deixado de ser produzida, a canoa continua, atualmente, mais valorizada do que o barco, porque lhe são atribuídas certas qualidades específicas, tais como, grande durabilidade e excelente aerodinâmica para a navegação. Ao estabelecer comparações, os pescadores costumam dizer: *“enquanto o barco vai de encontro à água, devido ao seu formato ‘mais quadrado’, a canoa desliza, ela corta a água porque é esculpida de forma mais arredondada”*. O barco, por sua vez, além de suportar menos peso do que a canoa apresenta-se ainda menos estável do que esta. Esta distinção entre as duas embarcações me parece, às vezes, ligada também a uma certa *nostalgia* dos mais velhos. É possível assim falar de um *tempo da canoa*, rememorado pelos moradores locais, onde *“as pescarias eram mais fartas”* e onde os pescadores eram reconhecidos por sua técnica e desenvoltura na prática do ofício. Os relatos acerca da canoa transcendem, pois, a questão de sua maior ou menor *utilidade*, revelando, para além desta, a dimensão simbólica deste bem⁴⁶.



Canoa na Pesca de Trolha.

Foto Castro Faria.

⁴⁶ DOUGLAS & ISHERWOOD; 2004 discutem como, em diferentes sociedades, os usos dos bens transcendem sua funcionalidade utilitária. Em seu estudo sobre os pescadores de Itaipu/RJ, KANT DE LIMA; 1997: 83 argumenta que as Canoas estão sempre vinculadas à histórias de seus proprietários e da pesca em geral. Também MELLO & VOGEL; 2004: 41 fazem referência ao valor simbólico atribuído aos apetrechos pelos pescadores de Maricá/RJ.

A grande maioria das atuais embarcações tem motor movido a óleo diesel de 25 HP de potência. A engrenagem é parafusada na proa do barco (ou da canoa), ficando a hélice submersa. O leme de ferro é posicionado atrás do banco na popa. Os pescadores apontam as vantagens e desvantagens da utilização do motor. São vantagens indiscutíveis: a possibilidade de navegar toda a extensão da Lagoa Feia, independente de bons ventos, e redução do esforço braçal exigido pela atividade. Em compensação, muitos pescadores creditam ao ruído dos motores, em trânsito pela Lagoa, uma perceptível diminuição da quantidade de pescado, nos últimos anos. “*É como se espantasse os peixes*”, dizem, pois argumentam que os peixes, ao se esconderem na vegetação e nos brejos, são mais difíceis de capturar.

Pela feitura do barco o mestre cobra somente a mão-de-obra, pois todo o material é fornecido pelo futuro proprietário. Ele, geralmente, conta com a ajuda do próprio contratante, bem como dos amigos e parentes mais próximos deste. Durante o processo, que, em princípio, pode realizar-se em mais ou menos três dias – do corte da madeira até a pintura final –, o proprietário é responsável pelo provimento de comida e bebida para o mestre e seus ajudantes.

2. As redes e os apetrechos⁴⁷

A confecção de redes e apetrechos também faz parte do conhecimento fundamental para do artesanato pesqueiro na lagoa. O uso destes artefatos está intimamente ligado ao conhecimento que os pescadores têm da biologia das espécies e da geografia do ambiente lacustre. A utilização das redes varia de acordo com três fatores principais: 1) o tipo de pescaria a ser realizada; 2) a espécie de peixe que se deseje capturar; e 3) as condições naturais encontradas na lagoa durante a atividade.



Reparando a rede. Foto Colaço: 2003.

⁴⁷ O artesanato da pesca não se resume apenas às redes. Os pescadores também elaboram outros artefatos para diferentes tipos de captura, tais como, o espinhel; o engasgo; e o juquiá.



Rede de Algodão.
Foto Valpassos: 2003.



Fazendo a Rede.
Foto Valpassos: 2002.

No período documentado por Castro Faria, as redes eram de fio de algodão com espessura variável. Atualmente o fio de Nylon é o material mais utilizado na sua confecção. Uma rede é dividida em *peças* e a *tabuleta* é a ferramenta responsável pela definição do tamanho da malha. A *braça*, ou seja, a envergadura natural de um homem adulto com porte médio serve como escala de medida das peças. Para ser utilizada corretamente, a rede precisa ser *entalhada*. A *tralha* é um fio mais grosso que prende as malhas em toda a sua extensão. Toda rede tem duas tralhas: a superior e a inferior, isto é, a *tralha da cortiça* e *tralha da chumbada* (ou *peso*) respectivamente. O fio em forma de alça que prende a malha da rede na tralha recebe, no jargão dos pescadores, o nome de *encala*. A última etapa do processo de feitura é a colocação da *cortiça* e da *chumbada*. Antes disso, porém, o pescador precisa esticar ao máximo a peça para aproveitá-la em toda a sua extensão. Muitas vezes, a *cortiça* é substituída por outros materiais flutuantes, tais como pedaços de isopor ou, até mesmo, garrafas plásticas vazias. O mesmo acontece com a *chumbada*. A preferência é pela compra de pequenos cilindros de chumbo, contudo, também estes podem ser substituídos por objetos pesados como, por exemplo, pedaços de tijolo ou pedras.

As redes são feitas pelos próprios pescadores. Ao caminhar por Ponta Grossa facilmente se avista um pequeno grupo de homens fazendo ou reparando suas redes em animadas conversas sobre temas do universo masculino – além de falarem, é claro, constantemente sobre a pesca e sobre a Lagoa. Também as mulheres e crianças podem dedicar-se a esta atividade. Mulheres e meninas, entretanto, devem realizá-la dentro dos

limites da casa, ao passo que os homens comumente as tecem nas calçadas das ruas ou dentro dos bares. Alguns pescadores mais velhos, já afastados do ofício, fazem rede por encomenda. Além do pequeno pagamento em dinheiro – o valor da mão-de-obra para tecer uma rede não é muito alto – trabalhar com esta arte garante o permanente acesso ao universo da pesca na Lagoa Feia, reafirmando constantemente a identidade de pescador local diante do grupo.

Outros dois componentes indispensáveis à realização da pesca com rede são o *remo* e o *calão*. O primeiro consiste numa peça talhada em madeira de garapa medindo aproximadamente 7,5cm de diâmetro e 3,0m a 3,60m de comprimento. A parte de baixo do remo tem um formato retangular e é esculpida separadamente para se anexar, em seguida, ao restante do artefato. Este remo funciona como uma alavanca, gerando um mecanismo de impulsão ao ser apoiado pelo *popeiro* no fundo da Lagoa Feia. A manobra é possível, como já sabemos, em virtude da baixa profundidade média das águas lacustres.⁴⁸ O *calão*, por sua vez, é uma vara de bambu grosso que serve para limitar o final das peças de rede. Caso o sistema de pesca utilizado exija que a rede permaneça parada – como uma *rede-de-espera* – o *calão* funciona como uma estaca, fixando-a verticalmente no fundo. Se, no entanto, a opção for uma técnica onde a rede tenha de ser manejada de dentro d' água, é a partir do *calão* que o pescador executa os seus movimentos.

3. Grupos de pesca e pescadores.

Até onde vão os nossos conhecimentos, a pescaria na Lagoa Feia tem sido desempenhada por grupos de três homens para cada embarcação. Esta organização é denominada *grupo de pesca*. A constituição desse grupo se dá com base em laços de parentesco ou amizade. Um dos pescadores é considerado o *mestre*. Como dono das artes (apetrechos e embarcação) e pescador mais experiente, ele é o responsável pela condução da pescaria. Sua função dentro da embarcação é a de *popeiro*. Cabe a ele a escolha do local onde se deve pescar e da técnica a ser utilizada. O resultado da investida depende estritamente de suas decisões.⁴⁹

⁴⁸ Cf. BIDEGAIN & SOFFIATI (2002).

⁴⁹ Em Maricá, por exemplo, a *companha* de pesca se reduz a dois membros – o *corticeiro* e o *chumbereiro*. MELLO & VOGEL; 2004: 312.

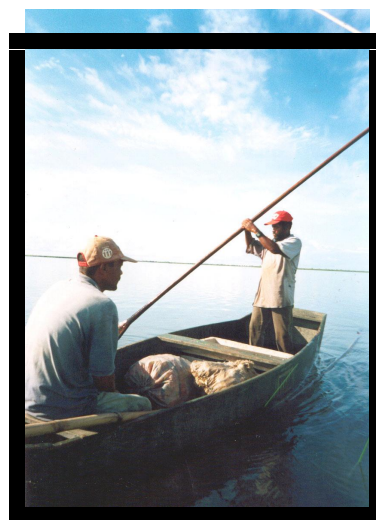
Os outros dois homens do grupo são o *meeiro* e o *proeiro*. São também chamados de *camaradas* ou *quinhoeiros*. Durante a pescaria, eles obedecem às ordens do *mestre*, que é, neste sentido, um comandante soberano, responsável último pelos êxitos e fracassos da empreitada.

O estabelecimento destas posições tem implicações fundamentais não apenas na prática da pesca, mas também na divisão dos ganhos: o *quinhão*. A quantidade total do pescado primeiramente é dividida por dois. Daí é retirada a parte do mestre – o pagamento das *artes*. Em seguida, o restante é dividido por dois, resultando daí o quinhão final de cada *camarada*. Um quinhão é referente à quarta parte da quantidade total do produto.

O sucesso econômico do mestre é, em princípio, reflexo de sua experiência como pescador, ela mesma baseada em um profundo conhecimento empírico. Manejar as técnicas artesanais com desenvoltura e operá-las de forma precisa constitui um *saber* objetivamente reconhecido dentro e fora do grupo de pesca.



Companha de três.
Foto Colaço: 2003.



Companha de dois.
Foto: Colaço: 2003.

Desde a época da pesquisa de Castro Faria, ocorreu uma mudança na constituição dos grupos de pesca. Até os anos 60 e 70 do século passado as pescarias mais comuns eram o *lanço* e a *trolha*, técnicas que exigem o concurso de três pescadores. As intervenções do DNOS realizadas a partir de 1940 na Lagoa Feia foram, no entanto, responsáveis por profundas transformações no ecossistema lacustre com

implicações fundamentais para as práticas da pesca artesanal.⁵⁰ Em função delas, tanto a *trolha*, quanto os *lanços* têm sido, gradativamente, substituídos pela pesca de *minjoada*, que requer apenas um ou dois pescadores, no máximo. Atualmente, os grupos estão mais flexíveis, porque a *minjoada* é hoje a mais comum das pescarias em Ponta Grossa dos Fidalgos. Entretanto, sempre que se recorre à *trolha* ou ao *lanço* o grupo de três pescadores é recomposto.

4. A minjoada.

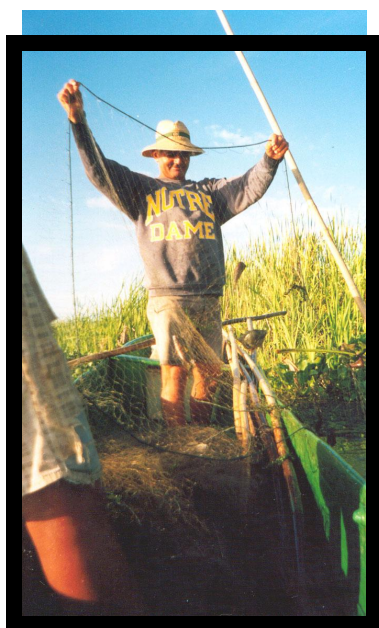
Por volta de quatro e meia da manhã já é possível escutar os primeiros movimentos em Ponta Grossa dos Fidalgos. Esta é a hora em que os pescadores começam a se preparar para a *minjoada* do dia. Os procedimentos iniciais consistem na arrumação dos apetrechos. Cuidadosamente o pescador carrega a embarcação: dois remos; um isopor, com gelo para conservar o pescado; e um galão com óleo diesel, caso o barco seja a motor. Na embarcação vai também um número de *calões*, que varia de acordo com quantidade de peças de rede.

Na pesca de *minjoada*, o pescador deve deixar suas peças armadas em determinados locais da Lagoa. Esses lugares são previamente escolhidos com base no critério de sua suposta piscosidade. As redes têm que ser alinhadas em lugares onde haja um certo trânsito de peixes e, tanto o seu posicionamento, quanto o tamanho de sua malha variam de acordo com a espécie que se pretende capturar. Assim, malhas de 35mm a 45mm são preferidas para a captura de espécies de menor porte, como o sairú, o bagre preto e a traíra, que costumam ser encontrados mais perto da beirada e nos locais de vegetação. Redes de 50mm, 60mm e 65mm são mais propícias para captura de espécies maiores que transitam ao “largo”, ou seja, nas porções da Lagoa mais distantes das margens e com maior profundidade. São chamadas pelos pescadores de *redes de laça*. Entre as espécies mais cobiçadas estão o bagre branco, o robalo e a tainha.

Esse tipo de pescaria compreende duas partes. A primeira consiste na *colocação* das peças na Lagoa. A segunda etapa configura-se no ato de *colher* ou *correr* as redes. Quando colhe uma rede, o pescador deve removê-la totalmente da água, trazendo-a de volta para a terra. Esta operação é realizada geralmente quando o instrumento requer

⁵⁰ Cf. VALPASSOS: 2006.

algum reparo maior. O trabalho é delicado, pois depende de uma fina sincronia entre os dois pescadores. O *popeiro* alcança o primeiro *calão* e, em seguida, segura a *tralha da cortiça*, puxando-a para dentro da embarcação, ao mesmo tempo em que o *meeiro* fica responsável pela *tralha do chumbo*, e, num movimento conjunto colocam-na para dentro do barco. Quando, no entanto, os camaradas optam por “correr as redes”, o *popeiro* movimenta e dirige a embarcação, enquanto o *meeiro* verifica a safra. Para isto, tem de levantar a rede com o auxílio do remo. Ao encontrar peixes retira-os imediatamente da rede, acondicionando-os no isopor com gelo.



Luiz exibindo a rede na minjoada.

Foto Colaço: 2003.



Correndo a rede.

Foto Colaço: 2003.

Essa técnica é conhecida também como *rede-de-espera*, pois tendo as peças devidamente posicionadas, o pescador pode voltar para a terra, retornando à Lagoa vinte e quatro horas depois a fim de conferir o resultado do empreendimento. Este período entre uma saída e outra é considerado limite para que o pescado não apodreça na própria rede. O ciclo geralmente é realizado da segunda-feira até o sábado – o que não implica que o pescador não possa também pescar em dia de domingo.

As posições das redes podem ser constantemente modificadas de acordo com o resultado da pescaria. Por maior que seja o conhecimento do pescador, entretanto, este sabe que o seu êxito não depende apenas da escolha de um bom local para as suas peças-de-rede. De todos os tipos de pescaria de rede, talvez seja a *minjoada* aquela em que o fator da *incerteza* se faz mais presente, pois depende do movimento constante dos

peixes, por toda parte, na Lagoa Feia. Caso isto não ocorra, a possibilidade do fracasso é iminente.

Os pescadores dizem que, embora sabendo dos riscos, optam pela técnica por considerá-la mais adequada às atuais condições ecológicas da Lagoa Feia. Essas transformações fizeram com que a Lagoa sofresse, além de uma drástica redução, um processo de reconfiguração do *desenho* lacustre, levando, entre outros motivos, ao desaparecimento da maioria de suas áreas rasas.⁵¹ Quando percebida pelos pescadores, tais transformações implicaram numa gradativa substituição de técnicas pesqueiras. À diferença da *trolha* e do *lanço*, onde os pescadores precisam ficar de pé dentro da Lagoa, a *minjoada* é aquela que se adapta melhor às águas profundas. Não é, no entanto, considerada pelos pescadores de Ponta Grossa como sendo a técnica mais “refinada”.

5. A pesca de cutuca.

A *cutuca* faz parte de um dispositivo de captura bastante engenhoso. O pescador deve procurar na mata ao redor de Ponta Grossa uma árvore frondosa – um jenipapeiro, por exemplo – e dele colher um ou mais galhos. Estes devem ter uma determinada constituição e peso. Não podem apodrecer em contato com a água e nem flutuar. Devem, ao contrário, ancorar-se com firmeza quando arremessados ao fundo da Lagoa. Depois de colhidos, são levados para casa onde secam expostos ao sol. Somente quando as suas folhas tiverem caído e sua madeira estiver bem seca, o pescador pode dar início ao preparo armadilha⁵².

Assegurando-se de que não está sendo observado, o pescador embarca os galhos e segue navegando Lagoa adentro. Seu objetivo, neste momento, é identificar um

⁵¹ “A construção dos diques, que se estendem ‘na orla Norte, Leste e Sul, entre a foz do rio Ururaí e o início da enseada do Tatu’ e são responsáveis por evitar a inundação dos pastos e lavouras, ocasionou o represamento da água, o que, por sua vez, levou à extinção da área marginal (zona eufótica), onde antes acontecia um declínio progressivo da profundidade até sua anulação. Houve, pois, uma reconfiguração do desenho lacustre, que deixou de ter o aspecto de um prato raso e adotou a aparência de um prato fundo. (...) Foi dessa forma que compreendi porque os pescadores reclamavam do aumento da profundidade da Lagoa, enquanto laudos técnicos mostravam que a profundidade média tinha diminuído praticamente pela metade. O que ocorreu foi a eliminação de muitos lugares rasos, o que, junto com o processo de sedimentação, fez com que a atual quantidade de áreas rasas, propícias à pesca, se tornasse menor do que havia sido em décadas anteriores”. VALPASSOS; 2004: 69. Grifo meu.

⁵² Um processo similar ao da cutuca foi devidamente etnografado na Lagoa de Maricá por MELLO & VOGEL; 2004.

local onde a cutuca possa ser armada. Para isto o pescador deve manejar com habilidade certos conhecimentos sobre a ictiofauna e a geografia do fundo lacustre – conforme apresentarei mais a frente. Chegando ao ponto escolhido, deposita o galho n’ água com o devido cuidado para que fique totalmente submerso.

Este galho deve descansar no fundo da Lagoa por pelo menos dois meses. Durante esse período, ele começa, aos poucos, recobrir-se com uma camada de limo e lodo. Algumas espécies de peixes vão se agrupando em torno do galho, o qual, desse modo, se converte, progressivamente, num artefato pesqueiro, pois atrai os peixes e os fixa no lugar. A casca do jenipapeiro é, segundo os pescadores de Ponta Grossa, o alimento preferido dos *piaus*. O micro-clima ali formado a partir e ao redor do galho, contudo, é igualmente propício a outras espécies. *Em pouco tempo a cutuca torna-se um criadouro de peixes, ou seja, vira um pesqueiro.*

Um pescador pode depositar vários galhos na Lagoa. Durante a realização de outras pescarias, pode fazer visitas de inspeção, suspendendo o galho com as próprias mãos ou com o auxílio de um calão, para ver se o local já se converteu em um *lugar*, isto é:

“Uma área do fundo onde os peixes, com seus movimentos, em busca de comida e abrigo, eliminaram a camada de lodo, transformando-o numa espécie de chão batido, cujo epicentro é o galho”.⁵³

Para a captura das espécies que habitam a *cutuca* é necessária uma técnica específica: a *trolha*. Os pesqueiros em sua maioria localizam-se em lugares rasos onde o pescador tem a possibilidade de trabalhar em pé. Na trolha, o grupo de pesca é formado por três companheiros – *proeiro*, *meeiro* e *popeiro*. O último, em virtude da sua posição de mestre, indica a localização do pesqueiro onde está a *cutuca*. Cuidadosamente o galho é retirado do fundo, procedimento que deve ser feito com o motor desligado, para não assustar os peixes. Ao comando do mestre, o *proeiro* desce da embarcação e finca o primeiro calão no fundo da Lagoa. Em seguida, o mestre movimenta a canoa de modo a descrever um semicírculo com a rede. Estabelecida esta posição, o segundo calão é fincado pelo *meeiro*. Depois, a embarcação se afasta da rede até uma distância proporcional ao tamanho do pesqueiro. O mestre bate, então, o remo contra a água, espantando os peixes em direção à peça de rede.⁵⁴

⁵³ MELLO & VOGEL; 2004: 316-317.

⁵⁴ Caso terminasse neste ponto, a operação seria designada simplesmente como “pesca de lanço”.

A partir daí, os pescadores começam a *trolhar*. Nesta etapa, o mestre entra n'água, no instante mesmo em que o *proeiro* abandona o *calão* e volta para o barco. Na posição de *trolhador*, o mestre avança junto com o *meeiro* até que a rede se feche em círculo. Após o retorno do *meeiro* à embarcação, o *trolhador*, segura a extremidade livre da rede, executando uma trajetória em espiral. Seu objetivo é fechar o cerco aos peixes ao mesmo tempo em que o *meeiro* e o *proeiro*, em cima do barco, recolhem a rede, partindo da outra extremidade, até o fechamento completo da *trolha*.

Esse tipo de pesca é considerado mais seguro e lucrativo pelos próprios pescadores. Em primeiro lugar, porque o uso dos pesqueiros – *com ou sem a cutuca* – aumenta consideravelmente as chances de se realizar uma boa pescaria. Além disso, a técnica de *trolhar* permite que o pescador vá ao encontro do peixe, em um local pré-estabelecido, ao passo que na *minjoada* a captura depende, em boa medida, da movimentação dos peixes no ambiente lacustre. A *pesca de trolha* pode ser repetida diversas vezes, a cada saída para a Lagoa, desde que o mestre conheça a localização dos diversos pesqueiros ou tenha, ele mesmo, os seus pesqueiros, anteriormente criados.



Pesca de Trolha.

Foto Castro Faria.

Os pescadores dispõem de um arsenal de técnicas e artifícios de pesca que são atualizados de acordo com as disposições ambientais. A permanência da pesca artesanal na Lagoa Feia, mesmo praticada em condições muitas vezes adversas, pode ser explicada pelo fato de constituir esta atividade uma *instituição central*, capaz de estruturar as relações sociais do povoado. É, por assim dizer, o elemento catalisador deste *sistema cultural*.⁵⁵ Mais do que um simples meio de coleta visando suprir as necessidades materiais de uma família, a pesca artesanal imprime sua marca aos

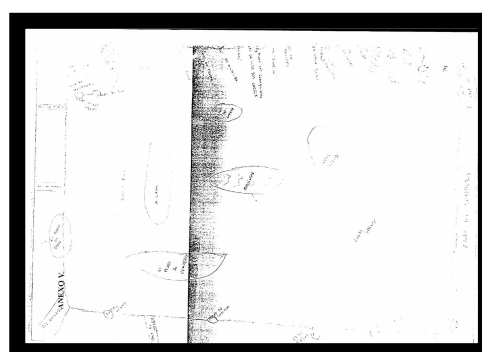
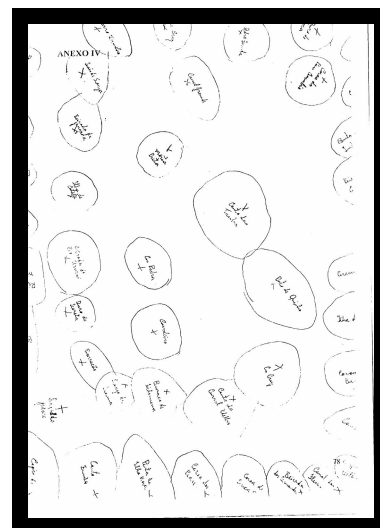
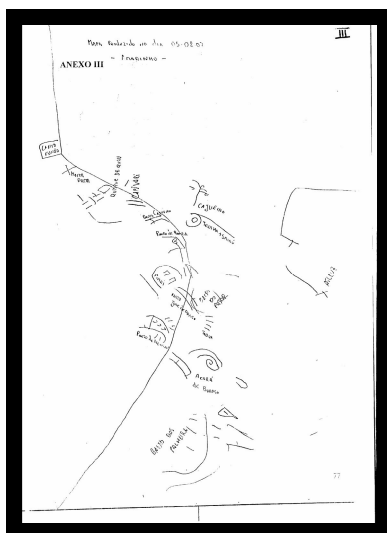
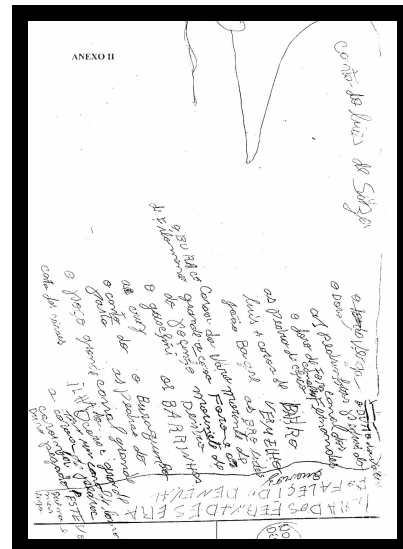
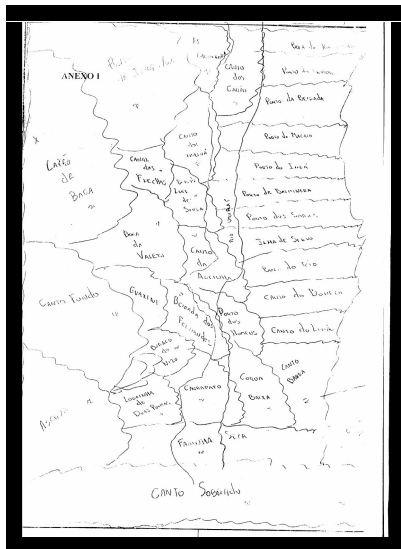
⁵⁵ Cf. GEERTZ; 2000.

aspectos mais elementares da vida cotidiana: a feitura dos instrumentos de pesca, a comercialização do peixe, a alimentação do povoado, as conversas nas casas, nos bares e nas ruas, a transmissão informal dos conhecimentos sobre a Lagoa. De certo modo, a atividade perpassa, direta ou indiretamente, todas as relações sociais mais significativas no assentamento de Ponta Grossa dos Fidalgos.

A etnografia dessas técnicas me levou, aos poucos, durante o trabalho de campo, a uma compreensão abrangente do universo da pesca artesanal na Lagoa Feia. Longas conversas com interlocutores qualificados de diferentes gerações acerca das condições nas quais desempenhavam o seu ofício, mostraram que os conhecimentos não se restringiam apenas à utilização mecânica dos seus apetrechos. Comecei, então, a perceber que entre os conhecimentos fundamentais para a atividade da pesca artesanal se destacava uma espécie de *sistema de classificação* que tinha por objeto o *fundo*, ou, como diziam os nativos, o *chão* da Lagoa.

6. Os cinco mapas do chão

Durante o trabalho de campo, desenvolvido a partir do início de 2002, solicitei a vários pescadores que confeccionassem mapas da Lagoa Feia. Ao longo do tempo, foram elaborados cinco mapas no total, feitos em períodos e condições diferentes e por diferentes pessoas. O primeiro data de março de 2002 e foi elaborado, em conjunto, por Dodô e Doba – pescador e ex-pescador –, ambos com cerca de quarenta anos de idade. O trabalho se realizou de dentro da Lagoa, no local conhecido como *Capão de Baga*. Em agosto do mesmo ano, outro pescador, Seô Vadinho, este mais antigo e já afastado da pesca, contando mais de sessenta anos de idade, produziu o segundo mapa, na base de campo do Projeto, em Ponta Grossa dos Fidalgos. O mapa de número três foi também elaborado em agosto de 2002, nesse mesmo local, por Amarinho – que tem mais ou menos trinta anos de idade. À semelhança do primeiro, o quarto mapa, foi desenhado em plena Lagoa, no *Durinho do Lereta*, em janeiro de 2003, por Luiz, que tem cerca de quarenta anos de idade. O quinto, finalmente, foi feito em janeiro de 2005, por Seô Geraldo, pescador de mais de cinquenta anos, em sua própria residência e imediatamente após uma excursão conjunta à Lagoa Feia, onde este assunto, além de outros, foi intensamente debatido.



Comparando os cinco mapas, constata-se que apenas *um* lugar se repete em todos eles – o *Canto do Sobrado*. A maioria dos locais, no entanto, aparece em alguns dos mapas somente – *Canal Grande*, (II, IV e V); *Buraco da Filomena*, (II e IV); *Beirada dos Fernandes*, (I, II, IV e V); *Duro de Fora*, (II, IV e V); *As Pedras do Canal Grande*, (II, IV e V); *Barro Vermelho*, (II e IV); *Capão de Baga*, (I, IV e V); *Ponta de Ilha Nova*, (I, IV e V); *Canal das Flechas* (I, IV e V); *Canto dos Imbiuá*, (I, IV e V); *Boca da Valeta*, (I, IV e V); *Beirada do Luiz de Souza*, (I e IV); *Areinha*, (I, IV e V); *Canto Fundo*, (I, III, IV e V); *Coroa Baixa* (I e V); *Porto do Trator*, (I, IV e V); *Porto do Macaco*, (I e IV); *Porto do Ingá*, (I, IV e V); *Porto do Soares*, (I e IV); *Canto do Pastor*, (II e III); *Canto do Boneco*, (II, IV e V); *Quiosque de Quinho*, (III, IV e V); *Moita Preta*, (III e IV); *As Caraquinha* (I, IV e V); *Buraco do Nizo* (I e V); *Carrapato* (I e V); *Rio Ururaí* (I e V); *Boca do Rio Jacaré* (I e V); *Canto do Limão* (I e V); *Canto das Palmeiras* (II e V); *Rio de Macabú* (IV e V); *Coroa dos Piau* (IV e V); *Gamboa* (IV e V); *Ilha do Norval* (IV e V); *Canto do Oliveira* (IV e V); *Ilha de Catete* (IV e V); *Entrada do Rio Ururaí* (IV e V); *Largo da Lama* (IV e V); *Canto do Curral Velho* (IV e V); *Canto das Táuba* (IV e V); *Lagoa do Jacaré* (IV e V).



Doba e Dodô desenhando o mapa.

Foto Colaço: 2002.

Outros *locais*, como *Lagoinha de Duas Pontas*; *Farinha Seca*; *Canto Barra*; *Canto do Loro*; *Porto da Beirada*; *Porto da Balmineira*; *Ilha do Servo*, são mencionados apenas no primeiro mapa: a *Coroa da Vara Grande*; a *Coroa do Pocinho*; o *Guaxiní*; o *Duro Pegador*; *As Pedrinha*; o *Morinete de Dentro*; o *Morinete de Fora*; o

Duro da Verga; Buraquinho; Os Barrinhos; a Coroa de João Bagre; a Coroa do Pocinho; As Pedra de Chico Luiz; as Brovidade(s), figuram no segundo mapa. O terceiro por sua vez registra os *locais; Cajueiro; Porto de José de Abreu; Porto de Nilton; Porto Cajueiro; Capivari; Pipirí.* No quarto mapa podem ser encontrados: o *Porto de Ponta Grossa; o Porto de Carmélio; o Porto dos Homens; o Rio Velho; o Duro da Valeta; a Barra do Macabú; a Barrinha; a Boca do Valão; a Beirada do Imbaíba; a Coroa de Luca; o Engenho Velho; o Porto de Normélia; a Coroa do Pau Assobio; a Pedra Funda; a Beirada da Jangada; o Duro do Lereta; o Barracão; o Cavaleiro.* No quinto e último mapa, finalmente, temos a *Ilha do Mandinga; o Rio da Prata; o Canto do Rio Velho; a Boca do Valão; o Porto de Luciano; a Caixa d'água; o Rio Pontal; o Canto de Onofre; a Ilha do Capim; a Lagoinha de Duas Pontas; o Engenho Velho; o Pesque-Pague; As Pedras do Cemitério; a Coroinha; o Canal Grande; a Ilha dos Carões.*

O simples número dessas referências, citadas de cor, tende a impressionar o etnógrafo. Mais ainda, a variedade semântica mediante a qual se compõem essas designações próprias e precisas, manejadas não só com desembaraço, mas com verdadeira paixão topográfica, por todos os nossos interlocutores, nesse tema. Em seu conjunto, permitem vislumbrar um conhecimento extensivo e intensivo, até mesmo sofisticado, dessa multiplicidade de locais, no entanto inacessíveis aos olhos do pescador. Por isso convém considerá-lo mais detidamente, observando, sobretudo, o estro classificatório que o tornou possível, mediante o exame atento dos seus frutos.

Antes de me dedicar a uma análise dos resultados dessa paixão topográfica, tal como atualizada nesse conjunto de mapas, vale a pena apresentar uma breve qualificação das suas fontes, pois os seus respectivos pontos de vista constituem óbvios condicionantes da representação consignada em cada um deles.

Assim, por exemplo, convém levar em conta que o autor do segundo mapa assinalou o seu costume de pescar, sobretudo, na parte noroeste da Lagoa mais do que nas outras. Em seu mapa o que aparece de forma predominante são os assim chamados *cantos*. E estes, por sua vez, caracterizam justamente o território lacustre ao qual se disse mais habituado. Um viés semelhante se manifesta, igualmente, no caso do terceiro mapa, cujo autor declarou sua preferência, em matéria de território de pesca, pelo *Canto do Sobrado* e, de um modo mais geral, pelos “*lados de Quissamã*”. Não admira, pois, que a sua representação cartográfica privilegie a parte meridional da Lagoa Feia, que aí aparece com riqueza de detalhes. O autor do quinto mapa, por sua vez, nomeou e

descreveu com grande minúcia os lugares situados junto às margens, ao longo de todo o perímetro da Lagoa. O primeiro e o penúltimo mapa foram produzidos de dentro da Lagoa. Assim talvez se explique a visão mais abarcadora do ambiente lacustre que os caracteriza. Finalmente, convém, acrescentar que todos estes pescadores, em virtude de navegarem grandes extensões do espelho d'água, têm a fama de bons conhecedores da Lagoa, como confirmaram vários outros interlocutores qualificados.



São Geraldo, autor do quinto mapa.

Foto Valpassos. 2004.

Este comentário preliminar já permite uma primeira constatação. A rigor, seria impreciso falar de um *mapa do chão* no singular. O que existe, na verdade, são mapas, no plural. E essa pluralidade envolve discrepâncias mais ou menos evidentes e/ou relevantes. Nem sempre, no entanto, tais discrepâncias resultam apenas dos hábitos pesqueiros de cada um dos cartógrafos, nem tampouco da mera circunstância que presidiu à elaboração de suas respectivas obras.

Como o fundo é ele mesmo um espaço dinâmico, os detalhes cartográficos podem variar ao longo do tempo. Assim, é comum que pescadores mais velhos, já retirados do ofício, apresentem os seus conhecimentos sobre o fundo com a ressalva de que se referem ao seu tempo de atividade, admitindo não só que as coisas possam ter mudado nesse ínterim, mas também registrando as alterações das quais tiveram notícia, seja por experiência própria, seja pelos relatos de terceiros. Há lugares desaparecidos há tempo e que, quando se fala do *fundo*, ainda são arrolados, reduzidos a uma espécie de “existência fantasmática”.

Existem as discrepâncias menores, relativamente fáceis de dirimir. Alguns dos lugares, por exemplo, são designados por variantes do nome. *As Cruz*, por exemplo, são conhecidas também como *As Cruzes*, ou simplesmente a *Cruz*. O *local* é o mesmo. Apenas a pronúncia varia, dependendo do pescador. O mesmo acontece com o *Capão de Baga* que é idêntico ao *Capão de Bagre*. Outros exemplos são simples casos de abreviação: *Boca da Valeta/Valeta*; *Luiz de Souza/Beirada de Luiz de Souza*; *Canto da Areinha/ Areinha*; *Canto Fundo/Canto do Fundo*.

Podem, no entanto, além disso, ocorrer discrepâncias entre as coordenadas dos mesmos *lugares* em mapas diferentes. Estas dão invariavelmente lugar a polêmicas sobre a sua localização precisa. A propósito, surgem duas possibilidades. Tais incongruências podem resultar de uma simples deficiência da representação gráfica, pois uma coisa é o *conhecimento espacial*, outra a sua reprodução gráfica sob a forma de um mapa ⁵⁶. A orientação espacial procede muitas vezes de acordo com percursos regularmente praticados, isto é, com base, não em mapas, mas em *narrativas de espaço*, como as chamava Michel de Certeau.⁵⁷ Isto, no entanto, não elimina a possibilidade de resultarem de apreensões deficitárias, motivadas pela maior ou menor competência dos respectivos autores em matéria de conhecimento específico sobre a Lagoa. Por isso é preciso atentar, não somente para a idade do interlocutor e para a sua condição atual quanto à pesca, mas também para a sua reputação como pescador, avaliando, em cada caso, a sua experiência e qualificação. Neste sentido creio ter me cercado dos cuidados necessários para prevenir quaisquer distorções eventualmente advindas de perspectivas limitadas, seja pelos hábitos do pescador, seja pela sua maior ou menor experiência do ofício, ou, ainda, pelas circunstâncias em que os mapas foram produzidos.

Satisfeitas estas condições, podemos, agora, dedicar-nos a uma compreensão mais refinada dessa *cartografia do invisível*, em particular, dos procedimentos classificatórios que ela atualiza e dos quais resulta o que pode ser considerada uma espécie de *semiologia do fundo lacustre*.

⁴⁶ “(...) Quando as pessoas conseguem conhecer a rede de ruas, elas executam uma série de movimentos corretos em direção aos referenciais conhecidos. Não adquirem nenhum mapa mental do bairro (...). Não é necessário precisão para as atividades diárias da redondeza. A pessoa precisa apenas ter um sentido geral de direção do objetivo e saber o que fazer a seguir, em cada trecho do percurso”. TUAN; 1983: 82.

⁵⁷ DE CERTAU; 2001.

7. Os desafios da náutica lacustre, ou a navegação pelo tato.

A navegação na Lagoa Feia constitui, ainda hoje, aos olhos daqueles que a praticam uma atividade complexa e não isenta de risco. Embora suas águas, de um modo geral, plácidas constituam um universo circunscrito, submetido ademais a uma relativamente acelerada redução, ao praticá-las, em sua faina quotidiana, os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos podem se ver diante de desafios nada desprezíveis em matéria de orientação espacial.

Com efeito, devido à sua ainda considerável extensão, é muito comum que em determinados pontos da Lagoa a observação das margens venha a se tornar bastante difícil, quando não impossível. A magnitude do seu espelho d' água, entretanto, não é o único obstáculo a ser enfrentado. Condições climáticas desfavoráveis podem agravar os efeitos da sua vastidão, impedindo divisar-lhe a margem até mesmo a distâncias relativamente diminutas.

Assim, por exemplo, o pescador ao sair cedo pela manhã num dia claro para pescar pode se deparar, de súbito, com uma densa *cerração*⁵⁸, que o impedirá de identificar com precisão tanto a orla da Lagoa quanto seus acidentes interiores. De natureza semelhante é a *barra*, conforme a designação local, fenômeno que consiste no acúmulo repentino de nuvens, impedindo a visualização das serras que, a exemplo do que acontece em toda a região litorânea do Estado do Rio de Janeiro, constituem um vasto anfiteatro montanhoso, cujos acidentes se oferecem como outros tantos pontos de referência espacial para o navegador lacustre. Finalmente, será necessário levar em conta as condições da navegação quando chove ou à noite, pois as atividades da pesca artesanal se desenvolvem muitas vezes nessas circunstâncias.

Conforme assinalei anteriormente, até os anos 70, a navegação de longo curso na Lagoa Feia se fazia à vela e o pescador dependia, portanto, do impulso que os ventos pudessem dar à sua embarcação. Quando estes por algum motivo lhe faltavam, a canoa tinha de ser deslocada à força de varas ou com o próprio remo, o que se tornava possível graças à sua baixa profundidade média, cerca de 1,5m⁵⁹. Desse modo, muitas gerações de pescadores mantiveram, durante seus longos anos de atividade, no '*tempo da canoa*', um intenso e constante contato com o fundo lacustre.

⁵⁸ A *Cerração*, conforme identificado pelos pescadores, seria uma espécie de *bruma* ou *nevoeiro*. Fenômeno climático de comum ocorrência em determinadas épocas do ano nas regiões de clima úmido.

⁵⁹ Cf. BIDEGAIN & SOFFIATI *et al*; 2002.

Atualmente, graças à utilização do motor a óleo diesel, a navegação deixou de ser um trabalho tão árduo como antigamente. As novas embarcações tornam possível alcançar distâncias maiores com rapidez muito maior e muito menos fadiga para o pescador, pois, durante a maior parte do tempo ele pode dispensar o calão e o remo, servindo-lhe este último principalmente como leme, ou nos momentos de zarpar e chegar. Desse modo veio rareando também o contato com o *chão* da Lagoa, que deixou de ser tão imprescindível quanto outrora.

Este fato, entretanto, não levou o conhecimento do fundo à extinção. Ele continua vivo e se transmite, ainda, no artesanato pesqueiro, de geração para geração. E isto porque, embora sem o peso de outros tempos, o chão manteve a sua importância como referencial para a navegação na Lagoa Feia.



Pescadores impulsionando o barco.

Foto Valpassos: 2002.

O contato com o fundo, historicamente consolidado pela transmissão entre as gerações de pescadores, e que, até hoje, se mantém, embora em menor escala, fez dos dedicados à pesca exímios conhecedores da porção coberta do espelho d'água da lagoa. E de tal modo a conhecem que são, em princípio⁶⁰, capazes de localizar e reconhecer, pelo tato, variados tipos de *chão*, como o *Duro* (ou *durinho*), a *Pedra* (ou *chão de pedreira*) e a *Lama* (ou *mole*), por exemplo.⁶¹

⁶⁰ Em determinadas circunstâncias, as águas da Lagoa se apresentam translúcidas, o que permite divisar claramente o fundo. Essas circunstâncias, entretanto, são consideradas pouco auspiciosas para a pesca, pois vêm geralmente associadas à ausência de peixe.

⁶¹ A incidência deste tipo de chão tem aumentado consideravelmente com o passar do tempo. Castro Faria praticamente não o citou em suas notas. Esse fato, em parte, deve-se ao processo de intervenção antrópica das obras de saneamento implementadas pelo extinto DNOS nas décadas de 1950/60.

Convém, a propósito, recordar a acepção dicionarizada da palavra tato: “sentido por meio do qual se conhece ou se percebe, *usando o corpo*, a *forma*, a *consistência*, peso, temperatura, *aspereza* etc. de outro corpo ou de algo”.⁶²

Assim, quando os pescadores, tocando o chão lacustre com o remo grande ou com a vara, usam o termo *duro* estão se referindo a um terreno arenoso, ou a terreno composto por barro, porque ambos oferecem maior resistência ao toque. Esta dureza se evidencia, sobretudo, no ato de fincar a vara, quando se fundeia a canoa. O termo *lama*, por sua vez, a um terreno muito *mole*, viscoso, às vezes, quase fluido. Esses dois *tipos de chão* podem ser encontrados praticamente por toda parte, na Lagoa. Aí poderão aparecer, também, as formas compósitas, como é o caso, por exemplo, da *pedra*.

Em diversos casos, há uma combinação de *tipos*. Assim, por exemplo, o chão *Duro*, de areia ou barro, pode apresentar uma cobertura de lama. Esta camada de lama pode variar de espessura, de um local para outro. Às vezes, o *chão de pedra* surge também associado a um terreno arenoso. Quando os pescadores se referem ao chão, distinguem uma areia mais grossa e mais escura de uma areia mais fina e mais clara; um barro mais “duro” de um barro mais “mole”; uma lama mais pegajosa de uma lama menos pegajosa; atualizam uma espécie de *escala de consistência*. No caso do barro e da lama, os pescadores acrescentam uma gradação de cores: barro marrom, vermelho e vermelho escuro. A lama também é percebida em várias tonalidades diferentes: preta; cinza (claro/escuro); “azulada” (clara/escura).

Em 1939/1941, esse tipo de conhecimento já tinha despertado a atenção de Castro Faria, que o comenta em uma de suas notas de campo, referindo-se às diferenças conhecidas e reconhecidas, pelos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, quando se tratava do fundo da Lagoa, inspirando-lhe o seguinte registro:

“Todos os acidentes do terreno no fundo da lagoa que apresentam, qualquer interesse para a pesca recebem dos pescadores de Ponta Grossa designações próprias. Distinguem assim, *murundús*, *pedreiras*, *duros de buracos*, *abas de coroa* e *lages de pau*.”⁶³

A distinção dos *tipos de chão* e o conhecimento dos componentes do fundo fazem parte de um dispositivo graças ao qual, tateando o fundo da Lagoa com remo ou calão, o pescador experiente consegue identificar exatamente o ponto onde se encontra, isto é, as coordenadas de sua posição. Dessa forma, consegue navegar por toda parte

⁶² Cf. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, verbete *tato*. Grifos meus.

⁶³ CASTRO FARIA; 1939/41. Grifos meus.

tendo como referencial apenas o mapa do chão, que tem na cabeça. A partir de sua posição atual, e com base nas distâncias que o separam de qualquer outro ponto conhecido da área lacustre, pode fundamentar as suas decisões, quanto aos rumos e roteiros que mais convém à sua estratégia de pesca.

Os pescadores de Ponta Grossa gostam de se gabar deste conhecimento específico. É notório o orgulho nos relatos e descrições dos informantes. Luiz – um de meus interlocutores mais expressivos – durante a confecção do quarto mapa, assim se manifestou, neste sentido:

“Na Lagoa Feia, os pescadores se localizam pelo chão, eles conhecem o chão, sabem onde estão pelo chão. Quando o pescador toca o remo no chão, sente o chão e vai de qualquer lugar para qualquer lugar. Por exemplo: do Duro da Verga pro Canto do Sobrado”.

Se há algo que todos esses locais têm em comum é o fato de pertencerem a um conjunto – o dos lugares identificados na cartografia do *chão* da Lagoa Feia, tal como a conceberam e continuam a conceber estes pescadores. Como tais, no entanto, cada um deles se insere, ao mesmo tempo, numa rede de pontos referenciais. De cada um deles se pode deduzir a posição atual da embarcação na Lagoa e sua distância relativa de outros pontos. De cada ponto, por sua vez, se pode rumar em direção a qualquer outro, por distintos percursos, segundo as circunstâncias *ad hoc* da pescaria, sejam elas as condições climáticas ou as motivações oriundas do interesse.

As denominações utilizadas para designar esses lugares são os signos descritivos mediante os quais se configura o *mapa do chão*. Não se limitam, no entanto, apenas ao papel que lhes é atribuído na semiologia cartográfica. São, além disto, parte integrante de uma semiologia ainda mais abrangente, voltada, no âmbito da tradição artesanal da pesca lacustre, para o seu principal objetivo prático a localização das espécies com vistas à sua captura.

Também neste sentido o conhecimento acurado da geografia do fundo se revela estratégico, pois, se permite ao pescador localizar-se, no vasto espelho d’ água da Lagoa, num outro plano, lhe permite reduzir os azares da pescaria, localizando a sua presa, com maior grau de probabilidade. Lugares distintos, quanto às suas características constitutivas atraem e abrigam distintos tipos de peixe.

8. A lógica classificatória.

O Pensamento Selvagem de Claude Lévi-Strauss, que se inscreve na posteridade antropológica direta de Durkheim e Mauss, incorpora e atualiza de modo crítico e inovador a discussão seminal destes no texto “Sobre Algumas Formas Primitivas de Classificação”.⁶⁴ Admite, neste sentido, a origem social das classificações. As *coisas* são distintas e classificadas a partir das relações sociais estabelecidas no âmbito de um determinado grupo e no espaço em que este vive. São dispositivos ordenadores do conhecimento sobre os mundos social e natural. Neste sentido, as *coisas*, só podem ser classificadas na medida em que forem conhecidas, por alguém, em algum tempo e lugar.

Esse conhecimento, por sua vez, é tributário de uma lógica do concreto.⁶⁵ A observação exaustiva e o constante contato com o ambiente, indispensáveis à obtenção dos recursos necessários à sua existência, leva os grupos sociais a criarem inventários, mais ou menos sistemáticos, capazes de ordenar o seu universo⁶⁶. Agrupar elementos; organizá-los em categorias e hierarquizar estas últimas são as três operações que compõem o cerne do exercício classificatório.

Lévi-Strauss afirma que para uma melhor compreensão das classificações humanas deve-se levar em consideração a *lógica das qualidades sensíveis*, identificadas em sua dimensão estética (visual), tátil (consistência ou textura), olfativa (cheiros e essências) e palatável (gosto).

A classificação, portanto, é empreendida a partir da identificação de propriedades capazes de tornar as *coisas* singulares em relação a outras. Neste caso, ao verificar diferenças de constituição no fundo da Lagoa Feia, tais como *chão de areia* ou de *lama*, os pescadores estão operando na dimensão sensível da *textura*, circunscrevendo um par de oposições – o *duro* e o *mole* –, estabelecendo, ao mesmo tempo, uma escala de gradação entre elas: mais duro/menos duro; mais mole/menos mole.

Há, no entanto, outros aspectos relevantes para esta lógica. Uma *coroa*, uma *ilha*, ou um *largo* são assim designados levando em conta a sua *forma*, também ela uma propriedade sensível. Outra dimensão considerada significativa é a da *profundidade*,

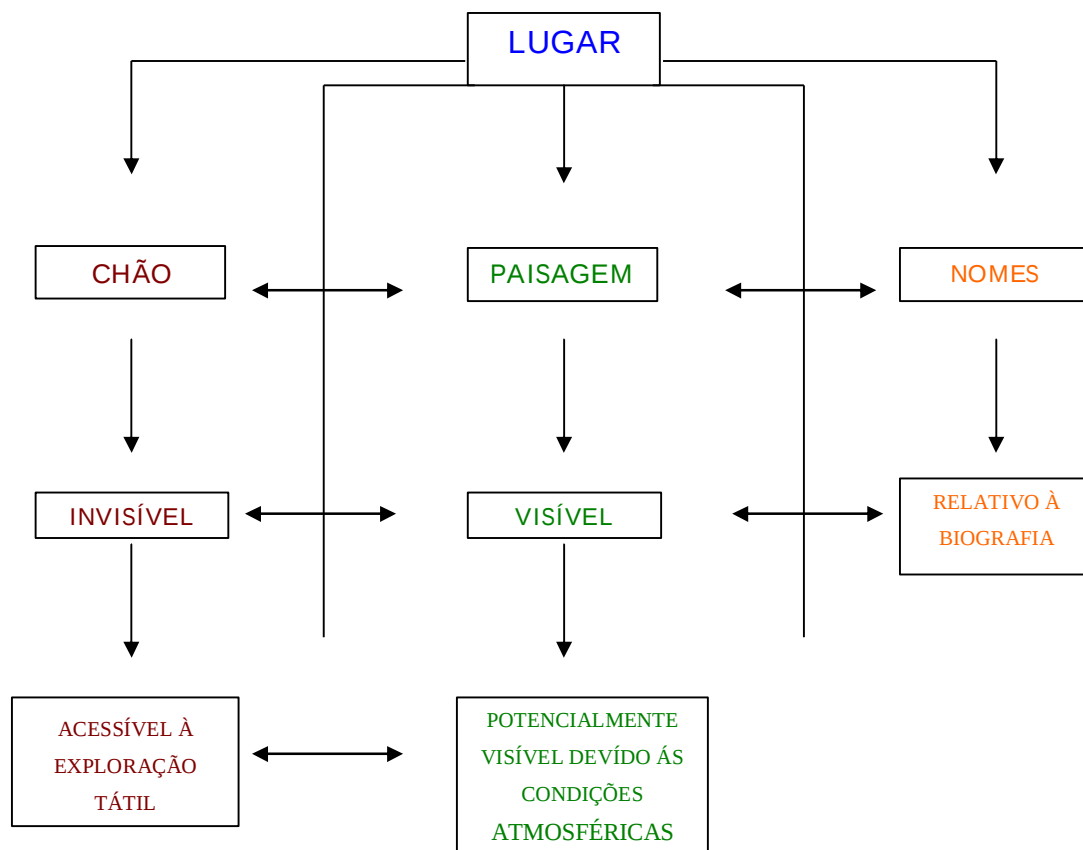
⁶⁴ Cf. 1970 e 1981, respectivamente.

⁶⁵ Ver, a propósito, LÉVI-STRAUSS; 1970.

⁶⁶ Uma excelente discussão sobre o assunto pode ser encontrada em SILVA; 1989. A autora empreende uma minuciosa análise acerca do sistema de classificação dos pescadores de Piratininga/RJ.

compreendida, também ela, dentro de uma gradação, a saber: fundo/raso/médio, mais fundo/mais raso, muito fundo/muito raso.

Observando mais atentamente os nomes dos *lugares* ⁶⁷ e o modo como são nominados pelos pescadores, começamos a compreender um pouco mais a sua lógica classificatória. Neste sentido, podem ser distinguidas três variáveis classificatórias principais. A primeira diz respeito àqueles *lugares* cujos nomes se referem à constituição do fundo da Lagoa, ao chão considerado do ponto de vista dos seus materiais, isto é, a uma dimensão em princípio invisível. A segunda variável compreende formas, de algum modo pertencentes à paisagem lacustre, e que são acessíveis ao olhar. ⁶⁸ Por fim, a terceira variável refere-se aos *lugares* mediante a sua associação a nomes próprios ou apelidos de pessoas, tal como os reteve a memória local. O quadro que daí resulta poderia ser resumido no seguinte diagrama:



⁶⁷ Adotei aqui a conceituação de lugar feita por Asa Briggs: “A antropologia nos explica o apego profundo do homem às menores porções do ambiente em que vive e o desejo que sente de dar-lhes um nome. ‘A pesquisa sobre querença’ interessou-se pela psicologia topológica de ‘orientação espacial’, dos processos através dos quais indivíduos e os grupos estão sempre transformando ‘espaços’ em ‘lugares’, ‘apegando-se’ a eles através do hábito, memória, temperamento, associação. Geralmente pouco importa se os ‘espaços’ foram planejados para serem lugares”. BRIGGS; 1968: 80.

⁶⁸ O sentido que atribuímos a este termo corresponde à seguinte definição dicionarizada: “Porção do espaço analisada visualmente. A paisagem é resultado da combinação dinâmica de elementos físico-químicos, biológicos e antropológicos que, reagindo uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável em perpétua evolução”. GEORGE; 1970: 314 – verbete *paysage*.

O *lugar* chamado de *Coroa Baixa*, por exemplo, é nitidamente um caso onde as características geográficas supracitadas foram utilizadas também para a *classificação*, pois se trata de uma coroa [forma] de areia [tipo de chão], situada a baixa profundidade. Outros casos, ilustrativos são *Os Barrinho(s)* e *As Pedrinhas*, cujas designações se referem exclusivamente à composição do chão, sem mencionar a forma do acidente em questão.

A segunda variável pode ser exemplificada com *As Cruz (es)* e *Canto do Sobrado*. A primeira dessas designações retém uma *forma*, característica de um dos *cantos* meridionais da Lagoa, que tem suas margens tomadas por uma vegetação muito densa, cuja disposição, de acordo com os pescadores configura a imagem visual de uma cruz. A segunda indica um *canto* preciso da Lagoa, onde parece ter existido outrora um sobrado, pertencente ao proprietário das terras ribeirinhas. O sobrado já não mais existe, permanecendo, entretanto, um referencial válido, inscrito na memória local, como parte de uma *geografia fantástica* da Lagoa Feia.⁶⁹

A última variável da classificação faz constar, entre outras coisas, uma determinada relação com o (ou a frequência do) *lugar*. Esta nos remete a um *pesqueiro*, que antes pertencia em sigilo a um pescador ou grupo de pesca, e que, por algum motivo foi descoberto, caindo assim em domínio comum. As designações *Trolha de Manuel Francisco*, *Coroa de João Bagre*, *As Pedras de Chico Luiz*, por exemplo, referem-se a *locais* onde estes pescadores desenvolviam suas atividades, em pesqueiros de sua respectiva autoria. No primeiro caso, o termo *trolha* define uma técnica específica de captura. Nos dois últimos exemplos, os nomes dos pescadores vêm associados às características geográficas do local. Os nomes dos proprietários de terra às margens da Lagoa também funcionam como elemento constitutivo na classificação, como vemos nos casos do *Canto do Oliveira* e da *Beirada dos Fernandes*.

Como se constituem, em suma, esses signos descritivos que designam os lugares? Consultando as extensas listas de nomes que recolhi no campo, verifiquei que muitos deles são formados por ou incorporam uma menção a certas características dos sedimentos que caracterizam os lugares por eles designados, como, por exemplo, a natureza desses sedimentos (areia, barro, lama, pedra) ou a sua consistência (dura ou mole). Outros jogam com a variável da profundidade, com os altos e baixos, o convexo e o côncavo. Em alguns casos, fazem referência a verdadeiras formações topográficas.

⁶⁹ Ver, a propósito, VOGEL & MELLO; 1984: 46/47.

Outros ainda incorporam referências a certos tipos de vegetação. E ainda existem aqueles que associam determinados lugares aos nomes (ou às práticas) de certas pessoas, algumas das quais ninguém sabe mais quem foram. Subsistem na memória apenas porque estão inscritas na toponímia da Lagoa Feia. Finalmente, observa-se toda uma gama de possibilidades, em matéria de combinação dessas variáveis classificatórias.

A descrição desse conhecimento abriu novos caminhos em minha interpretação sobre a lógica da pesca artesanal tal como esta vem sendo desenvolvida pelos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos na Lagoa Feia. Não me parecia razoável crer que esse conhecimento poderia ser encerrado nele mesmo, ou seja, que ele pudesse existir apenas como um dispositivo prático para a navegação e para a captura de peixes. Comecei então a pensar como este refinado dispositivo técnico poderia ter implicações fundamentais na relação daqueles pescadores com a Lagoa e com eles mesmos enquanto grupo profissional. Pareceu-me relevante admitir, portanto, que o conhecimento naturalístico da Lagoa estava diretamente associado a um esquema de regras e de etiquetas como aquilo que Marcel Mauss chamou oportunamente de *Fenômeno Jurídico* ⁷⁰ no sétimo capítulo de seu *Manuel d'Ethnographie*.

A partir de então, direcionei minhas conversas durante o trabalho de campo para temas que levassem meus interlocutores a falar um pouco mais detidamente sobre a existência (ou não) de certas regras de uso capazes de organizar o acesso a Lagoa e a captura das espécies. Curiosamente, e para minha surpresa, quando indagados inicialmente sobre o tema das regras as respostas mais recorrentes eram aquelas que as associavam à atuação do IBAMA na região.

Ainda guardando propositadamente a discussão sobre o conflito entre os pescadores de Ponta Grossa e o IBAMA em torno do estabelecimento do calendário de defeso para o capítulo seguinte, apresento agora para o leitor parte do material etnográfico e de algumas reflexões que me fizeram esboçar uma espécie de *sistema de direitos locais*. Naquele momento eu queria saber que tipo de *direito* emanava da atividade prática da pesca artesanal.

⁷⁰ MAUSS; 2002: 195.

9. Os pesqueiros, as marcas e a Política do Sigilo.

A pesca é uma atividade de *incerteza e risco*⁷¹, tornando-se difícil para um pescador afirmar com precisão, por exemplo, a quantidade de peixes que pretende capturar em uma investida. Assim, nas comunidades pesqueiras tende a desenvolver-se o que já se chamou de um *sistema adaptativo comum*⁷², ou seja, um conjunto de técnicas adequadas às condições geográficas locais, que tem por função auxiliar o trabalho da pesca, a fim de atenuar as condições de incerteza inerentes a este ofício. Baseados em um profundo conhecimento empírico sobre a *biogeocenose* do ambiente lacustre, os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos também o desenvolveram.

No elenco de técnicas e artifícios que fazem parte desse sistema, destaca-se a criação de *pesqueiros*. Assim os pescadores denominam certos lugares na Lagoa, que não possuem, *a priori*, nenhuma demarcação visível, mas onde normalmente se pesca com mais sucesso. Um pesqueiro funciona objetivamente como um *ponto de pesca*. O pescador utiliza-se dos conhecimentos acerca da biologia das espécies que habitam a Lagoa em associação aos conhecimentos geográficos do ambiente para identificar um bom ponto. Além disso, ele também pode *criar o seu próprio pesqueiro* usando alguns artifícios como galhos de jenipapeiro e grãos de milho no intuito de estabelecer um ambiente propício para atrair o peixe – o que enquanto técnica é chamada de *cutuca*, conforme apresentei acima. A criação de um pesqueiro estabelece um *lugar* na Lagoa onde a pesca tem mais chances de tornar-se bem sucedida.



Pesqueiro em Canto do Sobrado.
Fotos Colaço: 2002.

⁷¹ MELLO & Vogel; 2004: 314-316.

⁷² Cf. OLIVEIRA (1966).

Como o pescueiro não possui nenhuma demarcação concreta, uma das maneiras de achá-lo – além do já exposto conhecimento do *fundo* – na imensidão da Lagoa Feia é utilizando a técnica das *marcas*. Estas *marcas* se estabelecem da seguinte maneira: estando a embarcação parada em determinado local, o pescador procura em terra dois acidentes geográficos que lhe servirão de ponto de referência. Estes pontos são denominados localmente de *enfiamento*. Depois, ele traça duas linhas imaginárias, que vão da embarcação até o *enfiamento*, interconectando os pontos escolhidos. A *marca de encruzo* é a intersecção destas linhas imaginárias, sendo o *pescueiro* o vértice do triângulo. Essa técnica requer a utilização de referenciais situados em terra firme, como por exemplo, árvores, edificações, picos de morro, entre outros. Manejada com habilidade, permite ao pescador retornar ao *pescueiro* sempre que o deseje ou julgue oportuno.

A transmissão deste tipo de conhecimentos continua sendo feita de geração para geração e de maneira informal, o que lhes confere um caráter dinâmico. São passíveis de permanentes atualizações, em virtude das adaptações e ajustes impostos pelas mudanças ecológicas ou pelas intervenções humanas na paisagem. Mas o que quero ressaltar aqui, sobretudo, é que a constituição dos *pescueiros* e mesmo a técnica das *marcas* estão estreitamente relacionados com os certos *direitos de pesca*.

Os primeiros dados de campo me indicavam que os pescadores se referiam aos *pescueiros* usando pronomes possessivos, como se fossem de sua propriedade. Frases como: “*minha trolha*” ou “*minha pescaria*” e até mesmo “*meu lugar*” eram constantemente proferidas quando o assunto era pesca. A maneira como os pescadores se manifestavam sobre o assunto indicavam seu sentimento de *posse* com relação aos *pescueiros*. Não a todos, indiscriminadamente, como me parecera de início, mas a alguns em particular, aos quais estavam vinculados mais fortemente. Foi a partir destes que se colocou para mim a questão levantada, desde 1939/41, por Castro Faria, quando este escrevia, referindo-se ao que resolveu qualificar de *propriedade imaterial*:

“Esse conhecimento *nunca é revelado* aos membros de outros grupos. Os *pescueiros* tornam-se assim zonas de propriedade mais ou menos privada de um determinado grupo de pesca”.⁷³

Para os pescadores, a categoria *propriedade* não aparece de forma isolada. Nos relatos feitos por pescadores, de gerações diferentes, surge um consenso quanto à

⁷³ CASTRO FARIA; 1939/41. Grifo meu.

exclusividade de uso de certos *pesqueiros*. Cada pescador, juntamente com seus companheiros de pesca, pode usufruir determinados *lugares* de pesca com exclusividade, não se obrigando a compartilhá-los com nenhum outro grupo. E, em princípio, no que tange à sua localização, nem sequer com os seus próprios companheiros.

10. Da “*natureza*” ou do “*homem*”? A autoria dos *pesqueiros*.

A *constituição do pesqueiro*, tal como percebida pelos pescadores, tem implicações fundamentais para a regulação de seu uso. Neste sentido, me parece relevante distinguir dois tipos: o *pesqueiro “natural”* e o *pesqueiro “feito”*, termos que correspondem, literalmente, ao dizer dos pescadores. Meu intuito, aqui, é chamar a atenção do leitor para os vínculos que essas duas categorias estabelecem entre a *origem* do *pesqueiro* e as formas diferenciadas de sua *apropriação*.

11. O *Pesqueiro “Natural”*.

Diz-se que um *pesqueiro* é “natural” ou, para usar a expressão nativa, “é da natureza”, quando este se constituiu, independente de qualquer intervenção humana, a partir de determinadas características da topografia do fundo, com suas variadas implicações hidráulicas, hidrobiológicas e, portanto, haliêuticas. São, por exemplo, as “pedreiras” (relevo rochoso); as “buraqueiras” (feitas por determinadas espécies de peixes); lugares específicos, enfim, onde se tenha constituído, ao longo do tempo, um ambiente favorável à aglomeração e à presença constante de certas espécies ou populações naturais, em decorrência das condições ecológicas ali existentes.

“*Natural*”, neste caso, não significa o resultado de um intenso processo de transformação geológica recorrente em ecossistemas integrados como o da Lagoa Feia – inclusive porque muitos acidentes geográficos, por mais *naturais* que pareçam, podem ser oriundos da freqüente intervenção antrópica no ambiente⁷⁴. Esta noção enquadra – como os próprios pescadores dizem – “os *pesqueiros que já estavam lá e ninguém fez*”.

⁷⁴ Cf. SOFFIATI; 1995.

Nesse tipo de pesqueiro não é possível, pois, reivindicar *autoria*. O pescador, no entanto, que o tenha identificado pode legitimamente *mantê-lo em segredo para os demais*. Caso descubra, por algum motivo, que outro pescador está freqüentando este mesmo pesqueiro, não lhe cabe invocar qualquer direito de *exclusividade*. Como não existe autoria definida não há tampouco dono. Quando falam do assunto, os pescadores dizem coisas como: “se está lá, e não é de ninguém, é da natureza”. Sua idéia de *natureza*, tal como pude apreendê-la na pesquisa de campo pode apresentar-se sob a forma de enunciados diferentes. Alguns, por exemplo, se referem a Deus como autor; outros falam da “mãe Natureza”; outros ainda se referem ao “começo do Mundo”. É consenso, no entanto, que a palavra Natureza se refere a algo que a *todos* podem ter acesso, desde que possuidores dos conhecimentos adequados, segundo a tradição local da pesca. A questão da *autoria* dos pesqueiros será considerada, em maior detalhe, adiante.

12. O Pesqueiro “Feito”.

“Feitos” são aqueles pesqueiros que resultaram da iniciativa conscientemente direcionada de um pescador. Foram neste sentido criados, mediante a utilização de técnicas informalmente adquiridas, durante a socialização profissional e desenvolvidas na prática cotidiana de sua atividade.

Todos os pescadores podem conhecer locais na Lagoa considerados bons para se pescar. Nem todos, porém, têm a capacidade de formar um bom *pesqueiro*, pois isto requer o domínio de três técnicas associadas: I) a escolha de um bom *lugar*; II) o uso de artificios, como a *cutuca*; III) o conhecimento das *marcas* ou do *fundo* da Lagoa, como dispositivos referenciais para a localização do *pesqueiro*.



Caixa de peixes.
Foto Valpassos: 2004.

Um pescador que *cria* o pesqueiro, da forma descrita na etnografia da *pesca de cutuca*, tem o direito de mantê-lo em sigilo não só em face dos seus parceiros imediatos senão para todos os demais pescadores. O sigilo para com os primeiros é facultativo, admitindo exceções, sempre dependentes das relações de confiança (ou não) entre o *mestre* e seus companheiros. Para com os últimos, o segredo é imperativo, pois se trata de resguardar um bem para usufruto restrito.

A reivindicação da exclusividade do uso é, neste caso, uma convenção social, a partir do reconhecimento de uma autoria claramente estabelecida. Quem, no entanto, deve garantir esta exclusividade, em primeiro lugar, é o próprio “autor” do pesqueiro; aquele que o criou e que fez a sua *marca*. É a ele que cabe *manter segredo* a respeito da localização do *ponto*. O reconhecimento de um direito, porém, implica também os mecanismos necessários à sua salvaguarda. No caso do “pesqueiro feito”, as transgressões do direito de exclusividade estão, portanto, sujeitas a *sanções*. Caso se venha a descobrir, por evidências ou indícios, que outrem está usufruindo o *lugar*, seu “autor” pode mencionar publicamente tal violação, exigindo explicações, justificativas ou, até mesmo, uma retratação do acusado.

A sanção consiste na desmoralização pública do transgressor, pois entende-se que todos os envolvidos com a pesca artesanal conhecem e reconhecem as prerrogativas e regras de uso dos espaços lacustres, de acordo com os princípios enunciados acima. As sanções se parecem enquadrar, aqui, naquilo que Raymond Firth (1978) chamava de “sanção da opinião pública”. O que caracteriza este tipo de sanção é o fato de não existir um lugar formalmente designado para proferir a acusação. Ou seja, isto pode ser feito em rodas de conversa, nos bares, nos portos etc. Não há data, nem hora para fazê-lo. E, não existe, tampouco a necessidade de um mediador formalmente indicado. Tudo isso, não afeta a sua eficácia, que reside na possibilidade de expor aquele que infringiu a regra a uma situação pública de incômodo e constrangimento perante os demais.⁷⁵

Durante a pesquisa não pude observar nenhum caso concreto. Segundo os relatos, entretanto, não há necessariamente uma ruptura das relações entre as partes envolvidas. O que pode ocorrer é que o pescador acusado de ter infringido a regra, e caso persista em fazê-lo, daí por diante, passe a carregar um estigma. Os custos desse estigma são vários. Compreendem, por exemplo, a dificuldade de se filiar a um grupo

⁷⁵ FIRTH; 1978: 142.

de pesca de forma mais estável. Será (re) conhecido como um pescador que – ao invés de criar os seus pesqueiros – fica sempre à espreita da pescaria alheia.

Na tipologia dos pesqueiros, anteriormente apresentada, o traço distintivo entre aqueles que são “da natureza” e aqueles que, ao contrário, são “feitos” é, justamente, a autoria. No primeiro caso parece não haver autoria, ao passo que, no segundo, esta manifestamente existe, podendo inclusive ser referida a ação humana consciente, ao querer e realizar de um indivíduo singular, conhecido e nomeado.

Émile Benveniste, em sua análise etimológica da categoria *Censor*, e que se refere a um personagem da magistratura romana com funções especificamente normativas, afirma – “*enquanto especifica com autoridade uma verdade de fato, o censor pronuncia a situação de cada um e sua posição na sociedade: é este o census, avaliação hierarquizante das condições e das fortunas (...) ⁷⁶*”, acrescentando, ao final, que o verbo latino *censeo* significa mais precisamente *avaliar*.

Mais importante, ainda, é a associação que Benveniste encontra entre esta noção do *censor* e uma outra, que lhe é complementar – a noção latina verbalizada na palavra *autoridade*: “*(...) com grande freqüência emprega-se censeo com auctor e auctoritas ⁷⁷*”. Onde *auctor*, por sua vez, deriva do verbo latino *augeo*, comumente traduzido por “acrescer” ou “aumentar”. ⁷⁸ Mais do que a um simples incremento meramente quantitativo, entretanto, se trata aqui, no sentido específico assinalado abaixo:

“Em seus mais antigos usos “*augeo*” indica não o fato de aumentar o que existe, e sim o *ato de produzir fora de seu próprio seio; ato criador que faz surgir alguma coisa de um meio fértil* e que é privilégio dos deuses ou das grande forças naturais e não dos homens”. ⁷⁹

É, portanto, a partir da análise do verbo *augeo* que Benveniste vai desenvolver a sua discussão sobre a problemática da *autoria*. Reproduzo a seguir uma das mais esclarecedoras passagens do seu argumento:

“É esse sentido que vem atestado pelo nome de agente *auctor*. Qualifica-se de *auctor*, em todos os domínios, *aquele que ‘promove’, que toma uma iniciativa, que é o primeiro a produzir alguma atividade, aquele que funda, que garante, e finalmente o ‘autor’*”. ⁸⁰

⁷⁶ *Ibid*; 149.

⁷⁷ *Ibid*; 150.

⁷⁸ *Ibid*; 151.

⁷⁹ *Id.* Grifo meu.

⁸⁰ *Id.* Grifo meu.

Este erudito estudo de uma categoria da cultura romana fornece, assim, um importante instrumento para a minha própria análise. A etimologia de “*autor*” indica, com nitidez, o *sentido primordial* da palavra que parece bastante adequado ao entendimento do objeto em questão: a lógica do direito costumeiro em Ponta Grossa dos Fidalgos.

Se *autor* é mesmo aquele que funda, que produz ou que inaugura o novo, este fato parece estar intrinsecamente relacionado com certas propriedades características do agente *para poder fazer* – qualidades que o distinguem de todos aqueles que não as possuem.

Como observei anteriormente, o “autor” de um bom pescador deve ter um alto grau de domínio de seu ofício. Não lhe basta conhecer, de forma mais ou menos exaustiva, as técnicas específicas de pesca artesanal. Mais do que conhecê-las a fundo, este pescador deve saber operá-las na prática, manejando-as todas ao mesmo tempo, articuladas entre si de modo a proporcionar-lhe o melhor resultado. E esta não é apenas uma questão técnica, pois não é todo pescador que se revela capaz disto. Neste sentido, a *cutuca* constitui, sem dúvida, tanto aqui quanto em outros redutos da tradição pesqueira do litoral fluminense, o ponto culminante da competência no ofício como podemos verificar na citação que segue:

“A capacidade de ter e manter galhos em diferentes pontos do Lago Grande, confere-lhe [ao pescador] uma distinção entre os pares, inserindo-o no grupo dos cultores dessa grande arte da pesca lagunar”.

⁸¹

O fato de ser o *autor* de um ou mais pescadores confere ao pescador direitos sobre sua obra. Da autoridade dele faz parte, por exemplo, o direito de reivindicar exclusividade em matéria de usufruto do pescador. O reconhecimento desse direito, por sua vez, remete tacitamente ao fato de ser o “autor” do “ponto de pesca” um pescador de notória competência, assim considerado pelo grupo.

⁸¹ MELLO & VOGEL; 200: 326.

13. “Histórias de Pescador”, ou as implicações sociológicas do segredo e da mentira.

Não existe nenhum mecanismo jurídico formal que regule a prerrogativa da exclusividade sobre um determinado “ponto” da Lagoa Feia. Não há estatuto em que esteja consignada. Não há nenhum documento normativo que a estabeleça e sancione. A única coisa capaz de assegurá-la, de algum modo, é *política do sigilo*.⁸² É ela que permite aos pescadores de Ponta Grossa usufruir exclusivamente dos pesqueiros por eles criados, durante o maior período de tempo.

A presença do segredo, na etnografia das comunidades pesqueiras, não constitui novidade. Surge em vários trabalhos. Vamos encontrá-lo, por exemplo, nos estudos de Shepard Forman sobre os jangadeiros da costa brasileira. Aparece também no trabalho de Roberto Kant de Lima sobre a pesca artesanal na Praia de Itaipu, em Niterói/RJ. E no de Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel, quando analisam a pesca de galho no Lago Grande, em Maricá/RJ.⁸³ Este estudo em particular já se refere à questão da autoria nos termos em que trato aqui. Forman, por sua vez, se ocupa do segredo em torno dos “pontos de pesca” como um fator que tende a minimizar os efeitos da competição, evitando, desse modo, o esgotamento prematuro dos pesqueiros marítimos.

Nenhum pescador é obrigado (a menos que queira) a dizer a outro(s) onde está localizado qualquer *pesqueiro* de sua autoria. Se, por algum motivo, não lhe for possível manter o *segredo*, o pesqueiro cai no *domínio público*, o que fatalmente acarretaria, em virtude da perda de exclusividade, a diminuição progressiva da incidência de pescado naquele local. Assim, uma forma muito utilizada para manter o sigilo em torno de “pontos de pesca”, é confundir os outros com “histórias inventadas” com o único objetivo de não revelar a real localização do pesqueiro cativo.

Em Ponta Grossa dos Fidalgos, como em outras comunidades pesqueiras, existem espaços privilegiados de socialização. Bares e botecos do povoado são os locais preferidos pelos os pescadores para “jogar conversa fora”; falar de futebol; de assuntos

⁸² A primeira acepção dicionarizada da palavra Sigilo é “Obrigação de guardar um segredo”. Cf. FERREIRA; 1993.

⁸³ Cf. FORMAN; 1970; KANT DE LIMA; 1997; MELLO & VOGEL; 2004.

dos quais as mulheres e crianças não costumam participar e – como não poderia deixar de ser – comentar o universo da pesca, sob os seus mais diversos aspectos⁸⁴.

Essas conversas podem se desenrolar de diversas maneiras. Em pequenas rodas de amigos, espalhadas pelo boteco, onde todo mundo parece estar falando ao mesmo tempo. Ou em ajuntamentos mais focalizados, onde um narrador conta sua *história* diante de uma audiência mais ou menos atenta. Observando e escutando atentamente as conversas, sempre acaloradas, nestes ambientes, talvez porque regadas a cerveja gelada ou cachaça – bebidas prediletas dos pescadores locais – quase ninguém relata um caso em que a pesca tenha sido mal sucedida⁸⁵. Ao contrário, normalmente o que se ouve em público são histórias que falam da fartura dos peixes e das grandes pescarias.

Em uma dessas ocasiões, enquanto ouvia atentamente a história de mais uma pescaria, Cáu, um pescador muito falante, que já acompanhava a pesquisa há certo tempo, me chamou a um canto e me disse baixinho: *“não anota no seu caderno não, porque o que ele tá falando é mentira”*. A convicção desta assertiva me surpreendeu, aguçando a minha curiosidade. Esperei o narrador acabar a sua narrativa. Cáu, no entanto, voltou a insistir. Disse que provaria que o orador estava mentindo. Passado mais algum tempo, chegou ao boteco o companheiro de pesca do suposto mentiroso. Neste momento, Cáu inquiriu o recém-chegado sobre o local onde tinham ido pescar, durante a tarde. *“Fomos pescar em Canto do Sobrado”*, respondeu o pescador. Imediatamente, Cáu abriu um sorriso e disse: *“Tá vendo? O outro disse que toda a pescaria tinha sido feita em outro lugar”*. Perguntei-lhe, então, como sabia, e ele me respondeu enfático: *“porque todo pescador é mentiroso”*.

Roberto Kant de Lima menciona a característica destas conversas em seu estudo sobre os pescadores de Itaipu/RJ:

“(…) se estabelece, na medida do possível, uma distorção de informações, através do seu ‘exagero’ e/ou sua ocultação, pela omissão ou distorção das horas, lugares, quantidades, preços e condições do mar, o que visa ‘esconder’ a estratégia utilizada das outras companhias, tendo em vista a exploração particular de um ‘território’ comum, através de propriedade provisória dos pontos de pesca e/ou da sucessão da vez”.⁸⁶

⁸⁴ Outro lugar onde se conversa sobre pesca é na beira da Lagoa em local conhecido como Porto da Beirada. Neste local a prefeitura construiu um píer e os moradores de Ponta Grossa costumam frequentar bastante.

⁸⁵ Não é que nunca digam que a pescaria foi ruim. Porém, na conversa com os demais pescadores colegas de ofício, tentam mostrar-se sempre em situações de sucesso. Falando bem de suas empreitadas o pescador aumenta seu capital simbólico junto aos demais.

⁸⁶ KANT DE LIMA & PEREIRA; 1997: 122.

George Simmel em seu “*O Segredo e a Sociedade Secreta*” empreende uma discussão sobre a função social do *segredo* e da *mentira*. Inicia seu argumento assinalando que todas as relações humanas baseiam-se em algo que uns podem e outros não podem saber.⁸⁷ Partindo do pressuposto segundo o qual cada indivíduo possui, embora de maneira inconsciente, uma *propriedade interior*, ou seja, algo que traz guardado na mente e que por algum motivo nunca revela. Quanto mais esta revelação for negada, tanto maior o valor que ela vai adquirindo socialmente, como sustenta Simmel. Assim surge o segredo. Ora, as relações sociais se fundam justamente na tensão existente entre a revelação e a possibilidade de descobrir o segredo do outro:

“O segredo implica uma tensão, que se resolve no momento em que se revela (...). Junto com o segredo vai o sentimento de que podemos traí-lo, com o que temos em nossas mãos o poder de produzir mudanças e surpresas, alegrias e destruições, ainda quando sejam tão somente a nossa própria destruição. Por isso o segredo vai envolto na possibilidade e tentação de revelá-lo, e com o risco externo de que seja descoberto, se combina este interno de descobri-lo, que se assemelha à atração do abismo”.

⁸⁸

A partir das tensões inerentes à possibilidade de se manter (ou não) um segredo é que se constitui a *política do sigilo* em Ponta Grossa dos Fidalgos. Os pescadores sabem que existe algo que não deve ser revelado e que todos têm o *direito* de fazê-lo: manter em segredo, tanto quanto possível, a localização de seus pesqueiros. Mais do que uma prática isto é uma instituição. Ao mesmo tempo em que se admite o segredo, admite-se também a tentativa constante de descobri-lo. E, neste sentido, a mentira surge como um dos mais importantes mecanismos acionados para resguardar o sigilo sobre o que se quer ocultar.

Levando em conta o imaginário popular, as *histórias de pescador* são sempre mentirosas. São lorotas; “conversa mole pra boi dormir”; “conversa fiada”. São, pois, invariavelmente consideradas como invenções fantásticas da mente do pescador. Há mesmo uma expressão muito comum, na linguagem coloquial – “*Isso é conversa de pescador!*”, usada quando alguém conta uma história difícil de acreditar. E os próprios pescadores a conhecem e reconhecem, admitindo, pois, o seu enquadramento classificatório como mentirosos.

Se a *mentira* literalmente é o *engano dos sentidos* e o ato de dizer mentiras é a *indução ao erro*, inventar histórias enganosas sobre onde, como e quanto se pescou,

⁸⁷ SIMMEL; 1986.

⁸⁸ *Ibid*; 381.

parece ter um sentido bastante peculiar no caso desses pescadores. A *mentira* assume aí um caráter fundamental para a manutenção da exclusividade sobre os pesqueiros de que falamos. Narrar fatos fictícios; exagerar os detalhes, e, principalmente, inventar *lugares* onde supostamente se realizou uma grande pescaria, não passa, na maioria das vezes, de mais uma *forma socialmente legitimada e compartilhada* de conservar em segredo a sua *propriedade imaterial*.

Assim, a *mentira* é capaz de estabelecer uma complexa rede de solidariedades e de significados:

“(...) o saber mutuo, que determina positivamente as relações não se faz por si só, se não que estas relações pressupõem igualmente certa ignorância, uma quantidade de mutua dissimulação, que naturalmente varia em suas proposições até o infinito. A mentira não é mais do que uma forma grosseira, e, contraditória freqüentemente, em que se manifesta esta necessidade. Se é certo que amiúde destroça a relação, também é certo que a mentira é um fator integrante da sua estrutura. O valor negativo que, na ética, tem a mentira, não deve nos enganar sobre a sua importância sociológica, na conformação de relações sociais concretas”.⁸⁹

Em Ponta Grossa, a mentira – tão freqüente nas conversas sobre pesca –, não é percebida de forma pejorativa nesse contexto. Ela faz parte de um complexo sistema de regras, e todos os nele envolvidos podem invocá-lo, quando está em jogo a manutenção do pesqueiro. Dentro da *política do sigilo*, portanto, o *direito de mentir* é garantido. A *mentira* aparece, neste caso, como parte constitutiva de um princípio elementar, o da ocultação consciente e proposital da informação, que rege determinados aspectos do *direito costumeiro* entre os pescadores.

Neste capítulo meu objetivo foi descrever as técnicas de captura mais recorrentes na Lagoa Feia e como elas estão diretamente conectadas a um conhecimento bastante sofisticado do ecossistema lacustre, baseado na prática cotidiana do artesanato da pesca tal como desenvolvida historicamente pelos ponta-grossenses. Tentei mostrar também como esses conhecimentos *ad hoc* acabam engendrando uma série de direitos e regras de uso localmente instituídas que envolvem toda a atividade pesqueira e seus atores nativos – os pescadores. No capítulo que segue quero convidar o leitor para mais uma incursão no universo da pesca artesanal na Lagoa Feia. Entretanto, daqui em diante pretendo apresentar a etnografia das tensões entre os pescadores de Ponta Grossa dos

⁸⁹ *Ibid*: 369.

Fidalgos e o IBAMA a respeito do estabelecimento de um calendário proibitivo da atividade pesqueira em certos períodos do ano.

PARTE III

O CALENDÁRIO ECOLÓGICO DA LAGOA FEIA: AS RECORRENTES TENSÕES ENTRE PESCADORES E IBAMA.

“O calendário é uma relação entre um ciclo de atividades e um ciclo conceitual e os dois não podem ser isolados, já que o ciclo conceitual depende do ciclo de atividades do qual deriva seu sentido e função”.

Evans-Pritchard.

1. A Lagoa Feia e as intervenções do Estado: do DNOS ao IBAMA.

Desde a primeira metade do século passado desenvolveu-se no Brasil um esforço que, inspirado nos preceitos higienistas e combinando a ação da medicina e da engenharia sanitárias, formulou uma política pública voltada para o saneamento do país e executada, a partir dos anos 30, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS.⁹⁰

Foi na região da Baixada campista que estas políticas tiveram uma de suas principais áreas de atuação, através da dragagem e retificação de rios e córregos e da abertura sistemática de canais. Estes procedimentos provocaram consideráveis impactos nos diversos ecossistemas da planície e do litoral norte fluminense, entre os quais, o da Lagoa Feia.

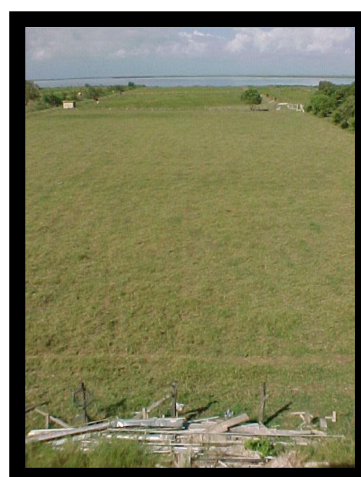
Em épocas mais recentes, a Lagoa foi diretamente atingida por, pelo menos, duas grandes intervenções governamentais, realizadas no final da década de 1970. Uma delas foi a abertura do Canal das Flechas. Iniciada em 1942, a obra teve como objetivo facilitar o escoamento das águas da bacia hidrográfica da Lagoa para o oceano. O canal com 13 km de extensão por 120 m de largura, substituiu o sistema natural de

⁹⁰ Cf. CUNHA; 2005 e MELLO & VOGEL: 2004.

escoamento realizado pelos rios da Onça, Novo, do Ingá, do Barro Vermelho e do Furado, que se uniam no Rio Iguaçu.⁹¹

Os diques do Rio Paraíba do Sul já estavam construídos e conseguiam conter apenas parcialmente as cheias periódicas. Isto, todavia, não anulava os problemas causados pelas inundações. A solução encontrada foi o aproveitamento da declividade natural do relevo do Rio Paraíba até a Lagoa Feia para a construção de canais que escoariam as águas do Paraíba para a Lagoa. A função do Canal das Flechas seria, então, realizar o escoamento das águas da Lagoa para o Oceano.

A abertura do Canal rebaixou o valor médio das cotas máximas dos níveis de água da lagoa em cerca de 80 cm, o que levou a uma enorme perda da área lacustre, pois as águas recuaram, deixando grandes extensões de terra secas conforme mostram as fotografias tiradas por Valpassos.⁹²



De todos os fatores que contribuíram para a redução do espelho d'água da Lagoa Feia, parece ter sido a construção do Canal das Flechas o mais importante⁹³. Esse processo de redução torna-se explícito quando pensamos que, em 1898, Marcelino Ramos da Silva atribuía 370 km² de superfície à Lagoa, enquanto Saturnino de Brito, em 1929, conferia-lhe apenas 335 km², e o mapa elaborado pela ONG Lagoa Viva, juntamente com o CREA-RJ, em 2002, exibia a mesma lagoa reduzida a somente 160 km².⁹⁴

⁹¹ Cf. VALPASSOS; 2006.

⁹² BIDEGAIN; 2002: 78.

⁹³ Comunicação particular do Prof. Aristides Soffiati (UFF) ao antropólogo Carlos Abraão Valpassos na ocasião de uma entrevista para a confecção de sua dissertação de mestrado.

⁹⁴ SOFFIATI; s/d: 29-30.

“A lagoa Feia foi a maior do Estado do Rio de Janeiro até 1949, data de conclusão do canal da Flecha pelo extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS. Sua superfície superava a da lagoa de Araruama, sendo pouco inferior a da Baía de Guanabara”.⁹⁵

Em 1980, o DNOS instalou 14 comportas manobráveis no Canal das Flechas, o que permitiu ao órgão controlar o nível das águas da Lagoa Feia.

A segunda grande intervenção dirigida foi o projeto de construção de um canal subterrâneo por onde passariam as águas do rio Ururaí, evitando que os detritos por ele aportados se depositassem na Lagoa Feia. Obra esta que, no entanto, não chegou a ser concluída, pois, os pescadores da localidade de Ponta Grossa dos Fidalgos reuniram-se e impediram a continuidade do trabalho das máquinas, sob a alegação de que a mesma provocaria o esvaziamento da Lagoa.⁹⁶

Em 15 de março de 1990, durante o governo do presidente Fernando Collor, o DNOS foi extinto.

No ano anterior, por sua vez, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que se tornou responsável pela “fiscalização, controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental e utilização dos recursos da fauna”.⁹⁷

O IBAMA surgiu a partir da fusão de quatro órgãos diferentes: a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, SUDEPE; o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, IBDF; a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha; SUDEVEA e a Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA.⁹⁸

Coube, desde então, ao Instituto, administrar as atividades de exploração dos recursos florestal, pesqueiro e de borrachas. Além de exercer as funções de cadastramento, o IBAMA assumiu como prerrogativa licenciar, fiscalizar e disciplinar as atividades exploratórias dos recursos hídricos e da fauna silvestre, objetivando sua conservação.

Sua constituição conecta o Brasil a uma ‘agenda política’ internacional que nos últimos anos têm se preocupado com a preservação dos recursos naturais baseada, em linhas gerais, na idéia de (re) pensar a relação Homem/Natureza.

⁹⁵ BIDEGAIN; 2002: 11.

⁹⁶ Cf. VALPASSOS: 2006.

⁹⁷ BRASIL, MINTER; 1989 *apud* LEITÃO; 1997: 66.

⁹⁸ Cf. LEITÃO; 1997.

Esse debate foi inicialmente formalizado na Europa, em linhas gerais, através da publicação do estudo “*Limites do Crescimento – um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*” (1972). O dilema tratava-se do caminho que o desenvolvimento industrial estava tomando e suas implicações na sustentabilidade dos recursos naturais do Planeta Terra. Segundo este grupo de pesquisadores europeus, conhecidos como o “Clube de Roma”, os recursos naturais não suportariam por muito mais tempo formas de exploração baseadas no modelo convencional de desenvolvimento. Assim, os “*Limites do Crescimento*” apresenta algumas conclusões básicas tais como:

- “1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população, quanto da capacidade industrial.
2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.
3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter esse segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores são suas possibilidades de êxito”.⁹⁹

Do ponto de vista programático, o desenrolar da década de 1970 foi marcada, ao menos nos países considerados desenvolvidos, por tratados, reuniões e conferências que tinham por objetivo colocar em evidência a questão ambiental. No Brasil, entretanto, essa preocupação mobilizou parte da sociedade apenas na década de 1990. O que não significa a ausência em períodos anteriores de um elenco de dispositivos legais que já oficializavam regras para o uso dos recursos naturais – conforme apresentarei mais a frente. Mas, sem dúvida, a UNCED – Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, popularmente conhecida como ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, marca a inauguração da ‘Agenda Ambiental’ no Brasil e nos países considerados ‘em desenvolvimento’.¹⁰⁰

Não deve surpreender o leitor, portanto, que o IBAMA tenha sido criado praticamente no limiar dos anos 90 depois da fusão de órgãos de Estado reguladores

⁹⁹ MEADOWS; 1972 *apud* BRUSEK; 2001:30.

¹⁰⁰ Cf. BRUSEK; 2001.

que já tinham como prerrogativa elementar a questão ambiental em território nacional.

A atuação do IBAMA na Região Norte-Fluminense se deu desde então. O Instituto tem sob sua responsabilidade 18 municípios, 3 deles litorâneos, onde se pode encontrar 5 rios federais e a maior lagoa de água doce do país.

Antes de expor a etnografia das formas de atuação do IBAMA na Lagoa Feia, creio que seja relevante apresentar brevemente um histórico dos dispositivos legais que já versavam sobre a questão ambiental no Brasil. Tomei como base as leis publicadas a partir do Novo Código Florestal Brasileiro de 1965 até a Portaria n. 71 de 2003.

2. A legislação ambiental e a Portaria 71.

O estabelecimento de mecanismos regulatórios com o objetivo de organizar a exploração dos recursos naturais no Brasil não é algo novo.¹⁰¹

A Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965¹⁰² instituiu o Novo Código Florestal Brasileiro. Gostaria de chamar brevemente a atenção do leitor para alguns aspectos de seu conteúdo. Este Código – o primeiro dispositivo da legislação brasileira de proteção das áreas de preservação permanente – estabelece, em seus artigos primeiro e quarto, quais são os recursos naturais de *interesse comum* definindo tecnicamente as áreas de sua cobertura:

“Art. 1º - As florestas existentes no território nacional e demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, *são bens de interesse comum a todos os habitantes do País*, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem. (...)”

Art. – 4º - Consideram-se *de interesse público*:

- a) a limitação e o controle do pastoreio em determinadas áreas, visando adequada conservação e propagação da vegetação florestal;
- b) as medidas com fim de prevenir ou erradicar pragas e doenças que afetem a vegetação florestal;
- c) a difusão e adoção de métodos tecnológicos que visem aumentar economicamente a vida útil da madeira e seu maior aproveitamento em todas as fases de manipulação e transformação. (...)”¹⁰³

¹⁰¹ Apenas para se ter uma idéia, é possível encontrar disposições legais sobre caças e pescarias defesas nas Ordenações Filipinas, Livro 5º, Título LXXXVIII, parágrafo 6º. Cf. anexo “A”. Estas Ordenações constituíram a base do Direito português até a promulgação dos sucessivos códigos do século XIX.

¹⁰² Cf. Anexo “B”. Cabe apontar aqui que o Código de Águas de 1934 também versava sobre a proteção das áreas de preservação permanente, porém a partir de uma extensão considerada bastante pequena pelos especialistas – conforme comunicação pessoal de Rosa Maria Cordeiro W. Castelo Branco, Diretora do IBAMA/Campos.

¹⁰³ Grifo meu.

Mais à frente, em seu artigo quinto, o Código prevê também a criação de áreas de interesse ecológico delegando ao Poder Público a competência para fazê-lo:

“Art. 5º - O Poder Público criará:

a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar os atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a *utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos*. (...)”¹⁰⁴

Cabe destacar aqui que um item de seu Artigo 14º versa sobre a possibilidade do Poder Público, em âmbito Federal ou Estadual, levar em consideração as peculiaridades locais para o estabelecimento das normas de utilização das florestas:

“Art. 14º - Além dos preceitos gerais a que está sujeita a utilização de florestas, o Poder Público Federal e Estadual poderá:

a) *prescrever outras normas que atendam às peculiaridades locais*; (...)”¹⁰⁵

O Código ainda traz em seus Artigos 22º e 23º disposições sobre a fiscalização. A redação do Artigo 22º foi determinada pela Lei nº 7.803/89 – ou seja, período posterior à criação do IBAMA.

“Art. 22º - A União, diretamente, através do órgão executivo específico, ou em convênio com Estados e Municípios, fiscalizará a aplicação das normas deste Código, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis.

Art. 23º - A fiscalização e a guarda das florestas pelos serviços especializados não excluem a ação da autoridade policial por iniciativa própria. (...)”.

E, por fim, chamo a atenção para a modesta, mas presente, preocupação com a educação ambiental que é expressa em seu Artigo 42º:

“Art. 42º - Dois anos depois da promulgação desta Lei, nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contenham textos de educação florestal, previamente aprovados pelo Conselho Florestal de Educação, ouvindo o órgão florestal competente”.

Os fragmentos que citei revelam alguns temas já colocados pelo Novo Código Florestal de 1965 que se tornariam, ao longo do tempo, recorrentes no debate acerca da

¹⁰⁴ Grifo meu.

¹⁰⁵ Grifo meu.

preservação dos recursos naturais: a) a definição legal de áreas de interesse comum ou público; b) a criação e definição, por parte do Poder Público, de áreas de interesse ecológico; c) a consideração de peculiaridades locais para a proposição de dispositivos legais; d) a divisão na operação de fiscalização ambiental; e, finalmente, e) a relevância da educação ambiental de base.

Essas questões tornam-se mais evidentes a partir da publicação da Lei de Política Ambiental de 1981.¹⁰⁶ Seu conteúdo inova, entretanto, ao qualificar mais claramente o ‘meio-ambiente’ como uma questão de ‘interesse nacional’ e do ‘povo brasileiro’, conforme podemos observar em seu Artigo 1º:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.¹⁰⁷

Também é válido ressaltar que é a primeira vez que os termos ‘meio-ambiente’ e ‘recursos naturais’ ganham definição jurídica no Brasil:

“Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:
I- meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; (...).
V- recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. (...)”

Seu artigo 4º versa sobre os objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente. Creio que seja relevante citar aqui dois pequenos fragmentos quanto:

“I - à compatibilização do desenvolvimento econômico – social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e do equilíbrio ecológico atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios”.

E, desde a publicação da Lei 7.804/89, o Artigo 6º ganhou um Inciso que define o IBAMA como órgão executor da Política Ambiental além de definir os órgãos locais:

¹⁰⁶ Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Cf. anexo “C”.

¹⁰⁷ Este fragmento, por ocasião da publicação da Constituição Federal de 1988, fora incorporado no Artigo 225 do Capítulo VI intitulado “Do Meio Ambiente”.

“IV - Órgão Executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
VI – os órgãos locais ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades”.¹⁰⁸

Destaco, por último, um fragmento de seu artigo 14º que indica os procedimentos em casos de infração da referida Lei:

“As condutas consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

O que podemos observar na Lei de Política Ambiental, em primeiro lugar, foi o esforço de tipificar legalmente termos como ‘meio ambiente’, ‘recursos naturais’, entre outros (ver anexo). Delimitá-los tornou-se de algum modo, um mecanismo necessário para fazer cumprir as disposições legais em sua plenitude. Esse esforço só ocorreu pela necessidade, a esta altura, de definir categoricamente quais eram os *bens* que deveriam ser preservados.¹⁰⁹

Outra característica que distingue a Lei de Política Ambiental do Código Florestal de 1965 é que a primeira não especifica apenas a categoria recursos hídricos ou florestais e sim a preservação do meio ambiente como um todo – elevando-o, inclusive, conforme mencionei, ao estatuto de ‘patrimônio nacional’. Tal postura ficou evidenciada principalmente depois da publicação do Artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Antes da criação do IBAMA, as atividades ligadas à preservação ambiental que se davam de forma mais localizada espacialmente eram realizadas pelos órgãos já mencionados: SUDEPE; IBDF; SUDEVEA e SEMA. O Instituto veio, portanto, centralizar em um único órgão diferentes demandas, já que o ‘meio ambiente’ começou a ser entendido em sua dimensão totalizante e os mais diversos recursos naturais estavam, ao fim e ao cabo, interligados.

Na prática, em conjunto com os Estados e Municípios, esses órgãos eram responsáveis pela fiscalização ambiental e tinham poderes para baixar normas de uso e

¹⁰⁸ Os Artigos 10º e 11º dissertam sobre fiscalização enquanto uma prerrogativa do IBAMA e em caráter supletivo destaca a atuação dos órgãos estaduais e municipais competentes. Tal medida me parece um aprofundamento dos Artigos 22º e 23º da Lei 4.771/65.

¹⁰⁹ Necessidade que, a meu ver, já aparecia como reflexo dos debates sobre preservação ambiental tal como estavam configurados na Europa e nos Estados Unidos da América.

exploração dos recursos em uma dimensão local – desde que estivessem, é lógico, de acordo com as Leis de caráter nacional apresentadas acima. Em suma, a atuação localizada não deixava se ser uma intensificação da própria Política Ambiental.

No caso da Região Norte Fluminense, o IBAMA, desde a fundação de sua sede administrativa em meados da década de 1990, é responsável por gerenciar, controlar e fiscalizar a exploração dos recursos naturais. Tratando-se da pesca artesanal, normativamente, o Instituto veio substituir a SUDEPE que já tinha um histórico de atuação antigo na Região¹¹⁰.

No que tange diretamente ao tema desta dissertação, cabe mencionar a Portaria n. 71 do IBAMA¹¹¹, onde o período de cema (reprodução da ictiofauna) é estabelecido. Tal Portaria proíbe, em seu artigo primeiro e segundo, a captura de espécies aquáticas nos meses de novembro a fevereiro na região Leste, onde situa-se a Lagoa Feia. Esta Portaria tem por objetivo:

“Art. 1. Estabelecer normas gerais e específicas para o período de proteção à reprodução natural dos peixes (cema) temporada 2003/2004, nas bacias hidrográficas do Leste, nos estados de MG, BA, ES, RJ e SP, excetuando-se das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Paraná, contempladas por portarias de piracema específicas.

Art. 2. Fixar o período de 1 de novembro de 2003 a 29 de fevereiro de 2004 para o defeso da piracema, nas bacias do Leste”.¹¹²

Desta maneira, é estabelecido um período onde a atividade pesqueira fica proibida (defeso) para que possa ocorrer, de forma plena e não prejudicada pela intervenção do homem, a reprodução das espécies.

A bióloga e Diretora do IBAMA de Campos dos Goytacazes, Rosa Maria Cordeiro Castello Branco, argumenta que o período de defeso é instituído para garantir um uso sustentável dos recursos pesqueiros com a finalidade de corrigir a ‘sobre-pesca’,

¹¹⁰ Embora a SUDEPE tenha sido reconhecidamente um órgão extensionista o que não é característica do IBAMA conforme comentarei mais à frente.

¹¹¹ Portaria N° 71/03-N, de 31 de outubro de 2003. Cf. anexo “D”. A Portaria é um ato da Administração Pública que visa à determinação de providências para o bom andamento do serviço público. MEIRELLES: 2001; 176.

¹¹² Uso como modelo o texto da Portaria n. 71 de 2003 por ter sido este que me chamou a atenção ainda durante os primeiros anos de trabalho de campo entre os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos. Entretanto, cabe ressaltar que depois da publicação da referida Portaria outros dois dispositivos legais com implicações na Região Norte Fluminense foram criados. Para tanto, basta dizer que nos textos da Instrução Normativa n. 47 de 2005 (Cf. nexo “E”), bem como para a Instrução Normativa n. 130 de 2006 (Cf. anexo “F”), não houve nenhuma alteração no que diz respeito ao calendário de proibição de captura das espécies na Lagoa Feia. Por isso, optei por mencionar apenas a Portaria n.71 quando me refiro ao calendário ecológico tal como proposto pelo IBAMA na Lagoa Feia. Sobre a diferença técnica entre Portaria e Instrução Normativa ver MEIRELLES: 2001.

ou seja, a super exploração da atividade de captura em um determinado meio – rio, lagoa ou mar¹¹³. Segundo Rosa, os critérios que estabelesem quando, onde e porquê um dispositivo legal deve ser criado são baseados em pesquisas científicas e de caráter interdisciplinar:

“Constitucionalmente compete ao IBAMA legislar sobre a pesca. Então, ele legisla. Mas é importante que essa legislação, quanto mais base científica ela tiver, melhor, porque ela não vai ser questionada.... Quero dizer: existe uma base científica, que dá subsídio à norma que está sendo publicada”.¹¹⁴

A Bióloga assinala que os períodos de defeso dispostos nas Portarias ou Instruções Normativas são de caráter emergencial. Ou seja, são medidas que existem para devolver aos ecossistemas o seu ‘equilíbrio natural’. Na Lagoa Feia, segundo ela, desde o tempo da SUDEPE é verificado que a atividade da pesca artesanal passa por dificuldades no que diz respeito à diminuição da quantidade de pescado capturado e desde então vem sendo regulada normativamente por órgãos de Estado. Porém, o defeso tal como é proposto pela Portaria n. 71 tem seu início compreendido em meados dos anos 90.¹¹⁵

Em uma de nossas conversas, perguntei se caso o tal ‘equilíbrio natural’ fosse restabelecido, ainda existira a necessidade da manutenção de Portaria n. 71. Ela respondeu que sendo uma medida emergencial, existem experiências empíricas onde o defeso foi baixado pelo IBAMA, e após as espécies retornarem à sua vida biológica normal – em termos de sua reprodução e crescimento – o Instituto poderia retirar as Portarias de circulação. A regulação, portanto, dos períodos ecológicos voltaria a ficar a cargo dos povoados que dependem diretamente da captura das espécies, bem como dos profissionais da pesca envolvidos em seu processo:

“(...) se esses períodos fossem cumpridos com tudo direitinho, se tivesse a fiscalização, baixassem o defeso (...) as espécies se recuperariam mais rápido e voltariam... né... não precisariam mais de defeso. Você sabe que a gente tem o defeso do Camarão [para a pesca

¹¹³ Embora ela também argumente que, no caso da Lagoa Feia, existam outros fatores de pressão ambiental como, por exemplo, as invasões de terras sobre o espelho d’ água por parte dos fazendeiros locais e mesmo as mudanças ecológicas naturais neste ecossistema.

¹¹⁴ Entrevista concedida no escritório do IBAMA em Campos dos Goytacazes no dia 09/11/2006.

¹¹⁵ A diminuição no pescado pode ser atestada através de levantamentos quantitativos da atividade pesqueira no litoral e nas águas continentais do território nacional. Entretanto, muitos pesquisadores se queixam da falta de dados precisos e atuais sobre esta problemática.

marítima no litoral fluminense] desde 84, 85, gente! Já era para ter acabado esse defeso!”¹¹⁶

Outra característica que marca o período oficial de proibição da pesca artesanal (e industrial, em outros casos) é o pagamento do Seguro Defeso. Todos os pescadores devidamente cadastrados em suas Colônias ou Associações Profissionais têm o direito de receber uma quantia em dinheiro para que possam suprir as necessidades materiais de sua família enquanto estão proibidos de desempenhar as atividades haliêuticas.¹¹⁷

A instituição do calendário ecológico para a Lagoa Feia, de novembro a fevereiro, já há algum tempo vem ocasionando algumas tensões entre os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos e o IBAMA conforme pude verificar, gradativamente, em meu trabalho de campo. O problema, que permanece latente durante o período de pesca liberada, manifesta-se com mais propriedade nos meses do defeso tal como o encontramos na Portaria n. 71. Veremos, a seguir, porque isso acontece.

3. O calendário do ponto de vista dos pescadores.

Durante todo o meu trabalho de campo, conforme relatei nos capítulos anteriores, dediquei especial atenção ao tema da pesca artesanal em Ponta Grossa dos Fidalgos. Pude – graças ao estabelecimento de uma base de pesquisa no povoado – passar semanas inteiras observando o vai e vem dos pescadores e de todas as pessoas ligadas direta e indiretamente à atividade da pesca nas ruas do lugar.

Homens andando com isopores, grupo de homens tecendo suas redes nas esquinas do lugar, mulheres e crianças reparando outros apetrechos dentro das casas, atravessadores e compradores de pescado indo e vindo com seus carros ou suas bicicletas ao longo da Rua João Cabral de Melo, outros tantos homens pintando, consertando ou mesmo construindo suas embarcações. Meus interlocutores mais próximos – Doba, Dodô, Ley, Luiz Galo – foram os responsáveis, não apenas por me apresentar ao universo da pesca mas, sobretudo, grandes incentivadores da pesquisa na

¹¹⁶ Entrevista concedida no escritório do IBAMA em Campos dos Goytacazes no dia 12/11/2006.

¹¹⁷ Mais à frente voltarei a este ponto ao discutir o cadastramento dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos na Associação Profissional e sua implicação no pagamento do Seguro de Defeso. Vale assinalar, entretanto, que tal Seguro é concedido desde que os pescadores contribuam anualmente com a quantia de 30,00 Reais paga à Associação ou Colônia. Por sua vez, o Seguro é concedido somente durante os períodos de defeso tal como regulamentado pelo IBAMA e com verba oriunda do Ministério do Agricultura.

medida em que, incansavelmente, me convidavam para incursões periódicas na Lagoa Feia. Eram oportunidades fantásticas de falar sobre pesca artesanal no palco onde ela era desempenhada. Os convites praticamente nunca foram recusados. Nessas ocasiões já me encontrava de pé e pronto para partir rumo à Lagoa as 04h30min da manhã.

Dentre todos eles, foi com Luiz que tive mais oportunidade de acompanhar as atividades pesqueiras *in loco*. Com seu comportamento calmo e comedido, o pescador, na companhia de seu filho Liuvan, sempre se mostrou muito à vontade com a presença do amigo alienígena em sua embarcação. Explicava didaticamente cada movimento do seu corpo e de sua canoa, que, na maioria das vezes, pareciam ser uma coisa só. Falava, com simplicidade, sobre o ecossistema lacustre, os ciclos das espécies, a disposição dos ventos entre outras coisas. Respondia precisamente, como de costume com seu tom de voz baixo as minhas incessantes perguntas, muitas delas mal formuladas ou mesmo descabidas.

Além de anotar e, por vezes, fotografar, eu ainda arriscava de modo desajeitado o posto de proeiro, recolhendo a rede, arrumando os apetrechos ou mesmo tirando o excesso de água que sempre se acumulava no fundo da embarcação.



Luiz no ofício.

Foto Valpassos: 2004.

No entanto, o universo da pesca artesanal transcendia as atividades práticas. Mesmo nos momentos de lazer a faina brotava nas conversas de fim de tarde na frente das casas, ou nos fins de semana dentro dos vários bares do povoado.¹¹⁸ Foi a partir

¹¹⁸ Conforme mencionei na primeira parte, Ponta Grossa conta com vários bares. A maioria deles se encontra na região do Macaco e da Beirada.

dessa proximidade com o tema e, inicialmente, através de uma conversa informal à noite, que percebi um novo problema surgir em minha frente.

Eu, Carlos Abraão M. Valpassos e alguns colegas que nos acompanhavam durante o trabalho de campo, carregávamos constantemente em nossas mochilas parte do material etnográfico do Prof. Luiz de Castro Faria. Este material, conforme destacado anteriormente, produzido pelo antropólogo no início da década de 1940 teve como base suas visitas ao povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos.¹¹⁹

No fim de mais um dia de labuta, estávamos reunidos com Ley, em frente à casa de seu irmão Samuel, conversando sobre os mais variados temas. Ley foi um de nossos principais interlocutores quando o tema discorria sobre espécies de peixe, pois, além de enfermeiro no Posto Médico local, era dono de pescaria e atravessador, sendo, portanto, conhecedor do assunto. A conversa acabou dirigindo-se para o período de desova dos peixes e toda a confusão que anualmente ocorria por conta das pescarias realizadas no período de proibição da atividade. Esta noite foi a primeira vez que eu e Valpassos ouvimos alguém falar com mais detalhes da Portaria n.71.

Até então, acreditávamos que tudo transcorria relativamente bem durante o período de proibição da atividade na Lagoa Feia, com exceção de comentários sobre alguns casos de pescarias realizadas na época proibida.

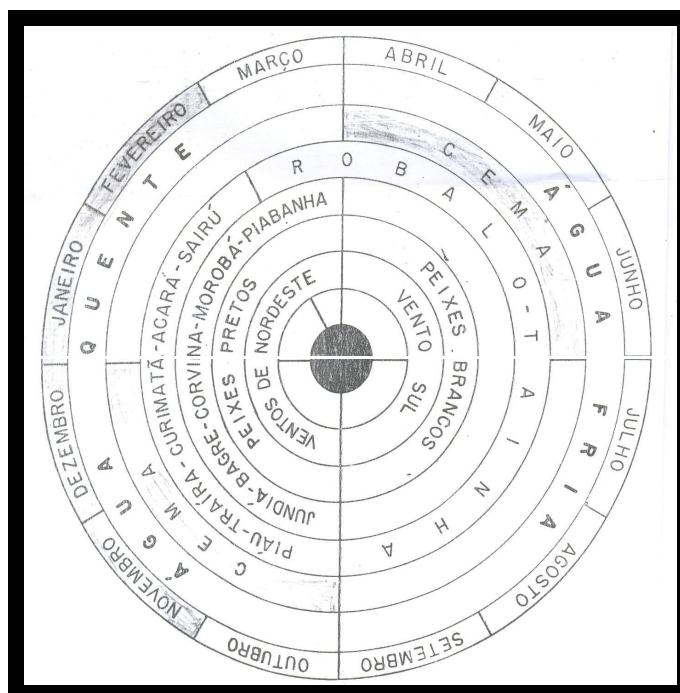
Ley nos explicou quais eram os meses em que a pescaria ficava proibida, falou do Seguro Defeso pago pelo governo Federal e de outro Seguro pago pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes através da Secretaria de Meio Ambiente.

Neste momento, o relato de Ley chamou minha atenção e de meu companheiro. Isso porque pouco tempo antes, estávamos nas mãos com um diagrama – que chamarei a partir de agora de Diagrama Ecológico da Lagoa Feia – desenhado por Castro Faria. Tal diagrama reúne relevantes informações sobre os períodos de desova, os tipos de peixes e as condições climáticas, tais como, disposição dos ventos e temperatura da água.

O que tínhamos ali, portanto, era um primeiro registro daquilo que seria o ponto de vista nativo sobre o ciclo daquele ecossistema lacustre.

¹¹⁹ Levávamos conosco alguns mapas e fragmentos de textos datilografados que periodicamente eram usados nas discussões entre os membros de nosso grupo de pesquisa com os moradores locais.

Valpassos então, foi até a nossa base e trouxe com ele o Diagrama para mostrar ao Ley.



Ao ver o Diagrama nosso interlocutor parecia mais impressionado que nós mesmos. Ele chamou nossa atenção para os detalhes das informações ali reunidas e pediu para ficar com uma cópia.

Sendo a pesca historicamente a principal atividade de Ponta Grossa dos Fidalgos, os pescadores possuem um conhecimento refinado sobre a Lagoa Feia e sobre os comportamentos e espécies de peixes conforme a etnografia apresentada na Parte II desta dissertação. Os conhecimentos sobre a ictiofauna incluem desde os períodos de desova de cada espécie até seus hábitos alimentares. Em seu trabalho etnográfico Castro Faria já assinalava sua importância:

“As épocas de desova e os hábitos alimentares das diferentes espécies representam os conhecimentos biológicos mais importantes. As variações climáticas e as diferenças de constituição do fundo da lagoa, por outro lado, representam os conhecimentos geográficos mais significativos”.¹²⁰

¹²⁰ CASTRO FARIA; s/d.

O que salta aos olhos mesmo do observador mais desavisado é que neste Diagrama o período da cema apresentado não corresponde ao defeso proposto pela Portaria n. 71. Castro Faria assim escreveu em seus textos:

“A época de desova é conhecida como tempo de cema. O robalo e a tainha desovam na época da água fria, no período de abril a junho, quando o vento sul sopra com maior intensidade e frequência. Os demais peixes, justamente aqueles que formam a categoria dos chamados peixes pretos, desovam na época da água quente, nos meses de outubro, novembro e dezembro”.¹²¹

Ao compararmos o registro de Castro Faria com os relatos atuais, devemos considerar, evidentemente, as mudanças ocorridas na biogeocenose do ecossistema da Lagoa Feia, recorrentes de processos naturais ou mesmo antrópicos.

Após essa conversa com Ley, tive a oportunidade de levar o Diagrama para ser avaliado por outros pescadores. E, uma vez mais, para minha surpresa, os argumentos de meus interlocutores praticamente se repetem em todos os casos: que o calendário da pesca, tal como sistematizado por Castro Faria, coincide com o que eles consideram como o *‘tempo certo da cema’*.¹²²

Assim, o calendário da cema, tal como nossos interlocutores o conheciam e do modo como foi registrado por Castro Faria, indica a existência de dois períodos distintos: de abril a junho, para os peixes considerados pelos pescadores locais como ‘brancos’, e de outubro a dezembro, para as espécies designadas como ‘pretas’.

Uma breve comparação mostra que para o tempo de desova do robalo e da tainha, consideradas espécies de alto valor comercial, não há suspensão da pesca prevista na Portaria n. 71, pois este período refere-se aos meses de abril a junho e a portaria cobre apenas os meses de novembro a fevereiro.

Em um segundo momento, ao proibir a atividade de captura nos meses já referidos, a Portaria não cobre o mês de outubro – onde algumas espécies já estariam em período de desova – e ainda estende a proibição até janeiro e fevereiro, meses em que praticamente todas as espécies já se encontram desovadas.

É comum ouvir dos pescadores da Lagoa Feia – principalmente dos mais antigos – que há alguns anos espécies como robalo e tainha têm sido bem menos capturadas do que foram outrora.

¹²¹ *Id.*

¹²² Dados coletados em trabalho de campo no período de 2003/2005.

O argumento utilizado com mais frequência aloca a responsabilidade deste declínio na instalação das comportas manobráveis no Canal das Flechas, efetuada pelo DNOS, pois estas representam uma verdadeira barreira, de aproximadamente 1 metro de altura, no caminho destes peixes que vêm do oceano para desovar nas águas lacustres em fenômeno conhecido tecnicamente como *diadromia*.

O argumento nativo ainda sustenta, portanto, que robalos e tainhas conseguem chegar à Lagoa apenas quando encontram as comportas abertas, o que muitas vezes não coincide com os períodos de reprodução.

Somente quando instigados pelo Diagrama, os pescadores acusam que a reprodução destas espécies também estaria comprometida por ocorrer em um momento calendário onde a atividade pesqueira encontra-se liberada.

Temos, portanto, a indicação de dois fatores, do ponto de vista nativo, que em conjunto seriam responsáveis para o desaparecimento gradativo de algumas espécies e mesmo para a proliferação de outras como a traíra ou o peixe rei, por exemplo.

Estes dois fatores são oriundos de Políticas Públicas de caráter nacional, todavia possuem naturezas distintas: por um lado, o DNOS com o projeto desenvolvimentista que marcou o período de suas atividades de saneamento na Baixada Campista. Por outro, já nos anos 90, os mecanismos regulatórios propostos pelo IBAMA e todo o esforço dirigido para a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. O que parece aproximar DNOS e IBAMA na história social de Ponta Grossa dos Fidalgos é justamente a capacidade que ambos os órgãos têm de mobilizar nos pescadores artesanais deste lugar uma espécie de ceticismo perene.

Com efeito, para os pescadores, a instalação das comportas e a pesca praticada no período da piracema contribuíram consideravelmente para a redução da presença de robalos e tainhas na Lagoa. Antigos pescadores, como São Zé Lisboa (94 anos em 2004, ano em que faleceu) e Amaro Clarindo (92 anos em 2006), mencionaram que antes da construção do Canal das Flechas “a Lagoa era melhor, tinha mais fartura. Agora, acabaram com nossa Lagoa”. Outros tantos, quando perguntados sobre o período de proibição tal como normatizado pelo IBAMA respondem “a Lagoa é do pescador, ele é que conhece a Lagoa, ele é que sabe dos peixes (...)”.

4. O IBAMA e o ceticismo.

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis tem sua sede regional em uma edificação de dois andares, anexa ao prédio da Justiça Federal, no centro da cidade de Campos dos Goytacazes.¹²³

No térreo, além do pátio com três vagas exclusivas para automóveis do IBAMA, encontram-se uma cozinha e um quarto que funciona como uma espécie de depósito. Já no primeiro andar é dividido em uma sala de atendimento ao público, cinco salas para o desempenho das atividades técnico administrativas e um banheiro. Em seu segundo, e último andar, funcionam uma biblioteca, uma sala de estudos, mais um banheiro, e um auditório com capacidade para trinta pessoas. O acervo de sua biblioteca é composto por livros publicados pelo próprio IBAMA, mapas e arquivos exclusivos do IBAMA/Campos, outras tantas obras com a temática do meio-ambiente, além de dissertações e teses produzidas por diferentes pesquisadores de universidades da região Norte-Fluminense.

A recepção é ampla e possui uma divisória tipo aquário onde podem ser vistos vários pôsteres de projetos ou programas implementados pelo órgão. Chamou minha atenção, entre todos eles, o material de divulgação relativo à publicação da Carta Náutica da Lagoa Feia – baseado em um estudo empreendido pelo CREA em 2002. Atualmente, o *staff* do órgão conta com dois analistas ambientais, um analista administrativo, um técnico administrativo e, nos períodos em que visitei a sede, uma estagiária ainda em formação universitária.

A atuação do IBAMA na região Norte Fluminense vem sendo marcada por uma gradativa aproximação do órgão em relação às populações ditas tradicionais. Entretanto, conforme sua Diretora me relatou, essa preocupação remonta desde os tempos da extinta SUDEPE.¹²⁴

Em nossas conversas, por vezes surgiu a figura de Lurdinha¹²⁵, socióloga e funcionária extensionista da SUDEPE que morou durante muitos anos na praia de

¹²³ Além deste, existem mais três escritórios regionais do IBAMA no Estado do Rio de Janeiro sediados em Angra dos Reis, Cabo Frio e Friburgo.

¹²⁴ As intervenções de órgãos de Estado sobre as populações ditas tradicionais são, em muitos casos, marcadas por problemas de ordem prática no que diz respeito à implementação Políticas Públicas, ou no estabelecimento de novas normas que influenciem diretamente a vida e as atividades desenvolvidas por elas historicamente.

¹²⁵ Maria de Lourdes Coelho Anunciação começou sua carreira como estagiária da EMATER. Em 1982 depois da elaboração de um projeto conjunto com a SUDEPE foi efetivada neste último para o cargo de Extensionista. Em 1989, após a extinção da SUDEPE a socióloga foi incorporada ao *staff* do

Atafona, distrito de São João da Barra. Lurdinha era conhecida por ser uma figura muito ativa e o convívio intenso com os moradores da referida praia possibilitou à extensionista um contato muito próximo com os problemas do lugar:

“(...) ali ela trabalhou e descobriu que as mulheres eram muito ociosas, as mulheres de pescadores. O pescador saía, capturava seu pescado, voltava, vendia (...) e ela via a mulher em casa, sem ter uma alternativa... Depois a própria SUPEPE começou a criar defesos (...) Então, em período de defesos a mulher faria o quê? Então ela começou a trabalhar com essa comunidade, uma produção, um lance econômico. Ela começou a trabalhar o artesanato... a produção de artesanato a partir da tabua. Isso desenvolveu bastante, elas, as mulheres, criaram uma associação em Atafona. Mas... no final, quando o IBAMA foi criado em 89, não havia mais essa figura... deixamos de ser SUPEPE, passamos a ser IBAMA, mas a figura ‘Extensionista’ acabou (...)”¹²⁶

Se compararmos a descrição que Rosa faz das atividades da SUPEPE no litoral do Norte-Fluminense com atuação do IBAMA nos dias de hoje, podemos perceber uma sensível mudança no conteúdo das ações que envolviam as populações tradicionais. No primeiro, temos um órgão preocupado estritamente com organização da pesca enquanto atividade econômica. A partir da implementação de políticas com o objetivo de organizar esse setor, acreditava-se que as populações que dependiam diretamente dele poderiam se desenvolver socialmente e economicamente. Por sua vez, o IBAMA inaugura já nos anos 90, uma agenda programática caracterizada pela atuação no campo da Educação e da Preservação Ambiental:

“Quando você tratava só da pesca, não havia uma preocupação ‘Natureza’ (...) alias, era uma preocupação ‘Natureza’ mas muito mais pensando na economia, no capital. Não havia uma preocupação ‘Natureza’ de preservar. (...) Porque ele [IBAMA] é que tinha que cumprir a Política Ambiental (...). Então, o trabalho dos extensionistas [da SUDEP] era um trabalho voltado para a geração de renda... não se falava em produção com dois objetivos: geração de renda e preservação, entendeu?”.¹²⁷

A parceria de Lurdinha com Rosa no IBAMA rendeu interessantes projetos junto às populações de pescadores e catadoras de caranguejo em localidades como São João da Barra e São Francisco de Itabapoana. Cito aqui, apenas dois deles, realizados em conjunto com outras entidades – que incluem desde órgãos governamentais até

IBAMA/Campos, na qualidade de Analista Ambiental. Tornou-se, então, diretora do órgão e trabalhou até falecer no ano de 2004.

¹²⁶ Entrevista concedida no escritório do IBAMA em Campos dos Goytacazes no dia 12/11/2006.

¹²⁷ Idem.

universidades – são ‘Manguezal Vivo’ e ‘Mulher Elo Marcante na Pesca’; além do fomento institucional à Associação de Artesãos de São João da Barra através do Centro Comunitário Maria Cristina P. Lopes.¹²⁸

Mesmo com todo esse esforço e uma gama de resultados aparentemente positivos, Rosa se queixa da relação que o órgão tem estabelecido com alguns povoados em especial. A maioria dos projetos de educação e preservação ambiental só podem ser efetivados quando existe uma cooperação positiva entre os povoados e o IBAMA. Ela lembra, inclusive, que atualmente as próprias normas de uso que regulamentam a exploração dos ecossistemas não podem mais ser publicadas sem o que o órgão escute suas demandas. Isso, segundo a Bióloga, pode ser atestado através das mudanças ocorridas na legislação.

Entretanto, o grande problema para o IBAMA reside nas mudanças que as ditas populações tradicionais vêm sofrendo com o passar do tempo. Rosa aponta que a pesca artesanal de águas continentais, como a desempenhada na Lagoa Feia, está cada vez mais perdendo espaço para outras atividades econômicas:

“A gente observa que as comunidades tradicionais no Brasil – índios e pescadores, falando só desses – são comunidades que elas estão perdendo totalmente suas características por influências econômicas. Ao meu ver as perdas culturais de tradição, da cultura natural dessas comunidades é pela economia”.¹²⁹

Isso, segundo ela, está também transformando a forma com que os pescadores artesanais se relacionam com sua atividade profissional e com meio ambiente de um modo geral. Transcrevo aqui, mais uma ilustrativa passagem de nossas conversas:

“(...) hoje eu não acredito que ela faça [o defeso] sem esse instrumento da Portaria. A gente convive com ela [comunidade tradicional] há muito tempo e é difícil ela não capturar.... Eu não vejo mais pessoas nessas comunidades com um pensamento que possa se dizer assim: ‘ele nem precisa ver a Lei, ele auto-regula sua subsistência (...)’ A gente está sentindo que a comunidade tradicional nem tem mais. Você vai numa reunião de comunidade pesqueira... eles sabem fazer a política deles (...). Eles usam os mesmos artifícios que nós usamos em outros setores. Pra se defender? Talvez... Mas aí além da gente ter que defendê-los, a gente tem que saber até onde está ética no que eles colocam pra gente”.¹³⁰

¹²⁸ Cf. anexos “G” e “H”, respectivamente.

¹²⁹ Entrevista concedida no escritório do IBAMA em Campos dos Goytacazes no dia 09/11/2006.

¹³⁰ *Id.*

Rosa diz que para combater esse tipo de postura o IBAMA tem intensificando seus projetos na área de Educação Ambiental na região Norte-Fluminense. Um de seus principais objetivos em termos programáticos é, portanto, conscientizar as populações tradicionais do importante papel que a cultura local pode desempenhar para a preservação dos ecossistemas. Essa seria uma forma de fazer com que as demandas dessas populações estejam realmente voltadas para interesses estritamente ecológicos.

Interesses que na opinião da Diretora do IBAMA cada vez mais vêm sendo substituídos por acordos e metas relativos à política local. Conforme ela aponta de uma forma generalista, sem citar nomes ou lugares:

“A gente sempre fez discussões com eles [pescadores tradicionais]... aí interfere vereador... aí o vereador manda pra reunião um ônibus cheio de gente, gente essa que às vezes só tem um pescador... então as interferências antiéticas e de mal caratismo, de politicagem é muita coisa (...) então é por isso que hoje eu sou cética”.¹³¹

Por outro lado, Rosa comenta um caso onde o líder de uma Colônia de Pesca, cumpre as expectativas daquilo que se espera, não apenas de quem ocupa o tal função, mas, sobretudo, de um pescador artesanal comprometido com sua categoria profissional e com o ‘meio-ambiente’:

“Um exemplo de Colônia é o Tico (...) O famoso Tico de São Francisco de Itabapoana. Que pescador! Que pescador e que presidente de Colônia! Ele faz uma política pesqueira com os pescadores e com a Colônia. Então isso hoje tá ficando raro! Ele é instruído, mas não é politiquero. Ele é ético, é pescador, sobrevive da pesca (...)”.¹³²

Mesmo assim, o ceticismo do IBAMA, em relação à identidade do pescador artesanal nos dias atuais é complementado por outro: àquele baseado no papel ambíguo das Colônias. Isso, no que diz respeito, especificamente, aos períodos em que a pesca deve ser proibida. A Diretora relatou que há muitos casos na região onde Colônias ou Associações Profissionais estão, conjuntamente com as Prefeituras Municipais, manipulando estes períodos e garantindo aos pescadores o pagamento de outro Seguro; uma espécie de Seguro de Defeso Municipal:

“O cara lá que está comandando a Colônia, ele arranja mil ‘defesos’ para o cara [os demais pescadores] receber... da prefeitura ‘tal’, da

¹³¹ *Id.*

¹³² *Id.*

‘não-sei-o-quê’... então tem prefeituras que dão cesta básica, que dão dinheiro no defeso (...) Eles não podem ‘criar’ defeso!’.”¹³³

E a crítica sobre o uso político do período de defeso continua:

“Legalmente, as prefeituras podem restringir o uso da Lagoa. Aí pode... não pode é ‘abrir’ (...) Mas pra fazer o uso disso politicamente? Porque muitas prefeituras fazem isso, né? ‘Ah, não! Quem votar em mim, vai ganhar o defeso...’ Ah, não... tem que ser visto isso (...)”.

Todos esses motivos fazem com que o IBAMA reconheça a forma tensa com que o órgão, já há alguns anos, vem travando diálogo com alguns povoados pesqueiros e suas respectivas Colônias ou Associações. Principalmente quando se trata de estabelecer certos consensos sobre os caminhos das políticas de preservação ambiental – vista neste estudo a partir da ótica dos períodos de proibição das atividades haliêuticas. Se por um lado, é possível identificar projetos que apontam para resultados positivos junto a alguns grupos, como é o caso em São Francisco de Itabapoana, por outro, em Ponta Grossa dos Fidalgos, a relação continua comprometida pelos fatores apresentados acima e somados, ainda, ao ceticismo que vem do outro lado: o dos próprios pescadores.

5. O Ceticismo dos pescadores.

Mencionei, ainda na primeira parte desta dissertação, que durante os primeiros meses de trabalho de campo em Ponta Grossa dos Fidalgos, tive várias vezes que afirmar perante os pescadores e moradores em geral que eu era apenas um jovem pesquisador universitário que desejava estudar a pesca artesanal na Lagoa Feia. Essa atitude era tomada sempre que a minha identidade e meus interesses eram confundidos, entre outras coisas, com os de algum agente do IBAMA, ou mesmo com os de alguém ligado indiretamente ao órgão.¹³⁴

¹³³ Idem.

¹³⁴ Percebo que em Ponta Grossa existe um cuidado especial com tudo aquilo que pode, em alguma medida, modificar radicalmente o modo de vida de seus moradores. Essa “distância controlada”, que a maioria dos pescadores locais nutre em relação ao IBAMA não é exclusiva apenas deste povoado. Uma extensa bibliografia sobre comunidades e vilarejos pesqueiros também aponta para esta direção – envolvendo não somente órgãos de fiscalização ambiental mas, também, instituições heterônomas ou processos de mudança social que tenham origem fora do contexto conhecido por esses grupos. Cf. KANT DE LIMA: 1997; MELLO & VOGEL: 1999 e 2004; BRITTO: 1999; MOTA: 2004; PRADO: 2004; OLIVEIRA: 1966; PESSANHA: 2003; LOBÃO: 2005.

Esse ceticismo para com elementos alienígenas, sejam estas pessoas ou instituições, pode ser explicado, em parte, pelo impacto a longo prazo de certas Políticas Públicas na vida cotidiana de povoados como o de Ponta Grossa. Sem dúvida, conforme aponte em outro momento, as intervenções do DNOS na Lagoa Feia até hoje são lembradas e criticadas pela maioria dos pescadores.

Com o objetivo de apresentar a forma como os pescadores de Ponta Grossa percebem a atuação do IBAMA e, mais do que isso, para entender como eles lidam com o período do defeso, vou direcionar minha análise para a relação que este grupo tem com sua Associação Profissional. Justifico essa escolha, pois é somente a partir dela que os pescadores podem receber o Seguro de Defeso. Além disso, tal Associação, em termos de representação de interesses coletivos, é o elo entre os pescadores e os demais órgãos governamentais.

Para isso, usarei o material etnográfico apresentado por Lorena de Oliveira Alves obtidos em seu trabalho monográfico intitulado *“Práticas Políticas, Produções Ideológicas e Discursos de Legitimação na Associação de Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos”*¹³⁵ combinando-o, dentro do possível, com os dados que coletei em meu trabalho de campo no povoado.

A Associação de Pescadores Artesanais de Ponta Grossa é juridicamente considerada uma capatazia subordinada à Colônia de Pesca Z-19 localizada em Farol de São Tomé, região praiana do município de Campos dos Goytacazes.¹³⁶ A criação das Colônias no Brasil remonta o limiar dos anos de 1920. Suas atividades junto aos povoados pesqueiros foram intensificadas durante o período do Estado Novo:

“As primeiras colônias foram inspiradas pelos interesses do Estado, quando iniciada, em 1919 a campanha de nacionalização da pesca e sua organização no litoral do Brasil, cujos pressupostos são os seguintes: as populações pesqueiras e seus botes como instrumentos de defesa nacional; a organização da indústria marítima como elemento mantenedor desse contingente; a preocupação com a predação do mar e com a utilização de instrumentos inadequados na pesca. Enquanto reserva de defesa da costa nacional, os pescadores se fizeram merecedores da atenção e do amparo do Estado”.¹³⁷

¹³⁵ ALVES; 2007.

¹³⁶ Antes da Associação o registro profissional dos pescadores de Ponta Grossa era feito pela Colônia Z-22. Informações sobre seu funcionamento e sua desativação parecem muito desconstruídas e carecem de uma investigação mais sistemática.

¹³⁷ MALDONADO; 1986: 48.

As Colônias, portanto, constituíram parte de um grande esforço, em termos de Política Nacional, em organizar e fomentar a atividade da pesca no Brasil. Mesmo assim, é possível encontrar peculiaridades locais que definem as atuações desses órgãos. Meu argumento é que existem fatores elementares na relação entre a Associação de Ponta Grossa dos Fidalgos e seus pescadores fazendo com que estes últimos, entre outras coisas, canalizem os seus sentimentos de desconfiança para a maioria das normas de preservação ambiental formuladas pelo IBAMA.

Creio que seja relevante, inicialmente, apresentar um fragmento da etnografia de Alves onde a pesquisadora descreve cuidadosamente o espaço físico que abriga a APAPGF:

“A sede da Associação de pescadores de Ponta Grossa funciona numa casa alugada, na parte extrema do bairro da Ponta. Além de Nelson, trabalham na Associação a sua esposa, Dionéia, como tesoureira; Elisângela e Fernanda, que cuidam da limpeza do local; os vigias Reginaldo e Jorge, e o motorista Robson. Ao adentrar a Sede, damos com uma sala pequena, semelhante a um escritório simples, onde há uma mesa grande e mais atrás dela o computador, numa segunda mesa mais ao fundo da saleta. Junto às paredes perpendiculares à porta, há cerca de oito cadeiras acolchoadas. Nas paredes brancas há muitos cartazes relativos à preservação ambiental, ao defeso, cartazes do Governo Federal que incentivam a regularização dos documentos dos pescadores e o maior deles, que está atrás da cadeira do presidente, é um mapa físico da Lagoa Feia. Adjacentes a esta primeira sala há duas outras salas menores com muitas cadeiras amontoadas, além de alguns equipamentos fora de uso, como um fogão industrial. Ao passar pela primeira sala em direção ao interior da sede, chegamos à cozinha. Nela, além de todo o aparato comum a todas as cozinhas, há um fogão industrial e outros aparelhos do mesmo porte, usados nos cursos de culinária oferecidos pela Associação. Da cozinha, se pode sair para a varanda, ladeada por um pequeno quintal. A garagem fica a esquerda, e abriga o carro da Associação. Este carro fica a disposição do presidente, servindo também para transportar outros moradores em situações emergenciais”.¹³⁸

É importante ressaltar que a Associação desde 2000, ano de sua fundação, tem facilitado o trâmite burocrático da documentação dos pescadores. Sem o cadastramento, os profissionais da pesca não podem receber as parcelas do Seguro de Defeso concedido durante os períodos de proibição da captura na Lagoa Feia, conforme estabelece a Portaria n. 71. Assim, a Associação fica responsável pelo registro local dos pescadores repassando, posteriormente, a documentação para a Colônia Z-19 em Farol de São Tomé. Esta, por sua vez, tem a atribuição de enviá-la ao Ministério da Agricultura.

¹³⁸ ALVES; 2007: 24.

Entretanto, os relatos de muitos pescadores apontam para uma certa ambigüidade sobre o papel que a Associação vem desempenhando ao longo desses anos. Se, por um lado existe o reconhecimento de que a Associação objetivamente dinamizou o processo de cadastramento dos pescadores, a postura de seus líderes foi muitas vezes questionada por nossos interlocutores.

Uma semana antes de chegarmos ao povoado, ainda em 2002, eu e Valpassos tentamos um contato inicial com vendedores de peixe no Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes. Ali poderíamos, de algum modo, encontrar informações sobre a Lagoa Feia. Nosso objetivo era tentar conhecer alguém capaz de nos “credenciar” em Ponta Grossa dos Fidalgos, pois, nunca tínhamos estado lá antes. Foi assim que nos aproximamos de um casal de senhores. Eram Dona Santinha e seu marido. Moradores de Ponta Grossa, o casal conversou conosco sobre a Lagoa e a vida em Ponta Grossa. Na ocasião, Dona Santinha nos incentivou muito a conhecer o lugar. Disse, repetidas vezes, que iríamos adorar. Explicamos brevemente os objetivos da visita e, ao final, perguntamos se ela indicaria alguém em especial com quem pudéssemos conversar primeiramente. Dona Santinha respondeu que deveríamos procurar a Virgimar, que segundo ela, era a “*representante dos pescadores*”. Entusiasmados com a indicação de um nome – e ingenuamente nos sentindo mais seguros por isso – decidimos, na semana seguinte, ir até o povoado de Ponta Grossa.

Recordo-me então, do meu primeiro dia de trabalho junto com Valpassos em Ponta Grossa dos Fidalgos. Tínhamos na cabeça a idéia de procurar a tal mulher, afinal ela era a “representante dos pescadores”. Porém, arrebatados por uma série de informações e de pessoas que vieram ao nosso encontro, conforme relatei na primeira parte, um morador local disse algo um tanto quanto sugestivo quando perguntado sobre Virgimar.¹³⁹:

“Olhem, posso ajudar vocês no que vocês quiserem... Posso apresentar vocês a todo mundo aqui. Mas, se vocês querem saber de pesca artesanal, têm que falar com o pescador mais antigo de Ponta Grossa: São Zé Lisboa... sobre pesca, é com ele que vocês têm que falar! Agora... se vocês quiserem saber de ‘*política*’... aí sim, procurem a Virgimar”.

¹³⁹ Este morador depois se tornaria uma das figuras mais atenciosas com nosso grupo de pesquisa. Prefiro deixá-lo no anonimato para preservá-lo de qualquer problema, pois seu relato pode ser interpretado como uma acusação pessoal à figura da presidente.

Só após algum tempo de pesquisa fomos realmente entender o significado daquelas palavras. Virgimar foi a primeira presidente eleita da Associação no ano de 2001. Sua eleição, conforme escutei muitas vezes, e de acordo com Alves, nunca foi explicada com muita clareza. O que podemos afirmar, no entanto, é que Virgimar foi reeleita em 2003, mas não chegou ao fim do seu segundo mandato. O motivo, comentado nas ruas entre os moradores, seriam as constantes acusações que a presidente vinha sofrendo sobre desvio de verbas da Associação. Assim, ela foi embora de Ponta Grossa e Nelson, o então vice-presidente, assumiu o cargo.

Segundo vários moradores com quem conversei, a trajetória de Virgimar, desde sua chegada a Ponta Grossa, estaria ligada a alianças com políticos locais. Alves tece um interessante comentário sobre o assunto:

“Investigar, então, como Virgimar chegou ao povoado e ocupou tal posição tornou-se fundamental para o entendimento da dinâmica das alianças políticas dentro do povoado, já que não me parecia que ela tivesse chegado a este cargo de outra forma se não através de redes pessoais que a legitimassem como capaz de exercê-lo. Quando perguntava aos pescadores associados sobre como Virgimar havia chegado a esta posição, obtive quase sempre a mesma resposta: que ela havia ‘chegado’ com Russo Peixeiro [na época vereador do município de Campos dos Goytacazes], para fundar a Associação de Pescadores. Em 2003, divergências ideológicas/políticas levaram ao rompimento de sua aliança. Contudo, quanto no período que antecede ao defeso, os moradores ainda eram recrutados para as frentes de trabalho na Associação de pescadores; portanto, o aparente rompimento desta aliança política não alterou de maneira significativa a utilização da estrutura da Associação por Russo como veículo para manter boas relações com a comunidade, já que para a população é Russo que ‘traz, consegue’ as frentes de trabalho para o povoado”.¹⁴⁰

As opiniões nativas se dividem quando o assunto é a relação entre líderes da Associação e influentes políticos locais. Pessoalmente, já ouvi muitos moradores argumentarem coisas como *“é sempre bom manter boas relações com eles [os políticos], pois eles, quando fazem, são os únicos que podem fazer alguma coisa por nós aqui em Ponta Grossa... afinal, somos tudo pescador...”*. Entretanto, posições contrárias também são muito comuns, como quando afirmam *“eles [os políticos] não vêem os interesses do pescador... só vêem o lado deles... o lado de quem vota neles... é*

¹⁴⁰ ALVES; 2007: 25. As ‘Frentes de Trabalho’ são ações da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes que consistem no recrutamento de moradores das regiões consideradas carentes para trabalharem em regime temporário em obras públicas como, por exemplo, recapitamento de ruas, limpeza de canais entre outros serviços como nos programas de prevenção da dengue na região. No caso de Ponta Grossa dos Fidalgos esse recrutamento acontece sazonalmente no período em que a pesca está proibida, de acordo com a Portaria n. 71, como forma de promover um aumento na renda das famílias que sobrevivem direta ou indiretamente da pesca artesanal.

tudo política... e enquanto isso a lagoa tá se acabando, o pescador mesmo tá se acabando...”.

Essa ambigüidade se desdobra ainda mais quando o tema é o Seguro Defeso. Já mostrei ao leitor que para garantir o recebimento das parcelas do referido seguro, o pescador tem que estar em dia com suas obrigações junto à APAPGF. Esses pescadores são àqueles registrados no Ministério da Agricultura. Todos que possuem esse cadastro tem uma carta que comprova seu vínculo. Com a documentação atualizada, o pescador recebe, durante os meses de novembro a fevereiro, a quantia de um salário mínimo que deve ser pago com referencia a cada mês em que atividade estiver suspensa.

Mas, na prática, parece não existir critérios definidos rigidamente para estabelecer quem é ou não é mesmo pescador. Muitos de meus interlocutores afirmaram que já tinham deixado de pescar a muitos anos, mas, pelo fato de estarem “em dia” com a anuidade da Colônia, recebiam o Seguro Defeso nos meses de pesca suspensa. As justificativas para esse comportamento versam sempre o fato de ter alguém na família que trabalhe em atividades ligadas à pesca, como, por exemplo, beneficiamento e/ou na venda pescado.

Este, entretanto, a meu ver, ainda não é o maior problema quanto ao recebimento do Seguro.

Frequentemente surge um outro Seguro Defeso que não é aquele pago pelo Governo Federal. Conforme pude verificar durante o trabalho de campo realizado entre os anos de 2002/03, a APAPGF fixou um acordo com a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Campos dos Goytacazes para o pagamento de um “Defeso Municipal”.

De acordo com meus interlocutores, esse acordo se deu a partir da constatação de dois problemas que se complementam: I) atraso no pagamento das parcelas do Seguro Defeso “Federal” naquele ano; II) que por sua vez, “forçava” os pescadores, por uma questão de sobrevivência, a pescar no período de proibição regulado pelo IBAMA. Seria este, um modo, ainda que arbitrário, de fazer com que a Lagoa Feia ficasse mais tempo “intocada” e as espécies pudessem se reproduzir plenamente.

O que chama a atenção neste Seguro Defeso “Municipal” é que ele, além de estabelecer um outro calendário para a atividade da pesca – conforme discutirei mais à frente – cria problemas com parte dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos. Isso porque o cadastro que vale para o recebimento deste Seguro não é o mesmo vigente

para o “Seguro Defeso Federal”. Ou seja, entram em jogo outros critérios para definir quem é pescador ou não. Conforme

Alves aponta em seu estudo, o registro para o recebimento do Seguro Defeso Municipal é feito pelo próprio presidente da Associação baseado em critérios estabelecidos por ele e por outros habitantes de Ponta Grossa. Variáveis indefinidas como ‘ser trabalhador’, ‘ser gente direita’ são alguns dos mecanismos que vão definir o cadastro de alguém:

“Observando o ambiente declaradamente conflitivo tanto entre os que recebem o Defeso “pela federal” e pela prefeitura quanto o que envolve os julgamentos relacionados ao reconhecimento profissional do pescador, podemos definir funções *oficiais* e não *oficiais* da Associação, ambas funções ligadas à visão normativa de um Órgão Representativo. A função oficial da Associação é o registro dos pescadores para o recebimento do Seguro Defeso. Este registro, porém depende diretamente do reconhecimento do pleiteante como um pescador. Este reconhecimento é um julgamento do presidente da Associação, que não se faz livre das pressões dos outros habitantes, associados ou não, que sempre sabem apontar quem é ou quem não é pescador, de acordo com características extremamente maleáveis, que não se resumem ao indicativo da pesca como único ou principal sustento do pleiteante. O líder não chega a ser temido, mas sua autoridade é reconhecida por conta do seu monopólio dos meios burocráticos para a concessão do Defeso. Obviamente, este é um direito que não pode ser negado injustificadamente, mas a sensação de dependência do seu julgamento é uma constante”.¹⁴¹

E esse sentimento de dependência acaba cerceando, por outro lado, o acesso ao recurso deste Seguro para àquela parte dos pescadores que não se enquadram nas expectativas do presidente. Sempre que discuti esse tema com meus interlocutores mais próximos escutei coisas como: *“só recebe o defeso [municipal] quem for da política, da panela deles... eu mesmo sou pescador, minha mulher vende peixe, e eu nunca vi nenhum dinheiro”*. Outros, já me mostraram a carteira “federal” dizendo: *“tá vendo, Zé! Eu sou ‘federal’, sou pescador profissional... tá escrito aqui! E aqueles que não são e tão recebendo [seguro municipal]?”*. Alves sugere em uma passagem algo bastante ilustrativo que vai ao encontro desses relatos:

“As principais reclamações dos moradores quanto a estes registros podem facilmente ser estendidas a outras ações quaisquer de um presidente eleito da Associação: a utilização do poder de concessão destes registros como ponto estratégico, ou seja, nega-lo aos inimigos e cede-lo aos amigos”.¹⁴²

¹⁴¹ ALVES; 2007: 27-28.

¹⁴² *Ibid*; 26

A tensa relação com a Associação, por conta do recebimento do Seguro Defeso Municipal, tem reflexos que vão em direção ao IBAMA. Muitos pescadores argumentam que o IBAMA deveria acompanhar mais de perto os processos de pagamento do Seguro Defeso Federal, que, de acordo com eles, atrasa todo ano. Assim, segundo os mesmos pescadores, não haveria necessidade de existir o tal Seguro pago pelo município.

“O IBAMA vem pouco aqui... não conhece o pescador e não conhece a Lagoa. Quando vem, vem pra multar o pescador... tudo bem, sei que pescador que pesca na *desova*, tá fazendo errado... mas quem vai alimentar a família do pescador?”

“O ‘meio ambiente’ [IBAMA] diz que o pescador tá errado... mas errado tá mesmo é as coisas que acontecem por aqui... não é? Com a política... com a Associação... melhor nem falar, né? Você já sabe...”.

O IBAMA, portanto, é visto pela maioria dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos como um órgão alheio aos seus problemas. É percebido como necessário – pois todos os pescadores com que conversei sabem de sua importância para a preservação da Lagoa Feia –, mas reconhecido como algo distante, incapaz de compreender o cotidiano da pesca artesanal e das relações de poder em Ponta Grossa dos Fidalgos.

A atuação do Instituto na Lagoa Feia é vista com uma boa dose de ceticismo pelos pescadores. Fora do período de Defeso, não se fala muito no IBAMA em Ponta Grossa. Isso ocorre somente quando a rotina pesqueira é alterada por algum evento extraordinário como, por exemplo, um pescador local que é apanhado pela fiscalização usando redes com tamanho inferior ao permitido. Ou, quando alguma rede de espera é capturada nas bocas dos rios que deságuam na Lagoa, o quê também é proibido.

Mesmo que as opiniões se dividam quando alguém é pego praticando a pesca no período coberto pela Portaria n. 71, com argumentos do *tipo “é bom pra aprender a respeitar a lei e a natureza”*, a maioria dos pescadores diz que o IBAMA não se preocupa em entender a dura vida do pescador.

Na prática, a única forma do pescador chegar ao IBAMA é através da sua instância representativa – a Associação. Entretanto, conforme assinalei anteriormente, a própria APAPGF tem encontrado muitas dificuldades em ser reconhecida pela totalidade dos pescadores como uma agremiação isenta e capaz de tratá-los de forma

igual, ou seja, enquanto membros de uma mesma categoria profissional supostamente detentores dos mesmos interesses.

Um de meus mais próximos interlocutores me relatou uma vez: *“Eu não vejo o IBAMBA [IBAMA] aqui... o máximo que nós vemos é a Associação... ela ainda é a única coisa que temos”*.

7. Os calendários entre-cortados: o ‘nativo, o ‘legal’ e o ‘político’.

Considero, finalmente, que os pescadores de Ponta Grossa organizam suas atividades profissionais a partir do cruzamento de três calendários distintos. Chamarei-os de Calendário Nativo, Calendário Legal e Calendário Político. Como a pesca artesanal é uma atividade central no povado, creio que estes três calendários regulem não apenas a faina, mas também se estenda para as relações sociais mais elementares.

Reconheço, com efeito, que ambos os calendários têm características ecológicas, no sentido em que são produzidos através dos processos de interação entre os atores e o meio natural, este último configurado pelo ecossistema da Lagoa Feia.

“O termo ‘Ecologia’ foi criado em 1869 pelo biólogo Haeckel, da palavra grega, *oikos*, que significa casa, habitação, morada. No sentido da palavra grega, o termo significa não somente o lugar de morada, mas também os *habitantes* e as *atividades cotidianas* aí executadas. Neste sentido, então, a Ecologia é o estudo dos seres vivos, não como indivíduos, mas como membros de uma complexa rede de organismos conexos (...), tal como estes organismos funcionam em variados ambientes”.¹⁴³

Antes de apresentar ao leitor os três calendários que articulam as relações em Ponta Grossa dos Fidalgos, desejo assinalar o já consolidado interesse de renomados antropólogos por discussões envolvendo as representações sociais sobre o *tempo*, tal como este é percebido e operacionalizado por diferentes grupos humanos. Na Antropologia Britânica – apenas para destacar dois nomes – E. E. Evans-Pritchard em seu clássico estudo sobre os Nuer e Edmund R. Leach nos ensaios sobre a representação simbólica do tempo são exemplos significativos.¹⁴⁴

Evans-Pritchard em uma das mais notáveis etnografias produzidas ainda na primeira metade do século XX, propõe que os conceitos de tempo entre os Nuer – povo

¹⁴³ HOLLINGSHEAD; 1970: 53. Grifo meu.

¹⁴⁴ EVANS-PRITCHARD; 1978 e LEACH: 1974.

africano que habita as margens do Rio Nilo na região do Sudão – são divididos em dois grupos, sendo estes, o *tempo ecológico*, e o *tempo estrutural*. O primeiro conceito seria caracterizado pelas relações do grupo com o meio-ambiente natural. Já o segundo, estaria ligado às relações concretas que os indivíduos estabelecem no seio do próprio grupo.¹⁴⁵

No primeiro de seus ensaios, Leach discute a categoria *tempo* relativizando as várias acepções que a palavra inglesa *time* oferece, ao compará-la com as idéias que os povos não europeus têm sobre o tempo. O antropólogo chama a atenção que a percepção linear que os ingleses (e os “ocidentais”, de um modo geral) têm do tempo não pode ser aplicada em todas as culturas. Para ele, nem mesmo os gregos representavam o tempo desta forma.¹⁴⁶ Em seu segundo texto, o argumento central baseia-se na idéia de que as sociedades marcam o tempo a partir de eventos calendários – como festas, cerimônias e ritos – simplesmente porque nós não o experimentamos com os sentidos. Ou seja, precisamos de mecanismos sociais capazes de nos dar uma idéia – apenas uma idéia – sobre o movimento do tempo.

Já na tradição francesa, encontramos em “*Ensaio sobre as Variações Sazonais das Sociedades Esquimós*”, de Marcel Mauss, um seminal estudo também com esse tipo de preocupação. O etnólogo apresenta um texto rico em detalhes e informações sobre as sociedades esquimós, para, em seguida, defender a tese de que conforme as estações do ano, a maneira como os homens se agrupam, a extensão e formas da suas casas, a natureza de suas instituições mudam completamente.¹⁴⁷

Em Ponta Grossa dos Fidalgos os calendários podem nos dizer muito sobre as atividades e as expectativas coletivas que mobilizam seus moradores – pescadores ou não – durante o ano.

O primeiro calendário está na dimensão da memória e seria aquele proposto por Castro Faria no seu Diagrama Ecológico da Lagoa Feia. Seu conteúdo articula uma série de informações conforme apresentei acima. Sugere, entre outras coisas, dois períodos distintos para a época de desova dos peixes. No entanto, objetivamente, este calendário não interfere na forma com que vêm se realizando a atividade pelos

¹⁴⁵ Observações interessantes sobre este trabalho de Evans-Pritchard foram feitas por CARDOSO DE OLIVEIRA; 1993.

¹⁴⁶ Para isso, o autor faz uma interessante análise da história de Crono, pai de Zeus, na mitologia grega, sugerindo que a percepção do tempo entre os gregos se assemelhava a uma espécie de “zigue-zague” ou idas e vindas.

¹⁴⁷ MAUSS; 2003.

pescadores ponta-grossenses no decorrer dos últimos anos. Suas implicações são de outra ordem.

O Diagrama registra um conhecimento empírico construído a partir da observação exaustiva dos ciclos naturais e das espécies aquáticas da Lagoa. Quando, ainda no *campo*, discuti com os pescadores os dados contidos no Diagrama pude perceber que o que estava em jogo entre eles era mais do que sua aplicação prática (ou contemporânea) na atividade pesqueira.

No “*tempo dos antigos*”¹⁴⁸ – categoria utilizada localmente para se referir a um passado relativamente recente –, o pescador aparece, antes de tudo, como um bravo. As condições nas quais desempenhava as atividades de captura eram as mais desfavoráveis. Narram-se histórias de pescarias fantásticas quando as canoas ainda não tinham motor e a navegação era empreendida a remo ou a vela.

O Calendário Nativo remete a um tempo onde as pescarias não só eram mais fartas e as técnicas consideradas mais sofisticadas – como a *trolha* –, mas espécies como o robalo e a tainha atestavam a abundância e a riqueza do ecossistema lacustre no imaginário campista, para além de Ponta Grossa dos Fidalgos. Conforme mencionei em outra ocasião, esse era o tempo dos famosos “*robalos da Lagoa Feia*”.

Um período onde a vida em Ponta Grossa, embora dura e sofrida, era também considerada pelos pescadores mais calma. As pessoas eram todas conhecidas e o lugar não seria tão movimentado como nos dias de hoje. Somos apresentados a uma espécie de nostalgia nativa lembrada através de frases como “*no tempo das canoas...*”.

O pescador aqui aparece como um mestre em seu ofício, possuidor, dessa forma, de um *saber profissional* capaz de distingui-lo dos demais. Detém consigo competências adquiridas a partir de uma biografia dedicada exclusivamente à pesca artesanal.

Se esse Calendário representa mesmo um registro do ponto de vista nativo sobre o ecossistema, suas implicações podem engendrar uma identidade baseada nesse *saber*. Estes conhecimentos funcionam como dispositivos submetidos à temporalidade das histórias de vida, sendo, pois, tributários da experiência e, em virtude de sua utilização, no desempenho cotidiano do ofício, são também permanentemente atualizados, por meio de ratificações e retificações.

¹⁴⁸ Esta categoria nativa considera os últimos 50 a 60 anos do ponto de vista das gerações mais velhas que ainda estão vivas. Dito de outro modo é o tempo que os pescadores e moradores mais velhos do povoado conseguem alcançar através da rememoração da própria experiência.

Resultantes de fontes e tempos diversos os *saberes profissionais* são ferramentas de trabalho de um mesmo tipo de atividade, exercida num determinado contexto. Embora procedentes da tradição, constituem, no âmbito desta, uma espécie de saber *ad hoc*.¹⁴⁹

São ainda frutos do tempo de vida do profissional, produtos do seu artesanato, do qual constituem, ao mesmo tempo, a memória, na medida em que resultam “do passado de cada um para cada um”.

O Calendário Legal, por sua vez, organiza objetivamente a atividade pesqueira na Lagoa. Normatizado através da Portaria n 71 baixada pelo IBAMA, este calendário se caracteriza por ser um mecanismo regulatório amplamente reconhecido pelos praticantes da pesca artesanal. Qualquer pescador, independente da geração que pertença, sabe quais são os meses em que a captura se encontra legalmente suspensa. Conhecem ainda, os seus direitos no que tange ao recebimento das parcelas do Seguro Defeso Federal.

Todos os pescadores com que tive a oportunidade de conversar durante o trabalho de campo entendem a importância da preservação ambiental e concordam que o IBAMA deva sim criar medidas para que a Lagoa possa ser protegida de qualquer tipo de agressão do homem – seja ele pescador ou não. Ou seja, por mais demonstrem certo ceticismo com o IBAMA, os pescadores reconhecem que é preciso proibir a pescaria, em algum período do ano, com o objetivo de (re) equilibrar o ecossistema para mais uma temporada de trabalho.

Assim, ao regular o período legal, este calendário acaba regulando também a conduta moral dos pescadores ponta-grossenses.

Aquele indivíduo que pesca ‘escondido’ durante o período de defeso corre um sério risco de ter sua identidade estigmatizada pelos demais pescadores. É então identificado como um pescador que não pensa no futuro do povoado, sendo, muitas vezes, classificado como *irresponsável* e até mesmo *criminoso*.

Essas acusações na maioria das vezes não são feitas publicamente. Elas se caracterizam pelos comentários, alguns deles jocosos, e são transmitidos pela fofoca. Mas certo é que todos em Ponta Grossa são capazes de apontar – ou quase confessar – quem são os pescadores que mais comumente tem esse tipo de conduta.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Cf. TARDIFF; 2000.

¹⁵⁰ Cf. GLUCKMAN; 1963.

Existe, entretanto, o outro lado. Ouvi vários relatos sobre sujeitos que pescam na calada da noite para não serem observados, mas sobre eles não recai tanta culpa quanto nos demais. Refiro-me aqui àqueles pescadores que são considerados “*gente séria*” ou “*de trabalho*”, porém, os infortúnios da vida praticamente lhe obrigam a pescar mesmo em tempos de proibição legal.

Neste grupo inserem-se indivíduos chefes de família muito extensa, com mais de cinco filhos – por exemplo – onde a maioria deles ainda não alcançou idade suficiente para trabalhar. Casos onde o pescador se encontre em situações complicadas envolvendo dívidas ou doença na família. Ou ainda, pescadores que sustentam, por variados motivos, mais de uma residência.

Com a proibição da captura de novembro a fevereiro, a Portaria n. 71 consegue, com algumas exceções, cumprir o objetivo de administrar o uso dos recursos naturais e cuidar da preservação do ecossistema da Lagoa Feia. Este calendário é oriundo de um *conhecimento técnico* que indica uma condição de desequilíbrio ambiental baseado em levantamentos e pesquisas de cunho acadêmico. Sua fiscalização é feita pelos órgãos municipais, sendo eles, a Secretaria Municipal de Meio-Ambiente de Campos dos Goytacazes e de Quissamã, respectivamente. Na prática, e em tempos normais, a pesca artesanal na Lagoa Feia gira em torno deste calendário.

Por último, temos o Calendário Político que, assim como o Legal, tem implicações objetivas na pesca artesanal e na vida dos moradores de Ponta Grossa dos Fidalgos. Seu estabelecimento é fruto de uma complexa negociação entre os pescadores artesanais – representados pela APAPGF – e a Secretaria Municipal de Meio-Ambiente de Campos. Conforme apresentei na etnografia acima, este calendário entra em operação como uma espécie de complemento ao Calendário Legal. Quando os pescadores, em conjunto com os técnicos da Prefeitura, julgam que o ecossistema da Lagoa não se recuperou da temporada de pesca, o Calendário Político pode entrar em vigor. Caso não haja acordo, pelos mais variados motivos, ele simplesmente não é operacionalizado.¹⁵¹

Assim, podem ser acordados – dependendo da situação – mais dois ou três meses de proibição para que os pescadores não desempenhem as atividades haliêuticas. Essa lógica sugere que os peixes ganhariam mais tempo para desovar e se desenvolver.

¹⁵¹ Houve períodos em que ele não entrou em vigor. Os motivos são um tanto quanto ambíguos. Quem media a relação entre a APAPGF e a Secretaria de Meio-Ambiente são políticos locais. Um deles foi durante muito tempo um importante vereador – o que sugere uma vez mais o caráter político da medida.

Para tanto, a Prefeitura, através da Secretaria competente, paga um outro Seguro com o objetivo ressarcir financeiramente os pescadores durante mais esse período. O pagamento é realizado com a contrapartida de que os beneficiados ingressem nas Frentes de Trabalho realizando atividades extras que, entre outras coisas, os manteriam longe da Lagoa.

Semelhante ao Calendário Legal, o Político regula a conduta moral dos moradores locais, mas exibe algumas diferenças significativas.

O respeito à extensão do período de proibição está intrinsecamente ligado ao Seguro Defeso Municipal. Mas, conforme descrevi acima, o cadastramento na Associação – procedimento indispensável para o recebimento das parcelas – é baseado em variáveis pouco objetivas e fluidas.

Conforme a etnografia, o registro na Associação depende da avaliação que o seu líder faz do que é “*ser um pescador*” além de critérios com “*ser gente de boa conduta*” ou “*ser trabalhador*”. Os dados sugerem ainda que essa classificação esteja relacionada a uma rede de relações pessoais que articula os arranjos políticos dentro e fora do povoado. Tal rede passa pelo grupo de pescadores mais próximos do líder da Associação chegando até certos políticos com influência junto ao Poder Executivo Municipal. Outra característica é que mulheres envolvidas indiretamente com a pesca também estão aptas a entrar na lista dos segurados.

Quando algum indivíduo resolve pescar durante a proibição complementar os julgamentos também ocorrem, mas são de outra natureza. Todos dizem publicamente que se deve respeitar à norma, mas não a legitimam da mesma forma que a Portaria n. 71. Se for sabido que o transgressor está recebendo o Seguro Defeso Municipal, e mesmo assim continua pescando, o seu comportamento é radicalmente condenado pelo demais, pois, nessa lógica, ele não teria nenhum motivo para cometer tal ação. Seria, conforme ouvi diversas vezes, classificado com “*o mau caráter*”. Já me foram relatados casos onde acusações entre pescadores foram resolvidas em brigas de bar – precisamente porque o lado da acusação, além de não receber o Seguro Municipal, ainda estava sem pescar.

Por outro lado, muitos dos que pescam neste período argumentam que o fazem porque não estão “*metidos na política*”. Estes geralmente não recebem o Seguro Municipal. Muitos até acham correto que a pesca fique sob suspensão para dar descanso a Lagoa, mas, sem este eles relatam não ter outra alternativa que não seja retornar à atividade. Assim como aqueles que desrespeitam o Calendário Legal, os

pescadores que voltam a pescar durante o Calendário Político também são classificados como “*irresponsáveis*” e “*criminosos*”.

Sugiro, portanto, que estes três calendários de forma articulada estructurem as atividades práticas que giram em torno da pesca no povoado de Ponta Grossa. Além disso, penso que os calendários regulem também as relações de poder entre os moradores locais – pescadores ou não.

Os períodos aqui descritos não devem ser entendidos isoladamente. Pensar nos *calendários entrecortados* me parece uma necessidade empírica. Os pescadores de Ponta Grossa em seu cotidiano não se desfazem subitamente de todo o elenco de expectativas, etiquetas e performances na mudança de um período para o outro.

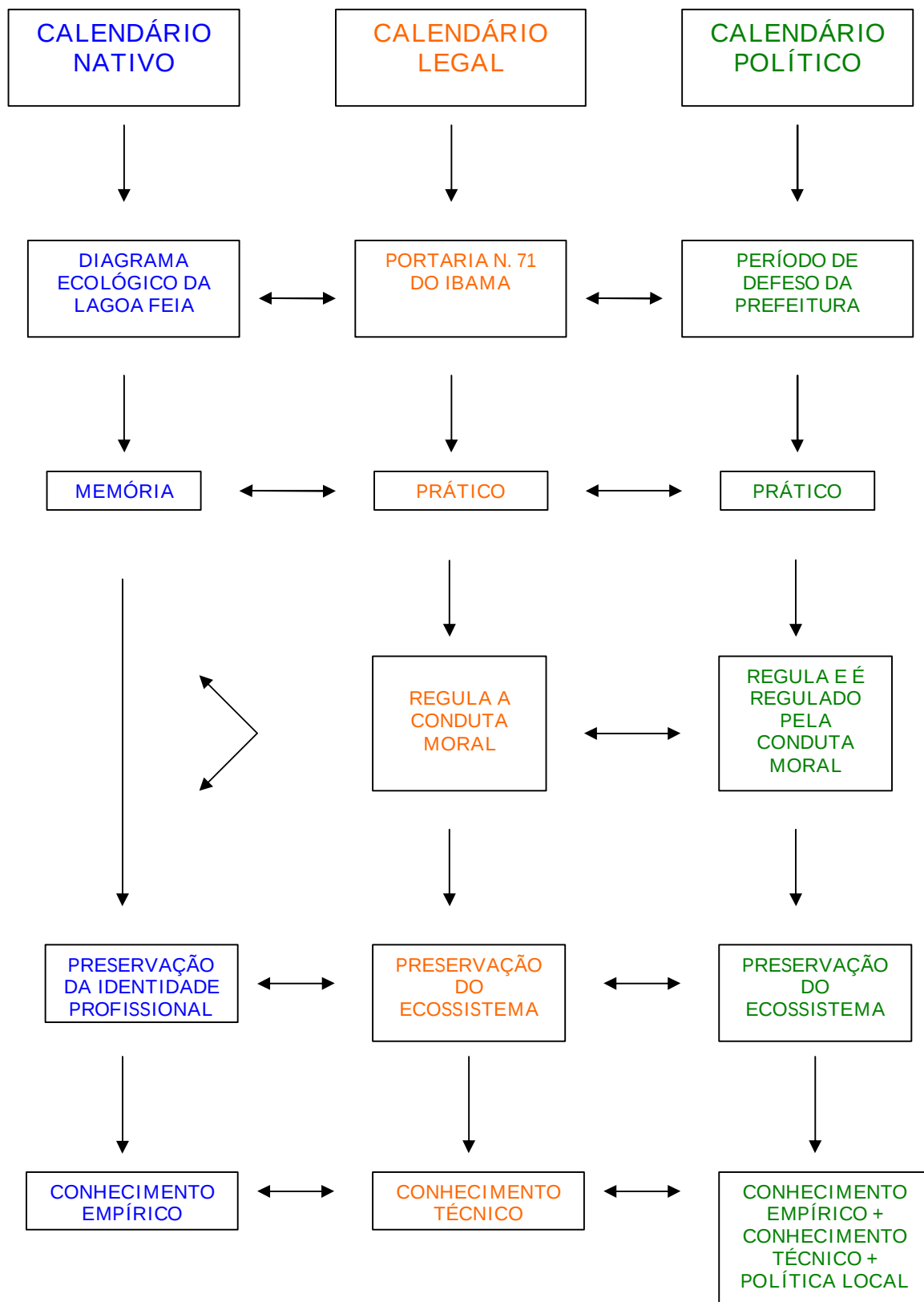
Baseio-me no modelo proposto por Marcel Mauss quando analisa a variação das instituições jurídicas esquimós argumentando que elas, em alguma medida, ainda que polarizadas, se influenciam mutuamente:

“Mas, por mais opostos que sejam esses dois regimes morais e jurídicos, eles não deixam de se afetar mutuamente, pelo simples fato de se sucederem no seio de uma mesma sociedade e de serem os mesmos homens que deles participam. O esquimó não pode desfazer-se totalmente, durante o inverno, dos hábitos, das maneiras de ver e agir os quais se acostumou no verão, e reciprocamente. Portanto, é muito natural que alguns dos costumes e das instituições de uma certa estação do ano passe para outra”.¹⁵²

Existem dois períodos referentes aos Calendários Legal e Político. Por isso, estamos diante de esquemas sazonais que, dependendo dos arranjos práticos, podem se tornar complementares ainda que diferentes entre si. São percebidos pelos pescadores, na medida em que estabelecem estratégias de acesso aos *recursos*, sendo estes, os Seguros ou mesmo o pescado (ainda que capturado “ilegalmente”).

Estes dois calendários também modificam o movimento e as ocupações em Ponta Grossa. Nos períodos de suspensão da captura, a maior parte das atividades dos homens é realizada em terra. Nesse momento muitos pescadores ingressam em trabalhos paralelos nos mais variados setores da indústria canavieira campista. Muitas vezes isso ocorre independente do recebimento do Seguro Defeso da Prefeitura. É a hora, portanto, do pescador profissional fazer uma espécie de *bico*.

¹⁵² MAUSS; 2003: 492.



Também há mudança nas atividades femininas, principalmente no caso daquelas mulheres que estão recebendo o Seguro, mas que, conforme acontece, não têm vínculo direto com a pesca. Essas, para não ficarem “mal faladas” no povoado, fazem questão de mostrar serviço quando são recrutadas para as Frentes de Trabalho. A maioria delas participa ativamente das campanhas de prevenção da dengue – visitando diversas residências na Baixada Campista – dirigidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Calendário Nativo, ainda que não seja vigente nos dias de hoje perpassa os outros dois. Mesmo sem possuir implicações diretas sobre os períodos de captura, o Calendário conecta os pescadores a um tempo passado funcionando como um distintivo. O reconhecimento das informações apresentadas no Diagrama Ecológico apenas pode ser feito por notáveis mestres do ofício pesqueiro.

Há, inclusive, uma hierarquia de gerações. Aos mais velhos são atribuídas qualidades técnicas baseadas em um *tempo* em que pescar na Lagoa Feia não era tarefa para qualquer um: “*Pescar nessa Lagoa, no tempo dos antigos era só para quem era pescador mesmo!*”. Essa distinção sugere que hoje em dia os pescadores mais jovens não detêm os mesmos conhecimentos sobre os ciclos da Lagoa e nem o domínio das técnicas de captura que os pescadores das gerações anteriores.

Em toda a etnografia o leitor pôde perceber que os atores dessa história estão sugerindo, valorando e tipificando categorias que visam construir uma espécie de ‘identidade’ para o pescador artesanal. E é precisamente nesse ponto que o Calendário Nativo se junta aos Calendários Legal e Político. As idéias sobre o que é *ser um pescador* têm implicações significativas na hierarquia das relações entre o próprio grupo profissional, transborda para a Associação e chega até o IBAMA. Além disso, as mesmas idéias ainda definem as formas como os grupos dialogam.

Os três calendários entrecortados, portanto, além de mediar a relação dos pontagrossenses com a Lagoa, consolidam expectativas e condicionam comportamentos, ainda que na prática, não exista um limite rígido entre eles. Mesmo que sazonalmente definidos, seus períodos nos dizem bastante sobre a vida cotidiana do povoado.

8. Considerações finais sobre pescadores IBAMA e calendários, ou, o conflito em sua dimensão tácita.

O material etnográfico apresenta um aparente dissenso entre o período de proibição da atividade pesqueira na Lagoa Feia, tal como estabelece a Portaria n. 71 do IBAMA e àquele que seria o ponto de vista dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos registrado por Castro Faria em seu Diagrama Ecológico. Além disso, tentei esboçar a percepção que cada um destes grupos – pescadores e IBAMA – tem sobre o outro.

Pensá-los enquanto dois grupos não é apenas mera arbitrariedade. É, sobretudo, uma postura necessária. Trata-se de uma escolha de risco, mas que tem por objetivo organizar – ainda que equivocadamente, muitas das vezes – todo o fluxo de informações, visões de mundo, interesses, valores, juízos, práticas, e tudo aquilo que é capaz de individualizá-los em sua existência social. Mas, como todo o modelo, esse também tem suas limitações.

Durante a elaboração do projeto que originou essa dissertação, pensei por várias vezes estar diante de um conflito deflagrado que polarizava de maneira clara duas versões diferentes de uma mesma história: aquela cujo enredo principal eram os mecanismos utilizados para preservar o ecossistema da Lagoa Feia. Talvez por isso tenha sido obrigado, durante muito tempo, a montar um esquema mental onde seus personagens desempenhavam papéis que aparentemente não reconheciam a existência do outro lado. Essa rígida polarização, no entanto, foi caindo por terra na mesma intensidade em que o texto etnográfico aparecia. E o conflito em torno dos períodos de pesca, tão aparente no início, tornou-se aos poucos brando, quase surdo.¹⁵³

Aos poucos o etnógrafo que vos escreve percebeu mesmo que estava diante de “*homens fazendo coisas, juntos*”.¹⁵⁴

¹⁵³ As reflexões de GLUCKMAN; 1975 e VAN VELSEN; 1987 sobre os ‘estudos de caso’ foram importantes que eu repensasse meu material etnográfico. A proposta é que o pesquisador selecione casos que são contados e vividos (ou melhor, *dramatizados*) por seus interlocutores, em torno de questões que são relevantes para eles. Rixas, disputas e querelas entre grupos são bem-vindas aqui. Pode-se obter uma coleção de casos e relacioná-los com o objetivo de comparar suas versões. Nessa perspectiva é possível pensar a sociedade em sua dimensão *processual* e *dinâmica*, onde os indivíduos atuam a todo o momento fazendo escolhas e (re) produzindo a estrutura social. O método do ‘estudo de caso’ ficou conhecido através das monografias produzidas na antropologia inglesa a partir do final da década de 1950. De acordo com VAN VELSEN; 1987: 345 o grande avanço desta perspectiva foi ter incorporado o conflito como elemento intrínseco ao processo social.

¹⁵⁴ Esta máxima foi proposta por H. Becker quando perguntado sobre o que seria o objeto da Sociologia: “Quando você pensa numa sociedade como ação coletiva sabe que qualquer conversa sobre estruturas ou

George Simmel em seu “*A Naturaza Socilógica do Conflito*” assinala que, se a intereção entre os homens é mesmo uma sociação, então, por sua vez, o conflito (*kampf*) é a sua dimensão mais vívida e aparente.

“O indivíduo não alcança a unidade de sua personalidade exclusivamente através de uma harmonização exaustiva – segundo normas lógicas, objetivas, religiosas ou éticas – dos conteúdos de sua personalidade. A contradição e o conflito, ao contrário, não só precedem essa unidade como operam em cada momento de sua existência (...) Assim como o universo precisa de ‘amor’ e ‘ódio’, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis”.¹⁵⁵

O sociólogo alemão percebe, portanto, as características integradoras do conflito. O argumento é sustentado pela idéia de que só é possível existir conflito se ambas as partes se reconhecem mutuamente – por mais que a natureza de seus interesses seja radicalmente distinta. E, para o autor, o desaparecimento dos antagonismos parece ser mesmo prejudicial:

“O desaparecimento de energias de repulsão (e, isoladamente consideradas, de destruição) não resulta sempre, em absoluto, numa vida social mais rica e mais plena (assim como o desaparecimento de responsabilidades não resulta em maior propriedade), mas num fenômeno diferente e irrealizável quanto se o grupo fosse privado das forças de cooperação, afeição, ajuda mútua e convergência de interesses”.¹⁵⁶

Entre os pescadores artesanais de Ponta Grossa e o IBAMA há reconhecimento e interesses comuns em ambos os lados. Também, conforme a etnografia apresentada, existem dissensos sobre qual seria o período correto para a realização das atividades haliêuticas que não traga danos ao ecossistema lacustre. Essa relação é mediada através muitas de dúvidas – uma espécie de ceticismo mútuo – fazendo com que os grupos estudem, analisem a situação e produzam valores sobre o outro a todo momento.

Mas, este conflito, por outro lado, nunca foi deflagrado. Ele não se tornou um “Drama Social” – tal como proposto por Victor Turner¹⁵⁷ – com dimensões comparáveis às intervenções do DNOS ao final da década de 1970, conforme analisou

fatores acaba por se referir a alguma noção de pessoas que fazem coisas juntas, que é o que a Sociologia estuda”. BECKER; 1977: 10.

¹⁵⁵ SIMMEL; 1983: 124.

¹⁵⁶ *Ibid*; 126.

¹⁵⁷ Cf. TURNER; 1980.

Carlos Valpassos em seu estudo “*Quando a lagoa vira pasto – Um estudo sobre os conflitos em torno das diferentes formas de apropriação e concepção dos espaços marginais das Lagoa Feia – RJ*”.¹⁵⁸ Não houve nenhum episódio relevante o suficiente, na relação entre estes dois grupos, que tenha se tornado um acontecimento capaz de marcar seu lugar na história e na memória de ambos.¹⁵⁹

O material etnográfico apenas permite sugerir que entre estes pescadores e o IBAMA – e vice-versa – o que existe é um conflito em *dimensão tácita*. Um mal estar onde o que se encontra é um elenco de justificativas para o distanciamento que caracteriza suas relações. Esse conflito, no entanto, até o agora, nunca gerou um momento ritual que modificasse a ordem das coisas. A sensação é que ambos vivem em estado de tensão perene.

Os atores desse conflito são muitos. O IBAMA surge como órgão do Estado. Tem como atribuições a fiscalização, o controle, o monitoramento e gestão da qualidade ambiental e da utilização dos recursos naturais no território brasileiro. Enquanto órgão ele deve seguir uma agenda programática. Deve também cumprir e fazer cumprir a Lei. Mas, ele, IBAMA, não é uma mera abstração. É feito por pessoas.

Temos os pescadores artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgos. Homens que detém o conhecimento empírico do ecossistema da Lagoa Feia. Um saber *ad hoc* baseado na observação exaustiva da natureza e no manejo qualificado das técnicas pesqueiras. Trata-se de um grupo profissional. Também ele composto por pessoas.

Entre eles, a Associação de Pescadores. Uma entidade política de representação da categoria. Na maioria das vezes, o único elo entre os pescadores de Ponta Grossa e o “mundo fora”. Aqui – como nos outros dois – também existem pessoas e seus interesses.

Durante a escrita, percurso muitas vezes árduo e escorregadio, duas coisas me inquietaram: explicar os motivos da co-existência de três Calendários e, mais ainda, por que mesmo acreditando em seu próprio ponto de vista – tal como registrado por Castro Faria no Diagrama Ecológico – os pescadores não vindicam uma alteração objetiva nos períodos de proibição da pesca.

Uma das saídas possíveis foi pensar que os calendários, além de entrecortados, são manipuláveis.

¹⁵⁸ VALPASSOS; 2006.

¹⁵⁹ Os moradores de Ponta Grossa dos Fidalgos até hoje guardam as lembranças das duas revoltas que pararam a draga do DNOS. Este certamente foi um evento incorporado à história local Cf. SAHLINS; 1990.

Para os pescadores não creio que seja interessante a modificação do período referente ao Calendário Legal e a extinção do Calendário Político. Se o Calendário Nativo garante a marca mais positiva da identidade social – aquela versa sobre o *saber profissional* – os outros dois garantem os recebimentos dos Seguros. O primeiro tal como estabelecido pelo IBAMA, não precisa de incrementos ou arranjos locais mais complexos. É uma Política de Estado e não depende diretamente deles. Mesmo com algum atraso, os pescadores recebem as parcelas desde que estejam em dia com suas obrigações junto a Colônia. No segundo calendário, os acordos políticos podem, ou não, garanti-lo. São, portanto, os pescadores organizados que o estabelecem.

Arrisco dizer que, em alguns casos, por mais contraditório que isso possa parecer, os períodos de defeso conjugados são épocas de fartura para boa parte dos pescadores ponta-grossenses, pois, mesmo recebendo os dois Seguros, muitos não param totalmente a pescaria. Isso me parece um motivo suficientemente relevante para a manutenção das coisas como estão. Dessa forma, minha interpretação tenta não desqualificar a figura do pescador ou repetir antigos argumentos onde eles aparecem como figuras incapazes de se organizar porque não teriam ‘cultura política’. Como qualquer outro grupo humano, esses pescadores também têm suas estratégias atingir seus objetivos.

Mas não apenas os pescadores manipulam o Calendário da Lagoa. O IBAMA também o faz.

Por conta de sua atribuição legal, compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis definir as regras para o manejo sustentável dos ecossistemas no território brasileiro. Atualmente essas normas devem ser acordadas junto com as populações mais diretamente envolvidas com as ‘áreas ambientais’. Mesmo assim, na prática, nem sempre isso pode acontecer. Um dos entraves estaria precisamente no ceticismo do órgão sobre quais seriam os reais interesses do *pescador* artesanal. Isso faz com que o IBAMA não reconheça os pescadores ponta-grossenses como atores competentes o suficiente para gerir o ecossistema da Lagoa Feia de maneira autônoma e longe de interesses particularistas.

De qualquer forma, o Instituto tem que cumprir o seu papel de legislar acerca da questão ambiental. No caso analisado, é através da Portaria n.71 que ele controla o acesso e fiscaliza a atividade de captura na Lagoa Feia. Ou seja, ao fim ao cabo é o IBAMA quem tem o monopólio legal do Calendário. Tanto que o Calendário Político – normatizado pela Prefeitura em acordo com a APAPGF – é visto de forma negativa,

conforme a etnografia procurou evidenciar. Não é difícil entender, portanto, os motivos para as tensões. O que está em jogo aqui, entre outras coisas, é a autoridade de quem *pode, ou não, controlar o acesso à Lagoa*. Os calendários configuram a expressão mais cabal disso.

Como não existe nenhum movimento por parte dos pescadores que reivindique a mudança do Calendário, dentro daquilo que seria *o ponto de vista nativo*, o IBAMA simplesmente administra a Lagoa durante os períodos de proibição através da referida Portaria. Mesmo porque a Lagoa Feia é apenas uma das áreas ambientais protegidas por tal dispositivo. Em relação à região Norte Fluminense, o que ainda conforta e enche o órgão de otimismo, por exemplo, são casos como os de São Francisco de Itabapoana onde a relação do Instituto com os pescadores e as catadoras de caranguejo pode ser considerada positiva.

Enfim, empiricamente, as linhas que distinguem os grupos são muito tênues. Os papéis que esses atores desempenham são mais complexos na prática. A tarefa de trazê-los até aqui requereu sensibilidade. Equívocos na interpretação de suas atitudes e de seus julgamentos certamente acompanharam esse caminho. Falar dessas pessoas, não deixa de ser, falar da vida delas e de tudo aquilo que preenche seus mundos, mesmo que, algumas vezes, elas possam se mostrar confusas e contraditórias; afinal, são pessoas.

O etnógrafo que vos escreve chega, agora, ao fim do *seu* percurso acreditando que esse conflito, ainda que tácito, e aparentemente sem cor, cuja etnografia tentou indicar, em última instância, tem mais poder de uni-los do que efetivamente separá-los.

REFERÊNCIAS

- ACHESON, James. Anthropology of Fishing. In: *Annual Review of Anthropology*. 10. Mississauga: University of Toronto, 1981. 275-319p.
- ALVES, Lorena de Oliveira e. *Práticas Políticas, Produções Ideológicas e Discursos de Legitimação na Associação de Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos*. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2007. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – CCH/UENF).
- AZEVEDO, Bonnie Moraes Manhães de. *A Festa de Nossa Senhora da Conceição: Ritual e Simbolismo em Ponta Grossa dos Fidalgos*. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2006. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – CCH/UENF).
- BARNES, J.A. Onde as Mentiras são Esperadas. In _____. *Um Monte de Mentiras. Para uma sociologia da mentira*. Campinas/SP: Papirus, 1996. 45-67p.
- BATES, Marston. *A Floresta e o Mar. Uma análise da economia da natureza e da ecologia do homem*. São Paulo: Ed. Fundo de Cultura, 1960.
- BECKER, Howard. Observação Social e Estudo de Casos Sociais. In: _____. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BENVENISTE, Émile. O Censor e a Auctoritas. In: _____. *O Vocabulário das Instituições Indo-Européias*. Vol II. Campinas-SP: UNICAMP, 1995. 343p.
- BIDEGAIN, Paulo & SOFFIATI, Aristides et ali. *Lagoas do Norte Fluminense – Perfil Ambiental*. Rio de Janeiro : SEMADS, 2002. 148p.
- BRIGGS, Asa. O Conceito de Lugar. In: *A Humanização do Meio Ambiente. Simpósio do Instituto Smithsonian*. São Paulo: Cultrix, 1968.
- BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. *Modernidade e tradição. Construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ*. Niterói: Eduff, 1999. 265p.

- BRUSEK, Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentado. In: Clóvis Cavalcanti (ORG). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. 29-41p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo: Unesp, 1998. 220p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. As Categorias do Entendimento Humano e a Noção de Tempo e Espaço entre os Nuer. In: *Série Antropologia*. Brasília: UnB, 1993.
- CASTRO FARIA, Luiz de. *Os Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: Um Estudo de Morfologia Social*. (Título Provisório) Inédito. Conforme originais incorporados ao acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/CNPq, no Observatório do Valongo, Rio de Janeiro/RJ.
- _____. Pescarias e Pescadores. In: _____. *Escritos Exumados vol 2: dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: EdUFF, 2000.
- CASAGRANGRE, Jonh. (ORG). In *The Company fo Man. Twenty Portraits of Anthropological Informants*. New York: Harper & Hall Publishersm 1964. 540p.
- CAZENEUVE, Jean. *Mauss*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968. 117p.
- CLIFFORD, James & MARCUS, Geroge. Introductions: Partial Truths. In: _____. *Writing Culture. The Politics of Ethnography*. Berkley/Los Angeles/London: University of California Press, 1986.
- _____. Poder e Diálogo na Etnografia: a iniciação de Marcel Griaule. In: _____. *A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.179-227p.
- COLAÇO, José. Gente da Lagoa: etnografia, sistemas de classificação e o fenômeno jurídico em Ponta Grossa dos Fidalgos. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2005. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – CCH/UENF).
- _____. Um Outro Olhar sobre Ponta Grossa dos Fidalgos: usos da fotografia na pesquisa antropológica. In: *Revista Comum*. Vol. 12, n. 27 quadrimestre julho-dezembro. Rio de Janeiro, 2006. 171-188p.
- CUNHA, Delgado Goulart. *Pescadores e Surfistas: uma disputa pelo uso do espaço da Praia Grande*. Niterói: Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação

em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense para obtenção do Grau de Mestre, 2000. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense/ICHF/UFF).

- CUNHA, Neiva Vieira da. *Viagem, Experiência e Memória: Narrativas de Profissionais da Saúde Pública dos Anos 30*. Bauru: EDUSC, 2005. 328 pp.
- DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 351p.
- DOUGLAS, Mary & BARON, Isherwood. *O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- DUARTE, Luiz F. Dias. *As redes de suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção da pesca em Jurujuba*. Niterói: Eduff, 1999. 289p.
- DURKHEIM, Émile & MARCEL, Mauss. De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives. Tradução brasileira - Algumas Formas Primitivas de Classificação. Contribuição Para o Estudo das Representações Coletivas. In: *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- EVANS-PRITCHARD, Edward. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1978. 278 p.
- _____. *Algumas Reminiscências e Reflexões sobre o Trabalho de Campo*. In.: Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978, 298-316p.
- FIRTH, Raymond. As Normas de Comportamento. In. _____. *Tipos Humanos*. São Paulo: Mestre Jou, 1978. 129-151p.
- FORMAN, Shepard. *The Raft Fishermen. Tradition and change in the Brazilian peasant economy*. Bloomington & London: Indiana University Press, 1970. 158p.
- GEERTZ, Clifford. O Senso Comum como um Sistema Cultural. In: _____. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GLUCKMAN, Max. *Custom and Conflict in Africa*. Oxford: Blackwell, 1955
- _____. Gossip and Scandal. In: *Current Anthropology*. 4(3): 307-316, 1963
- _____. O Material Etnográfico na Antropologia Social Inglesa. In: ZALUAR, Alba (ORG). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1975. 63-77p.

- GUIDI, Maria Laís Mousinho. Elementos de Análise dos “Estudos de Comunidades” Realizados no Brasil e Publicados de 1948 a 1960. In: *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1961. 45-87p.
- HAMELIN, Octave. *La Vie de Hamelin*. Paris: Presses Universitaires de France, 1956. 229pp.
- HOLLINGSHEAD, A. B. Noções Básicas de Ecologia Humana. In: Donald Pierson (ORG). *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Livraria Editora Martins, 1970. 53-64p.
- HUGUENIN, Fernanda Pacheco da Silva. *Caranguejeiras de Gargaú: Sustentabilidade do Ponto de Vista Nativo*. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2002. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – CCH/UENF).
- JACKSON, Jean. I’m a Fieldnote. *Fieldnotes. The makings of Anthropology*. In: SANJEK, Roger (ORG). *Fieldnotes. The makings of Anthropology*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1990.
- JORGE, Cyntia dos Santos. *A Abdução da Noiva em Ponta Grossa dos Fidalgos*. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2006. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – CCH/UENF).
- KANT DE LIMA, Roberto & PEREIRA, Luciana. Os Pescadores de Itaipu. A Produção de Tainha e a Produção Ritual da Identidade. Niterói: Eduff, 1997. 328p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Ciclo Evolutivo das Lagunas Fluminenses*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Deptº. Nacional da Produção Mineral. Divisão de Geologia e Mineralogia. 48 p. Boletim Nº 118, 1945.
- _____. Alberto Ribeiro. *Restingas na Costa do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Deptº. Nacional da Produção Mineral. Divisão de Geologia e Mineralogia. 63 p. Boletim Nº 96, 1940.

- LEACH, Edmund. Dois Ensaio a Respeito da Representação Simbólica do Tempo. I) Cronos e Crono/II) O Tempo e Os Narizes Falsos. In: _____. *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974. 191-211p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A Ciência do Concreto. In: _____. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1970. 332 p.
- LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. *Reservas Extrativistas Marinhas: Uma Reforma Agrária no Mar? Uma Discussão sobre o Processo de Consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2000. 149p. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense/ICHF/UFF).
- _____. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília. 2006. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense/ICHF/UFF).
- MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1986. 77p.
- MALINOWSKI, Bronislaw K. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. [Coleção Os Pensadores]. 431 p.
- MAUSS, Marcel. *Manuel d'ethnographie*. Paris: Éditions Payot, 2002. 362p.
- _____. *Oeuvres. 2. Représentations collectives et diversité de civilisations*. Présentation de Victor Karady. Paris: Les Éditions de Minuit, 1968. 739p.
- _____. Ensaio sobre as Variações Sazonais da Sociedade Esquimó. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: COSACNAIFY, 2003. 425-507p.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Editora Malheiros, 2001.
- MEADOWS, Dennis et ali. *Limites do Crescimento – um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MELLO, Marco Antônio da Silva & VOGEL, Arno. *Gente das Areias: Sociedade, História e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduff, 2004. 418 p.

- MELLO, Marco Antônio da Silva. *Praia de Zacarias: Contribuição à Etnografia e História Ambiental do Litoral Fluminense – Marica/RJ*. Tese de doutoramento em Antropologia apresentada à Universidade de São Paulo, 1995.
- MIBIELLI, Bruno Leipner. *Mestre Cambuci e “sumiço da tainha”: uma nova imagem da praia de Itaipu*. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. 2004. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ICHF/UFF).
- MOTA, Fábio Reis. *Nem muito mar, nem muita terra. Nem tanto negro, nem tanto branco: uma discussão sobre o processo de construção da identidade da comunidade remanescente de quilombos na Ilha da Marambaia/RJ*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2003. 164p. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense/ICHF/UFF).
- NASCIMENTO, Thaís. *“A Festa é do Povo?” – Política e Religião em Ponta Grossa dos Fidalgos – RJ*. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2005. 79p. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – CCH/UENF).
- OLIVEIRA, João Paulo Gama. *Peixes, Tempos e Lugares: Apontamentos Sobre o Conhecimento Ictiológico dos Pescadores Artesanais na Lagoa Feia/RJ*. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2005. 64p. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – CCH/UENF).
- OLIVEIRA, Lygia E. de. *Cajuf: Socialização em uma Comunidade Praiana*. Recife: Imprensa Universitária, 1966.
- PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros. Trabalho e Sociabilidade na Pesca de Itaipu*. Niterói: Eduff, 2003. 156p.

- PRADO, Simone Moutinho. *Da Anchoa ao Salário Mínimo. Uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo*. Niterói: Eduff, 2002. 145p.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SANJEK, Roger (ORG). On Ethnographic Validity. In: _____. *Fieldnotes. The makings of Anthropology*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1990.
- SILVA, Gláucia Oliveira da. Tudo que Tem na Terra Tem no Mar. A Classificação dos Seres Vivos entre os Trabalhadores da Pesca em Piratininga, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1989. 90p.
- SIMMEL, Georg. A Natureza Sociológica do Conflito. In: Simmel. São Paulo: Editora Ática, 1983. [Coleção Grandes Cientistas Sociais]. 122-164p.
- _____. El Secreto y La Sociedad Secreta. In: _____. *Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Editorial, 1986. 424p.
- SOFFIATI, Aristides Arthur. Aspectos Históricos das Lagoas do Norte do Estado do Rio de Janeiro. In: *Ecologia das Lagoas Costeiras do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do Município de Macaé* (RJ). s/d, 35p.
- _____. A Natureza Sociológica do Conflito. In: Evaristo Morais Filho (ORG). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983. [Coleção Grandes Cientistas Sociais].
- TARDIFF, Maurice. “Saberes Profissionais dos Professores e Conhecimentos Universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério”. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 13, 2000. 05-24p.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.
- TURNER, Victor. Muchona a Vespa: o intérprete da religião. In: _____. *Floresta de Símbolos*. Niterói: Eduff, 2005. 179-203p.
- _____. Social Dramas and Stories about Them. In: *Critical Inquiry*. Vol. 1.n.01. Autumn. 1980. 137-164p.
- VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. *Pescadores, Ambientalistas, Fazendeiros e Sanitaristas: o Drama Social das perturbações ecológicas em torno da Lagoa Feia-RJ*. Monografia de Graduação, LESCE/CCH/UENF, Campos dos Goytacazes. 2004. (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – CCH/UENF).

- _____. A Festa de São Pedro em Ponta Grossa dos Fidalgos: a Face Política de um Ritual Não-Político. Campos dos Goytacazes: Mosaico – *Ensaio de Cultura Popular*. 2003. 52 p.
- _____. *Quando a lagoa vira pasto – Um estudo sobre os conflitos em torno das diferentes formas de apropriação e concepção dos espaços marginais das Lagoa Feia – RJ*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF). Niterói. 2006. 139p (O trabalho em sua versão integral encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense/ICHF/UFF).
- VAN VELSEN, J. Análise Situacional e Método de Estudo de Caso Detalhado. FELDMAN, Bianco (ORG). *Antropologia da Sociedade Contemporânea*. São Paulo: Global, 1987.
- VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva. “Sistemas construídos e memória social: Uma arqueologia urbana?”. In: *Revista de Arqueologia*. v. 2 n.2 jul/dez, 1984 – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Museu Paraense Emílio Goeldi. 46-50p.
- VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva. O Experimento de Tobiki: Algumas Reflexões Sobre a Didática Magna da Prosperidade. *Fórum Educacional*. 13 (1-2). 1989. 3-25p.
- WHYTE, Willian Foote. Treinando a Observação Participante. In: ZALUAR, Alba (ORG). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1975. 77-87p.

DICIONÁRIOS.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 577p
- FREIRE, Laudelino. Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Livraria e Editora José Olympio, 1957.
- GEORGE, Pierre. *Dictionnaire de La Géographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970. 448 pp.

LEGISLAÇÃO

Instrução Normativa 47 de 27 de outubro de 2005.

Instrução Normativa 130 de 30 de outubro de 2006.

Código de Pesca (atualizado até 1995).

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

Lei 4.771/65 de 15 de setembro de 1965.

Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981.

Ordenações Filipinas. Título LXXXVIII: Das caças e pescarias defesas, Livro 5º, Título LXXXVIII, § 6.

Portaria 71/03 de outubro de 2003.

ANEXOS